





## Resumo

O percurso pessoal e científico de Estácio da Veiga permite subdividir a sua vida e obras em três fases essenciais e sucessivas:

1ª. Fase – desde as suas primeiras produções escritas, em que o autor deu largas à sua criatividade literária, até ao início do trabalho da Carta Arqueológica do Algarve, a 2 de Março de 1877.

2ª. Fase – desde 2 de Março de 1877, data do início do reconhecimento arqueológico de Mértola e dos campos do Guadiana, até à abertura do Museu Arqueológico do Algarve, a 26 de Setembro de 1880. Este é o período mais movimentado e acidentado da vida científica de Estácio da Veiga, que a 1 de Abril de 1880 fora incumbido oficialmente da organização do referido Museu. Note-se que esta incumbência se sucedeu à assinatura do contrato de redacção das “Antiguidades Monumentais do Algarve”, a 29 de Maio de 1879, por sua vez na sequência imediata da conclusão da primeira versão da Carta Arqueológica do Algarve, em finais de 1878. As três empresas encontravam-se, deste modo estreitamente interligadas: na concepção de Estácio, o Museu servia de demonstração, para o grande público, dos resultados das suas descobertas, enquanto que as “Antiguidades”, obra escrita em cinco ou seis volumes serviria de notícia explicativa das mesmas, destinando-se ao público mais especializado e culto.

3ª. Fase – desde a abertura do Museu Arqueológico do Algarve, até à data da morte, a 7 de Dezembro de 1891, passando pelo encerramento ao público do referido Museu, em Junho de 1881, e a definitiva transferência da posse das colecções para a Academia de Belas Artes, a 3 de Outubro de 1885; é neste último período da actividade científica do Autor que vêm a lume os quatro volumes das Antiguidades Monumentais do Algarve, sucessivamente em 1886, 1887, 1889 e 1891.

Poderíamos designar a primeira fase, como a do despertar de uma vocação; a segunda, como a da plena afirmação da valia e originalidade da sua obra científica; e a terceira, como a da luta pela plena divulgação dos resultados obtidos, através da publicação da obra “Antiguidades Monumentais do Algarve” e da defesa do Museu Arqueológico do Algarve.

## Abstract

The personal and scientific life of Estacio da Veiga can be divide in three essential and sequential phases:

1st phase – since his first written essays in which the author develops his literary creativity, till the beginning of the Archeological map of Algarve, in March 1877

2nd phase – since March 1877, which is the date of the archeological survey of Mértola and Guadiana surroundings till the opening of the Archeological Museum of Algarve, on 26 th September 1880. This is the most agitated period of the scientific life of Estacio da Veiga that had been officially charged on the 1st April 1880 of the organization of the Museum. It can be pointed out that this task followed the signature of the contract to write the “Antiguidades Monumentais do Algarve”, on the 29th May 1879, occurring immediately after the conclusion of the first version of the Archeological Map of Algarve, by the end of 1878. The three endeavours were interconnected: on Estacio's mind, the Museum could be used for the exhibition to a vaster public of the results of his findings, while the 5 to 6 volumes of the “Antiguidades” would be used as an explanatory note, for the more cult and scientific public.

3rd phase- Since the opening of the Archeological Museum of Algarve till his death on the 7th December 1891, including the closing up of the Museum in June 1881, and the final transfer of the jurisdiction of the collections into the “Academia das Belas Artes” on the 3rd October 1885; in this period, the four volumes of the “Antiguidades” are published in 1886, 1887, 1889 and 1891.

We can designate the first phase as the awakening of the archeological vocation. The second as the full development of his value and originality of scientific work; and the third as the struggle for the full divulgation of the results obtained, through the publication of the work “Antiguidades Monumentais do Algarve” and the protection of the Archeological Museum of Algarve.

\* Professor Catedrático da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

## 1. Introdução

O presente estudo baseia-se na correspondência, preciosa e quase toda inédita, que constitui o Arquivo de Estácio da Veiga depositado no Museu Nacional de Arqueologia. Com ele, pretende-se prestar homenagem a um dos arqueólogos portugueses mais notáveis de sempre; tão notável que a sua obra só muito mais tarde foi devidamente compreendida, por sabotagens de uns e incompreensões de outros, em toda a sua magnitude. E, contudo, têm sido várias as homenagens públicas, ou através de estudos bio-bibliográficos que ao ilustre arqueólogo se prestaram, as quais, no entanto, até ao presente, não esgotaram a caracterização da sua notável obra científica, no domínio da Arqueologia, tão vasta, rica e complexa ela se afigura (Fig. 1).



Fig. 1 – Estácio da Veiga, fotografado à entrada da Sé de Faro, talvez com 30 / 35 anos, época em que começou a interessar-se pela Arqueologia.

Quando, em 1867, Estácio assume lugar de Oficial dos Correios e Postas do Reino, na vila de Mafra, já detinha no currículo diversas pequenas obras publicadas, nos domínios da poesia (inéditos), do jornalismo (pequenos artigos publicados em periódicos portugueses, como *A Nação* e *O Futuro* e espanhóis, como *La América*

e *Revista Ibérica*), e de opinião, como é o caso do folheto publicado em 1863, *Gibraltar e Olivença. Apontamentos para a história da usurpação destas duas praças*, que revela forte cunho patriótico, também afirmado em outros artigos publicados sobre a questão ibérica. Também o seu interesse pela literatura popular da sua província se encontra patente nas recolhas efectuadas desde a década de 1850, de que resultaram o *Romanceiro do Algarve*, publicado em 1870 e o *Cancioneiro do Algarve*, que permaneceu inédito. Entretanto, cultivou outros interesses, decorrentes da sua formação científica.

Dos trabalhos publicados como botânico, destacam-se dois: o primeiro, *Plantas da serra de Monchique observadas em 1866*, foi publicado em 1869 no *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, editado pela Academia das Ciências de Lisboa e resultou de um reconhecimento feito em companhia do alemão Conde Hermann de Solms-Laubach; o contacto epistolar então havido com eminentes naturalistas, conduziu a um estudo de muito maior exigência científica, efectuado no decurso da sua estadia em Mafra, intitulado *Orquídeas de Portugal*, também publicado pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1880.

Entretanto, assumia-se com crescente prioridade a vertente arqueológica na sua produção científica. Ainda que esta se tenha iniciado em 1861, com um artigo sobre moedas do Município de Calahorra, logo em 1862 publicou uma extensa nota à tradução de Castilho da obra *Os Fastos*, de Ovídio, intitulada *Hércules e os seus templos*, onde desenvolve o tema no respeitante às tradições registadas nos autores clássicos quanto ao cabo de S. Vicente, zona que então percorreu demoradamente. Assim, verifica-se que o interesse de Estácio pela Arqueologia se iniciou com a época romana; sabe-se que, em 1856/57, com 28 anos de idade, Estácio passou longa temporada no Algarve, seguida de outra em 1865/66, recolhendo elementos arqueológicos que mais tarde viria a utilizar na sua obra, ainda inédita, *Várias Antiguidades do Algarve*, alguns dos quais, por respeitarem já ao período romano, ali se não encontram referidos, como as inscrições romanas observadas na Quinta do Trindade, perto de Tavira.

Foi, pois, a antiguidade clássica que mais interesse de início despertou a Estácio: em 1862, efectuou a trans-

crição de inscrições de várias épocas de Chelas, antecedendo as publicadas no seu opúsculo "Povos Balsenses" (Veiga, 1866), uma delas escrita em grego e estudada por E. Hübner, que, cordialmente, concedeu a Estácio da Veiga a oportunidade de a publicar em primeira mão. O bom relacionamento com o sábio alemão deve ter incutido em Estácio novo e redobrado ânimo para continuar, no que seria apoiado pela Família, bem como pelos amigos; de facto, o dito opúsculo foi dedicado a seu Tio, João Valentim Estacio da Veiga, e muitos outros conterrâneos, amigos e familiares são referidos, tornando claro o decisivo apoio que concederam a Estácio da Veiga, aquando da sua estada no Algarve em 1865/1866. Nesta altura, recolheu muitas outras informações de interesse arqueológico, que viria a compilar no decurso da sua permanência em Mafra.

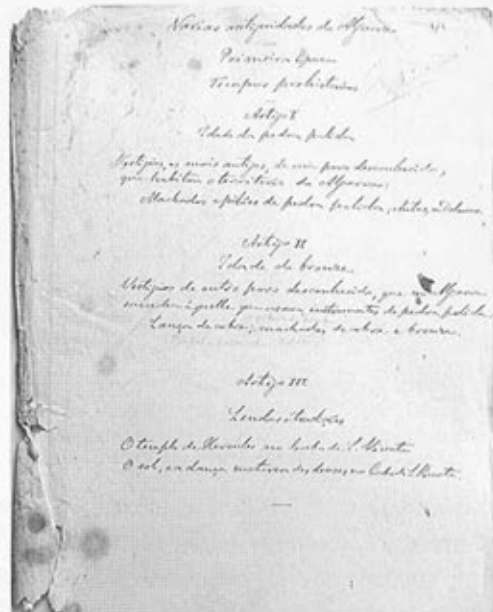
A permanência nesta vila estremenha, de 1867 a 1 de Janeiro de 1875, onde certamente as ocupações profissionais pouco tempo lhe retirariam (desempenhava as funções de oficial das Postas e Correios do Reino), teve a vantagem de proporcionar a Estácio um campo experimental, de extensão geográfica limitada, onde viria a aplicar, de forma sistemática, a sua apetência pelos estudos de Arqueologia regional. Com efeito, o reconhecimento deste território circunscrito, mas até então inexplorado, que Estácio percorreu cuidadosamente, a partir da sua residência da Quinta da Raposa, permitiu-lhe a identificação de sucessivos testemunhos de várias épocas, desde os pré-históricos aos medievais, dos quais apresenta descrição, acompanhada de desenhos, na obra a que deu o nome "Antiguidades de Mafra", que só viria a ser publicada em 1879 (Veiga, 1879). Nesta e nas "Antiguidades de Mértola", obra publicada logo no ano seguinte, encontram-se todas as linhas matriciais que depois desenvolveu na sua obra maior, as "Antiguidades Monumentais do Algarve" cujo primeiro volume, aparecido exactamente há 120 anos, data que agora se comemora.

## 2. Aspectos biográficos

Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga nasceu em Tavira, a 6 de Maio de 1828, e faleceu em Lisboa, a 7 de Dezembro de 1891, oriundo de uma família da

nobreza rural algarvia; possuía o título de Moço Fidalgo, com o qual subscreveu a sua primeira monografia de carácter arqueológico, os "Povos Balsenses" (Veiga, 1866), acrescentando ao referido título "com exercício na Real Casa de Sua Magestade Fidelíssima"; este mesmo título manteve na obra dedicada às antiguidades de Mértola (1880), mas ele já não ocorre no primeiro volume das "Antiguidades Monumentais do Algarve" (1886), substituído pela credencial, mais conforme ao perfil científico da obra e da época, de Sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição onde ingressou em 1876.

O genuíno culto da família e das suas remotas origens encontra-se denunciado em pelo menos duas situações, ambas muito discretas: a primeira, é o título escolhido para a sua primeira obra de síntese sobre a arqueologia algarvia, "Várias Antiguidades do Algarve", cuja inspiração na célebre obra renascentista do seu ascendente, Gaspar Estaço, "Várias Antiguidades de Portugal" (1ª. edição, 1625), parece evidente, como foi já assinalado (Pereira, 1981). Esta obra, como se disse atrás, encontra-se totalmente inédita e será publicada proximamente, com introdução, notas e comentários do autor do presente artigo (Fig. 2).



**Fig. 2** – Primeira página do original manuscrito "Várias antiguidades do Algarve", que se manteve inédito, redigido em Mafra no decurso de 1874.

Outra situação reveladora do conhecimento e apreço pela sua nobre ascendência, é a menção a um capítulo da obra daquele humanista português, o "Tratado da linhagem dos Estaços", onde se refere o último mestre da Ordem de Santiago eleito em Mértola, D. Pedro Estaço, a propósito dos vestígios arqueológicos medievais daquela vila alentejana, por si estudados (Veiga, 1880 a, p. 169, nota 2).

Foi, pois, este fidalgo algarvio, imbuído do culto pelos valores tradicionais, profundamente religioso, eticamente irrepreensível, mas, por isso mesmo, pouco à vontade para lidar com as intrigas da grande cidade, que em breve viria a ter de enfrentar, por via da importância dos seus descobrimentos algarvios, o protagonista daquela que foi, talvez, a mais notável iniciativa no domínio da Arqueologia até hoje empreendida em Portugal. Bastaria, para aceitar sem discussão tal afirmação, atentar na Carta Arqueológica do Algarve e nos quatro volumes das "Antiguidades Monumentais do Algarve" publicados em vida do Autor; a desproporção da empresa e dos resultados obtidos, face à fragilidade de recursos humanos a ela alocados, ainda mais relevam o mérito genial do seu autor, o qual não deixou de ser devidamente sublinhado nos numerosos obituários publicados aquando do seu passamento (cf. Pereira, 1981, p. 61 e seg.).

A mais completa biografia de Estácio da Veiga foi publicada por sua bisneta, em 1981 (Pereira, 1981), mas redigida em 1973, aquando da conclusão do Curso de Conservador de Museu. A autora, que dedicou a sua dissertação de Licenciatura à arqueologia romana do Algarve, aproveitando para tal o gigantesco volume de informação inédita deixado por Estácio da Veiga (Santos, 1971, 1972) não deixou de, ulteriormente, se debruçar sobre a obra científica do seu antepassado, mas sempre através de estudos de menor fôlego, e em grande parte baseados no de 1973, alguns deles a propósito de homenagens de que aquele foi alvo. É o caso do publicado em 1984 pela Casa do Algarve, na sequência da cerimónia evocativa ali ocorrida em 1980 (Pereira, 1984). Anteriormente, o Museu Nacional de Arqueologia tinha realizado uma exposição temporária, comemorativa do primeiro centenário da Carta Arqueológica do Algarve, entre 29 de Dezembro de 1978 e 28

de Fevereiro de 1979, logo seguida, aquando da realização do II Congresso Nacional de Arqueologia, em Faro, da edição de opúsculo intitulado "Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891)" (Gonçalves, 1980). Esta publicação sucedeu-se a outro contributo do mesmo autor, aquando da retoma do projecto da Carta Arqueológica do Algarve (Gonçalves, 1979), no qual não deixou de sublinhar o papel do seu antecessor. Em ambos os textos é patente a admiração com que distingue o arqueólogo algarvio, reproduzindo, a propósito, o "Programma para a instituição dos estudos archeologicos em Portugal", publicado originalmente no início do volume IV das "Antiguidades", em 1891. Trata-se de texto notável, pela clareza com que se definiram as prioridades de actuação no âmbito da organização em Portugal da investigação, inventariação, defesa e divulgação do património arqueológico, que o autor preparou em 1890 e entregou no efémero Ministério da Instrução Pública, episodicamente independente do poderoso Ministério do Reino. Nele se previa verdadeira descentralização dos serviços ligados à Arqueologia, através da criação de seis circunscrições distintas, opção que só actualmente parece recolher apoios políticos.

Mais tarde, o centenário da sua morte não passou despercebido, mediante evocação feita em sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, a cargo de Justino Mendes de Almeida (Almeida, 1994).

A figura de Estácio da Veiga continua, por outro lado, a estar fortemente presente no espírito dos arqueólogos portugueses, através da republicação das suas obras: assim, em 1983 o Campo Arqueológico de Mértola reeditou em *fac-simile* a obra "Memoria das Antiguidades de Mértola" (Veiga, 1880 a), infelizmente com defeitos e lacunas na paginação, que a tornam inutilizável (ao menos no exemplar adquirido pelo autor); em 1996, foi reeditada, também em *fac-simile*, com estudo introdutório de V. S. Gonçalves e A. C. Sousa, pela editora Mar de Letras, com o apoio da Câmara Municipal de Mafra, as "Antiguidades de Mafra" (Veiga, 1879). Foram estas duas obras que, repita-se, enformaram o pensamento e o modelo que Estácio da Veiga depois aplicou nas "Antiguidades Monumentais do Algarve", cujos quatro volumes publicados em anos sucessivos (Veiga, 1886,

*Catálogo provisório dos monumentos architectonicos e archaelogicos pertencentes ao Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*

<i>Ordem</i>	<i>Classificação provisória</i>	<i>Localidade em que se achou</i>	<i>Condições em que foi descoberto</i>	<i>Quantidade e como foi obtida</i>	<i>Observações</i>
<b>Primeira Classe — Época pré-histórica</b>					
1	Machado de pedra polida	achado no sítio de .....	Foi encontrado da Terra, em profun- didade de ... cm. Têm-se, ainda, em trabalho os objectos seguintes: .....	Foi offerta ao Museu pelo Sr. ... em compensação de 18 .....	At respeito destes instrumentos de trabalho e de outras utilidades .....
2	Machado de bronze	R	Y	X	U
3	R	Y	Y	X	U
<b>Segunda classe — Época romana</b>					
1	Monumento sepulcral	Descoberto no sítio de .....	appareceu-nos em ruínas, e a exploração foi feita em junho, sendo da fôrma seguinte: .....	Foi descoberto em 18 .....	A inscrição é como se segue: achada sob N.º ... no catálogo da epigraphia lapidea, pertencente ao museu.
2	Mosaico de ...	achado no sítio de .....	appareceu sob o solo.	Offertada ao Museu por .....	Reservada para ser classificada.
<b>Tercera classe — Época Visigótica</b>					
1	Mosaico de ouro	achado no sítio de .....	appareceu em condições de conservação	Foi offerta ao Museu por .....	Sob N.º ... está classificada no respectivo catalogo das moedas pertencentes à collecção do museu.
<b>Quarta classe — Época árabe</b>					
1	Mosaico de ...	achado no sítio de .....	Nada se sabe	Offertada pelo Sr. ...	Tom. N.º ... no catalogo das moedas pertencentes ao museu.
<b>Monarchia portugueza</b>					
<b>Quinta classe — Idade media</b>					
1	Monumento sepulcral	Na villa de .....	Restos de um sepulchro de ...	Obtido pelo Sr. ...	Tem uma inscripção abenta em caracteres góticos, representada e descrita no respectivo catalogo da epigraphia lapidea.
<b>Sexta classe — Época moderna</b>					
1	Moedas com ...	Restos de ...	Fôrma parte das ...	Obtido pelo Sr. ...	Ditas inscripções sob N.º ...

**Fig. 3** — Proposta de classificação dos espólios do Museu da "Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes", tendo em vista a elaboração do respectivo catálogo, anexo à carta de Estácio da Veiga para Possidónio da Silva, de 6 de Julho de 1874.

1887, 1889, 1891), foram recentemente reproduzidos, igualmente em *fac-simile*, com estudo introdutório de T. J. Gamito, pela Universidade do Algarve, com o apoio de Faro-Capital Nacional da Cultura (Veiga, 2005).

Neste início de milénio, encontraram-se, finalmente, reunidas as condições para a realização do presente Encontro em sua homenagem, organizado pela Câmara Municipal de Silves em colaboração com outras entidades, depois de publicado, igualmente por esta autarquia algarvia, em colaboração com o Museu Nacional de Arqueologia, o volume V das "Antiguidades", que Estácio se encontrava a escrever aquando do seu falecimento (Veiga, 2006), com Introdução do signatário (Cardoso, 2006): é que o seu trabalho, alicerçado em sólidos princípios metodológicos, e não fruto do acaso ou das circunstâncias, continua a ser inspirador para quem encara a prática arqueológica, mais do que um simples modo de ganhar dinheiro ou de exercer de forma neutra uma profissão, por muito relevante e socialmente válida que ela se afigure, como uma verdadeira actividade científica. Longe vão os tempos da "Arqueologia agit-prop", ou da inocente mas destrutiva "Arqueologia promenade", nesta época de "Arqueologia techno", em que o poder dos meios alocados é quantas vezes inversamente proporcional à profundidade das ideias que supostamente deviam deles decorrer...

Da leitura dos quatro volumes das "Antiguidades", transparece, claramente, uma forma totalmente inovadora – e que se mantém actual, nos seus aspectos essenciais – da prática arqueológica, desde o rigor dos trabalhos de campo e respectivos levantamentos, até ao estudos de gabinete, passando pela discussão, no plano conceptual, dos resultados obtidos.

Convém dizer que os quatro volumes das "Antiguidades" resultaram de um contrato que Estácio assinou com o Governo, a 29 de Maio de 1879 e destinavam-se a dar à estampa o estudo, de forma aprofundada, dos monumentos e artefactos (a que Estácio dá a designação recorrente de "característicos") identificados e recolhidos no decurso dos trabalhos de campo efectuados entre Março de 1877 e Outubro de 1878. Tais trabalhos de campo resultaram, igualmente, de incumbência do Governo, regulamentada por Portaria datada de 15 de Janeiro de 1877 (menos provavelmente de 11 de Janeiro,

como consta em alguns documentos), mas que não foi oficialmente publicada, pelo que se desconhecem os pormenores do contrato.

Ao contrário dos arqueólogos-antiquários do seu tempo, que pontificavam então na "Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes", Estácio sabia também que o cabal conhecimento em Arqueologia só podia ser completo se se valorizassem os contributos oriundos da área das Ciências Naturais, completamente ignorados por aqueles. Foi, por exemplo, o primeiro arqueólogo, sem pertencer à escola dos geólogos, arqueólogos da Comissão Geológica, a publicar a classificação das espécies domésticas de mamíferos recolhidas em contextos arqueológicos, mesmo que tardios (caso das estações romanas do Algarve), bem como a evidenciar o papel determinante que os recursos naturais poderiam deter no padrão de povoamento, especialmente os mineiros, na inóspita região serrana do Algarve Oriental.

Tal orientação científica, que imprimiu aos seus escritos, decorria, naturalmente, da sua própria formação, obtida na Escola Politécnica, em Lisboa, como engenheiro de minas, onde cursou disciplinas de geologia, paleontologia e mineralogia, a par de outras, como topografia e geodesia, que lhe conferiram aptidões especiais para a realização dos trabalhos de campo que, depois, foi chamado a realizar.

Tais diferenças de procedimentos distanciavam-no dos arqueólogos-antiquários do seu tempo, realidade que se encontra expressa pelos conflitos de opinião que estalaram na "Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes" e que resultaram na saída do arqueólogo algarvio; mas, por outro lado, manejava as fontes clássicas, a que também recorria sempre que necessário, bem como os paralelos etnográficos fornecidos pelos povos primitivos actuais, facto que também o afastava do positivismo pragmático dos geólogos-arqueólogos seus colegas, que o encaravam também com alguma reserva: disso é prova o silenciamento de que foi vítima no Congresso de 1880, cujo Secretário Geral era Carlos Ribeiro. Tais factos só reforçam a originalidade da sua obra científica, a qual, eminentemente pluridisciplinar, explica a sua actualidade e o seu real interesse.

Estácio abandonou em 1875 a Associação dos Arqueólogos Portuguezes, onde ingressara como Sócio

efectivo a 13 de Novembro de 1873, e onde desempenhou o cargo de Secretário da Secção de Arqueologia. A sua actividade na Associação deve ter sido assinalável, sobretudo no campo da Museologia; abandonou-a antes de publicado o elogio histórico de Arcisse de Caumont, a pedido do Presidente da Associação, o qual veio a lume, já na qualidade de "antigo sócio" (Veiga, 1875). Sabendo a grande importância que a figura daquele erudito francês detinha para Possidónio da Silva, é fácil concluir que aquela incumbência representava uma distinção rara concedida pelo Presidente da Associação. As razões para tal abandono prendem-se com divergências com a organização que deveria ser dada ao Museu: já a 6 de Julho de 1874, Estácio tinha apresentado detalhadamente a Possidónio da Silva um conjunto de medidas tendente a reorganizar o espaço expositivo, actualizando-se o inventário das colecções e efectuando-se a redacção do respectivo catálogo, para além de se alterar a posição das epígrafes romanas oriundas do Algarve, preocupações que não foram atendidas (Fig. 3). Nesse ano de 1874 as relações eram ainda cordiais e de franca colaboração entre ambos: comprova-o a carta de 10 de Março enviada por Estácio a Possidónio, informando-o da existência de duas inscrições algarvias "com caracteres desconhecidos", prometendo a remessa de decalques, promessa que cumpriu.

Esta falta de interesse por parte de Possidónio da Silva em acolher as sugestões de Estácio redundou, a breve trecho, em azedume da parte deste, referindo-se sempre muito depreciativamente à dita Associação. Por exemplo, numa carta de 3 de Junho de 1877, dirigida ao Director-Geral da Instrução Pública, o Conselheiro António Maria de Amorim, seu amigo e protector, referia-se àquela

"como celebre museu dos architectos, que por deficiência do paiz melhor fora não existir, assim como o seu famoso catalogo, obra singular que acabou de pôr em relevo todo aquelle desconcertado labirintho".

Muito mais tarde, noutra missiva endereçada ao mesmo, a 30 de Maio de 1881, desabafava, que Portugal, com excepção do Museu da Comissão dos Trabalhos Geológicos, possuía

"apenas pequenas collecções mal organisadas e um celebre museu, que tomou o titulo de real associação

dos architectos e archeologos portugueses, que nunca foi nem pôde ser considerado como museu archeologico, porque não passa de ser um inextricável labyrintho, em que tudo se acha misturado e confundido, sem pensamento, sem systema, sem organização alguma, tendo alias alguns excellentes monumentos, mas que ninguém sabe pela maior parte de que pontos certos e determinados foram extraídos nem em que condições archeologicas descobertos!"

Não deixa de ter interesse notar que, ao abandono da Associação dos Arqueólogos, se sucedeu, a curto prazo, a proposta para sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, datada de 18 de Novembro do mesmo ano, vindo a ser eleito sócio correspondente da Segunda Classe a 8 de Junho de 1876.

Residindo já em Lisboa, sabe-se, pelo próprio Estácio, que boa parte do ano de 1876 foi dedicado ao estudo da tábula de bronze de Aljustrel, depositada na então Secção dos Trabalhos Geológicos, que ocupava o segundo andar do prédio da Academia das Ciências. Tratou-se de trabalho aturado e exigente, que o próprio descreve em pormenor, na parte introdutória do estudo daquele notável monumento epigráfico romano (Veiga, 1880 b). Deste modo, pode concluir-se que, nesse ano, as actividades do autor se desenvolveram essencialmente em Lisboa, onde já então gozava de consolidado prestígio nos meios académicos e científicos; contava 48 anos.

Em síntese: Estácio da Veiga foi autor de um discurso original no campo dos estudos da Arqueologia em Portugal: valorizando o estudo científico do objecto arqueológico, a começar pelo seu adequado registo no terreno, não pela sua beleza ou valor intrínseco, mas por constituir uma fonte objectiva de informação, aproximava-se dos seus colegas da Comissão Geológica, sem se confundir com eles; e afastava-se decididamente dos antiquários, que desdenhava, e também dos historiadores, então incapazes de reconhecerem valor científico aos vestígios materiais, especialmente aos que se afiguravam mais humildes. Ao contrário destes últimos, procurou conciliar informações proporcionadas pelo estudo dos espólios com o registo histórico, incluído neste as fontes clássicas e até os autores portugueses de séculos anteriores, como as obras de sua autoria cabalmente evidenciam.

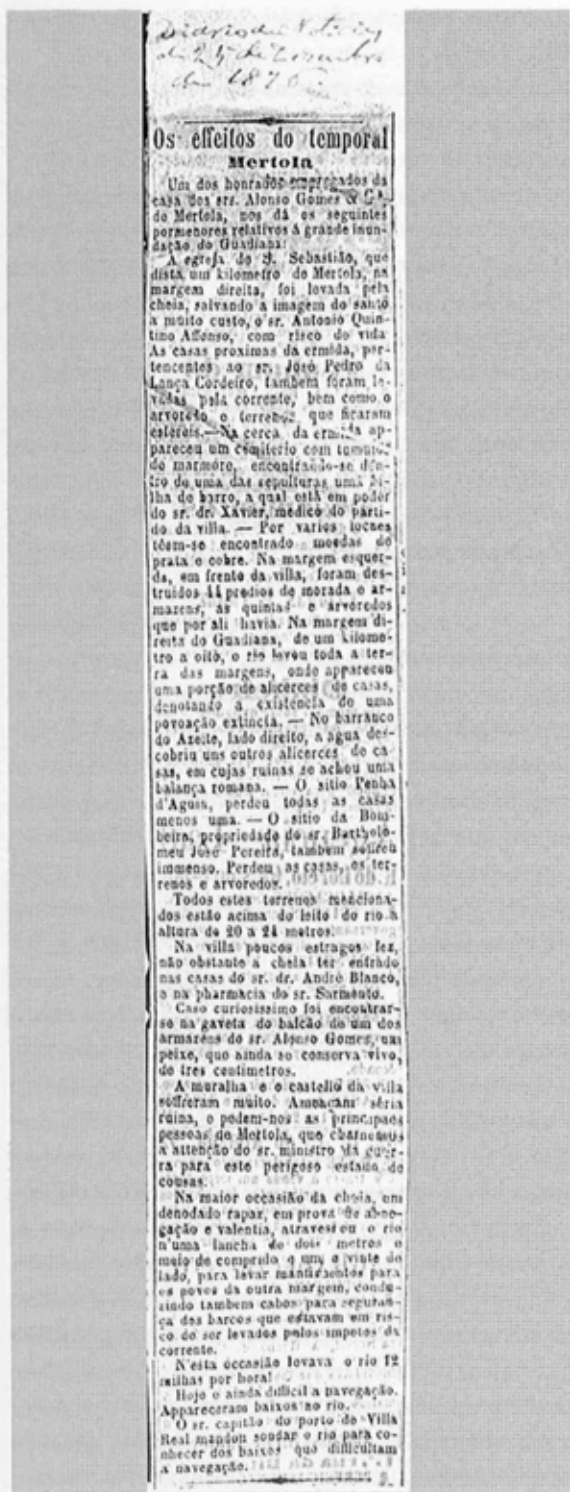


Fig. 4 – Recorte do “Diário de Notícias”, de 25 de Dezembro de 1876, relativo às grandes cheias do Guadiana.

Acresce, ao que foi dito, a plena consciência que Estácio possuía do interesse e importância da informação, que, então como agora, era intensamente produzida, sobre a origem e antiguidade da espécie humana e as sucessivas fases da sua cultura material em território europeu. As inúmeras citações de obras de eminentes naturalistas, fossem antropólogos ou geólogos, a par de arqueólogos, do seu tempo, mostram um espírito crítico, sempre atento aos progressos científicos produzidos além-fronteiras, sendo hoje difícil imaginar-se os esforços e dinheiro dispendidos para a obtenção dessas obras, que certamente possuiu, leu e releu, como se verifica ao longo das obras arqueológicas de que foi autor.

### 3. Os trabalhos realizados em Mértola, entre 2 e 13 de Março de 1877

Vale a pena conhecer com detalhe os trabalhos realizados em Mértola, os quais lhe deram alento suplementar para empreender a missão algarvia de que já então estava oficialmente incumbido, e onde refinou a metodologia na recolha, selecção e exploração da informação que, depois, viria a aplicar com tanto êxito.

É sabido que foram as grandes cheias do Guadiana, ocorridas em Novembro e Dezembro de 1876, as quais, tendo atingido o seu máximo na noite de 7 de Dezembro, puseram a descoberto, em diversos sítios, ao longo da margem direita do rio, pertencentes aos concelhos de Mértola e de Alcoutim, numerosos e importantes vestígios arqueológicos, que estiveram na origem da incumbência cometida a Estácio da Veiga (Pereira, 1981; Cardoso & Gradim, 2004).

Ainda no dia 25 de Dezembro de 1876, já depois das grandes cheias do início desse mesmo mês, o Diário de Notícias continuava a dar relevância ao acontecimento, publicando breve descrição dos estragos causados pela corrente, mencionando os vestígios arqueológicos postos a descoberto (Fig. 4):

“Os efeitos do temporal

Mertola

Um dos honrados empregados da casa dos srs. Alonso Gomes & C.<sup>a</sup>, de Mertola, nos dá os seguintes pormenores relativos á grande inundação do Guadiana:

A igreja de S. Sebastião, que dista um kilometro de Mertola, na margem direita, foi levada pela cheia, salvando a imagem do santo a muito custo, o sr. Antonio Quintino Affonso, com risco de vida. As casas proximas da ermida, pertencentes ao sr. José Pedro da Lança Cordeiro, tambem foram levadas pela corrente, bem como o arvoredado e terrenos que ficaram estereis. – Na cerca da ermida appareceu um cemitério com tumulos de marmore, encontrando-se dentro de uma das sepulturas uma bilha de barro, a qual está em poder do sr. dr. Xavier, medico do partido da villa. – Por varios locais têm-se encontrado moedas de prata e cobre. Na margem esquerda, em frente da villa, foram destruidos 44 predios de morada e armazens, as quintas e arvoredos que por ali havia. Na margem direita do Guadiana, de um kilometro a oito, o rio levou toda a terra das margens, onde appareceu uma porção de alicerces de casas, denotando a existencia de uma povoação extincta. – No barranco do Azeite, lado direito, a agua descobriu uns outros alicerces de casas, em cujas ruinas se achou uma balança romana. – O sitio Penha d’Águia, perdeu todas as casas menos uma. – O sitio da Bombeira, propriedade do sr. Bartholomeu José Pereira, tambem soffreu imenso. Perdeu as casas, os terrenos e arvoredos.

Todos estes terrenos mencionados estão acima do leito do rio a altura de 20 a 24 metros.

Na villa poucos estragos fez, não obstante a cheia ter entrado nas casas do sr. dr. André Blanco, e na pharmacia do sr. Sarmiento.

Caso curiosissimo foi encontrar-se na gaveta do balcão de um dos armazens do sr. Alonso Gomes, um peixe, que ainda se conserva vivo, de tres centimetros.

A muralha e o castello da villa soffreram muito. Ameaçam séria ruina, e pedem-nos as principaes pessoas de Mertola, que chamemos a attenção do sr. ministro da guerra para este perigoso estado de cousas.

Na maior occasião da cheia, um denodado rapaz, em prova de abnegação e valentia, atravessou o rio n’uma lancha de dois metros e meio de comprido e um e vinte de lado, para levar mantimentos para os povos da outra margem, conduzindo tambem cabos para segurança dos barcos que estavam em risco de ser levados pelos impetos da corrente.

N’esta occasião levava o rio 12 milhas por hora!

Hoje é ainda difficil a navegação. Appareceram baixos no rio.

O sr. capitão do porto de Villa Real mandou sondar o rio para conhecer dos baixos que difficultam a navegação”.

Tais descobrimentos fortuitos, a que se juntaram os verificados no concelho de Alcoutim, no sitio do Montinho das Laranjeiras e do Álamo, perto da margem direita do Guadiana, foram largamente comentados na opinião pública, logo que publicitados pela imprensa, como de facto se verificou, o que motivou a attenção do Governo, que consultou a Academia Real de Belas Artes, através do seu Vice-Inspector, Marquês de Souza-Holstein. Este Académico tinha redigido no ano transacto um Relatório sobre o ensino das Artes, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da Arqueologia, no qual expressou a opinião de que

“A formação de um museu central em Lisboa, a conservação e desenvolvimento dos museus provinciales, juntamente com uma boa organização do serviço de excavações contribuiria sem duvida muito para em Portugal levantar os estudos archeologicos do abatimento em que se acham, poisque, em que nos peze, é fora de duvida que taes estudos inaugurados por André de Resende, tão notavelmente perseguidos por algumas academias do século passado, estão hoje completamente desprezados (...)” (Sousa-Holstein, 1875: 34, 35).

Tendo presente a competência de Estácio da Veiga no domínio da Arqueologia, já reconhecida oficialmente, através da entrada, nesse mesmo ano de 1876 na primeira instituição científica do Reino, a Academia Real das Ciências de Lisboa; o facto de se encontrar a redigir uma memória sobre a arqueologia do Algarve, na sequência de estudos avulsos já publicados sobre a referida temática, que seriam do domínio do seu círculo de amigos e confrades, (as “Varias Antiguidades do Algarve”); e, ainda, a circunstância de ser algarvio, dispondo de inúmeros contactos, pessoais e familiares, que muito facilitariam os trabalhos de campo a empreender, conduziram naturalmente à sua incumbência de reconhecer as antiguidades postas a descoberto pelas cheias do Guadiana, e efectuar o reconhecimento das que pudessem existir no restante território algarvio.

Recorde-se, aliás, que Estácio mantinha contactos

científicos com Sousa-Holstein desde pelo menos o início do ano de 1876, como se conclui de carta enviada pelo arqueólogo algarvio, datada de 2 de Fevereiro de 1876 e conservada no Arquivo da Academia Nacional das Belas Artes (Pereira, 1981, Documento nº. 13): a propósito do descobrimento e eventual exploração do cemitério romano de Marim, nela se oferece para proceder a trabalhos arqueológicos na região do sotavento:

“Deste a margem direita do rio Guadiana até à torre de Marim, e dali para o Milreu, recorrendo aos meus apontamentos, poderei citar todos os pontos em que se manifestam vestígios de construções romanas; e prestar-me-ei a isso sem a mínima reserva, se o governo para tais trabalhos mandar pessoa competente, que não esteja desprovida desses conhecimentos; pois o meu fim é contribuir embora com limitado auxílio, para o desenvolvimento de um estudo, que a civilização dos nossos dias está ansiosamente exigindo.”

A resposta a este tão desinteressado oferecimento, logo emitida a 4 de Fevereiro por Souza-Holstein, é francamente receptiva ao interesse de Estácio efectuar escavações no recém-descoberto cemitério, tomando a iniciativa de oficiar sobre este assunto o Ministro respectivo (o do Reino).

Com tais antecedentes, a que se somava a sua particular formação científica, já atrás valorizada, Estácio da Veiga reunia, como nenhum outro arqueólogo do seu tempo, condições para ser nomeado para a exploração arqueológica de Mértola e do Algarve, a qual se veio a concretizar por Portaria do Governo, de 15 de Janeiro de 1877, nas circunstâncias que o próprio relatou, em 1880:

“Foi o sr. Conselheiro António Maria de Amorim o primeiro interprete da opinião publica, como ao seu cargo competia, apresentando ao sábio ministro do reino o sr. António Rodrigues Sampaio a proposta para o exame das antiguidades, que alguns jornaes repetidas vezes recommendaram, e o sr. Sampaio, ouvido o conselho de ministros, foi o signatário da portaria que me auctorisou a emprehender esse exame” (Veiga, 1880 a, p. 3).

Significativamente, omitiu neste processo o papel desenvolvido pela Academia Real das Belas Artes, apesar de as relações com os seus dirigentes ainda não serem hostis, como depois aconteceu, na sequência da organização naquela Instituição do Museu Arqueológi-

co do Algarve.

Na pesquisa efectuada em sucessivos números do “Diário do Governo”, não se encontrou a publicação da referida Portaria, pelo que se desconhece quais as condições contratuais a que ambas as partes estavam obrigadas. Pela correspondência, verifica-se que a conclusão dos trabalhos estava prevista para o fim mês de Junho.

Deste modo, não se tratava, de um simples e limitado reconhecimento em torno dos vestígios acidentalmente descobertos; pela primeira, e talvez única vez, em Portugal, não se pretendiam remediar os efeitos, mas atingir as próprias causas, num processo preventivo de largo alcance, que passava pela concretização de um objectivo muito preciso e ambicioso, ainda hoje longe de concretizado: o reconhecimento arqueológico de todo o Algarve!

Esta decisão, que deve ser entendida como excepcional, ao nível da Administração Pública, substituindo-se, como era e é usual, ao princípio do menor custo, sobretudo quando se trata de assuntos de carácter cultural, teve pouco impacto na vida da população em geral; porém, exactamente pelo seu carácter excepcional, esteve na origem do mais notável estudo arqueológico até ao presente efectuado em Portugal por uma só pessoa, o qual, contrariando também a regra, foi levado a bom termo, pese embora as dificuldades que Estácio teve de vencer, à custa de muita pertinácia, só suportada pela sua vontade pessoal, decorrente da profunda convicção da valia da obra de que estava incumbido, valia a par e passo reafirmada.

Logo que encarregue da missão, e antes de comparecer em Mértola, Estácio entrou em contacto com as individualidades locais que mais informações lhe pudessem prestar, as quais não tardaram. É o caso de diversas missivas que lhe foram enviadas a 20 de Dezembro de 1876, 25 de Dezembro de 1876 e 2 de Janeiro de 1877 por Manuel Inácio de Mello Garrido.

Assim, o cemitério a que este alude na carta de 20 de Dezembro, corresponde à vasta necrópole da Cerca de S. Sebastião, assim designada por o referido espaço se encontrar murado. Aparte a recolha de alguns materiais arqueológicos, com destaque para uma urna ainda com alguns restos de cinzas e de ossos calcinados, oferecida pelo médico Dr. António Xavier de Brito, depois reproduzida (Veiga, 1880 a, Est. V), bem como a obser-

vação de diversas sepulturas postas a descoberto pelas enxurradas, a exploração da necrópole não foi possível, porque a isso se opôs o proprietário do terreno, situação que o próprio Estácio compreendeu, dados os estragos provocados na propriedade pela torrente. Já as edificações antigas, localizadas a uma légua e légua e meia da vila, devem corresponder aos vestígios encontrados na Vargem da Vaqueira, cerca de 2 km a jusante de Mértola, ou na Vargem de S. Braz, distante da vila mais de 2 km para montante, descritos na sua bela monografia.

Na missiva datada de 25 de Dezembro, Mello Garrido, pessoa certamente informada e bem relacionada com reconhecidos especialistas da época, como Augusto Soromenho, declara que a “exploração do terreno, onde foi descoberto o cemitério antigo” (refere-se à Cerca de S. Sebastião) não traria quaisquer dificuldades, o que, como se viu, não se verificou. A grande necrópole romana da Cerca de S. Sebastião só viria a ser explorada entre Outubro de 1991 e Janeiro de 1992, prosseguindo nos anos seguintes, até 1998. No total, foram identificadas e escavadas 269 sepulturas tardo-romanas, situáveis entre o século III e o século V d. C. Situava-se junto a uma via, variante da que ligava *Myrtilis* a *Pax Ivlia*, e já fora de portas da cidade, respeitando assim os princípios em vigor na época para a localização das necrópoles (Lopes, 1999).

Uma balança romana, de cobre e de pequenas dimensões, a que a carta também alude, foi recolhida no Barranco do Azeite, campo com ruínas situado cerca de 13 km a jusante de Mértola, mas Estácio não a conseguiu desenhar, dada a falta de tempo (Veiga, 1880 a, p. 16). Quanto a uma moeda, igualmente mencionada, trata-se certamente de uma cunhagem local, de *Myrtilis*, e não a uma das raríssimas cunhagens atribuídas, com reserva, a Serpa, *Sirpens* (Vasconcellos, 1901, Fig. 22), como Mello Garrido supunha. Aliás, os dois decalques de moedas de *Myrtilis* executados por Estácio não deixam dúvidas quanto à cunhagem ter sido feita nesta localidade. Curiosa é também a alusão, na mesma carta, ao solho, ou esturjão, o qual ainda se capturava, aparentemente com regularidade, no rio Guadiana.

Enfim, a carta de 2 de Janeiro de 1877, confirma a impossibilidade de se efectuarem as pretendidas escavações na Cerca de S. Sebastião, aludindo à exigência

despropositada do proprietário, que consistia, como Estácio declara em 1880, em uma indemnização que, naturalmente, não estava em condições de assumir. Reafirma-se, outrossim, o potencial interesse dos dois sítios onde a exploração arqueológica seria proveitosa, correspondente provavelmente à Vargem de S. Braz e à Vargem da Vaqueira.

Estas informações afiguraram-se úteis, entre outras, para que Estácio pudesse organizar eficazmente a sua curta estadia no terreno, rentabilizando o tempo a dispendir.

Com idêntico objectivo, antes de partir para o terreno, Estácio da Veiga elaborou um inquérito arqueológico, idêntico ao que preparou para o Algarve, e, tal como aquele, datado de 5 de Fevereiro de 1877 (Fig. 5). É natural que este documento tivesse sido antecipadamente distribuído na vila, junto das pessoas mais ilustradas, sob a égide da autoridade em representação do Governo: o administrador do concelho, figura hoje desaparecida na organização do poder local, além dos seus correspondentes locais:

“Districto de Beja

Concelho de Mértola

1.º Se consta terem sido observados, em determinadas condições geológicas, alguns vestígios humanos ou artefactos que possam referir-se á época da formação dos respectivos terrenos?

2.º Podem ser designados alguns logares em que se tenham descoberto instrumentos de pedra lascada, e de pedra polida principalmente os denominados pedras de raio?

3.º Ha no concelho algumas grutas, cavernas, ou furnas?

4.º Ha alguma Anta, inteira ou em ruínas, ou quaes quer outros monumentos de pedra tosca isolados, agrupados, em alinhamentos, ou formando circuitos?

5.º Ha noticia de sítios em que se tenham encontrado instrumentos e utensilios de cobre, de bronze, ou de outro metal?

6.º Ha no concelho alguma mina com indícios de trabalho antigo, e donde se tenham extraído diversos artefactos de origem desconhecida?

7.º Ha sítios, que manifestem vestígios de edificios arrazados, signaes de canalisação, de arruamentos ou



de estrada calçada (???) para o sul como na orientação de Beja, algum marco milliario, fragmentos de pilastras, e de colunas, quer sejam bases, fustes ou capiteis, de cornijas ornamentadas, de arcos, ou de quaesquer outras peças de trabalho architectonico, e de escultura como estatuas, baixos relevos com figuras symbolicas, etc.?

8.º Em que distancia e orientação se acha o sitio mais abundante de construcções arrazadas, tanto em relação á villa, como ao campo mortuario ultimamente descoberto, e que objectos consta terem sido alli achados, que possam dar idéa da época e do povo a que deviam attribuir-se os jazigos?

9.º Em que sitios têm apparecido monumentos sepulcraes isolados, com ossos ou sem elles, e contendo objectos de argilla, de vidro, de metal, etc.?

10.º Em que logares ha monumentos ou pedras com letreiros antigos?

12.º Em que sitios têm apparecido moedas antigas, e quem as tem colligido?

11.º Ha edificios publicos ou particulares, que no seu revestimento externo manifestem fragmentos de monumentos architectonicos?

13.º Ha noticia de logares onde se tenham verificado construcções subterraneas?

14.º Dentro ou fóra da villa, em obras de construcções modernas tem apparecido vestigios de edificios antigos? E alguns objectos artisticos?

15.º Ha no castello algum indicio apparente de construcções diversas, e visivelmente monumentos aproveitados como material de construcção?

16.º Existe ainda, perto do convento de S. Francisco, o monumento com a inscrição árabe, cuja tradução foi publicada por Fr. João de Sousa, e ha noticia de mais inscrições da mesma época?

17.º Entre os monumentos posteriores á fundação da monarchia, quaes são considerados como mais antigos e notaveis dentro dos limites do concelho, em quaes aquelles em que se acham inscrições, abertas em caracteres estranhos aos do alphabeto latim?

18.º Ha no concelho algum archeologo ou pessoa instruida, que tenha estudado as antiguidades locaes, ou colligido objectos archeologicos?

Obs.= Cada logar, dos que fôrem designados como sédes de antiguidades de qualquer época, convem que

seja indicado com o seu nome local, com o do seu actual proprietario e com a orientação geographica e distancia, em relação á villa.

5 de Fevereiro de 77.

O teor deste inquérito mostra que Estácio tinha previamente recolhido documentação sobre as anti-guidades da vila, como prova a alusão à inscrição em caracteres arábicos estudada por Frei João de Sousa e por este publicada nas "Memórias de Literatura da Academia Real das Ciências", Lisboa, 1793.

Nesse mesmo dia, Estácio remeteu ao Governador Civil do Distrito de Beja Ofício, solicitando-lhe que envide esforços para que o Administrador do concelho de Mértola o auxilie naquilo que for de sua competência.

A fim de claramente ficarem definidas previamente as suas competências, para a prossecução eficaz da missão que tinha sido encarregue pelo Governo, de modo a que estas não fossem por ninguém questionadas, pede que, através deste, lhe sejam dadas instruções e que, as respectivas resoluções sejam do conhecimento das autoridades com quem tinha de se entender, tanto em Mértola, como no Algarve. As instruções e as resoluções, delas decorrentes, encontram-se explicitadas no seguinte documento, muito rasurado, cuja minuta se encontra datada, tal como a do anterior documento, de 5 de Fevereiro de 1877:

"Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga, encarregado do reconhecimento archeologico do Algarve e dos campos de Mértola:

Pede as instruções seguintes:

1.ª Quando haja necessidade de dirigir por escripto ou por telegramma alguma communicação ao Ministerio do Reino, com que auctoridade deve corresponder-se?

2.ª Não podendo os directores de obras publicas em algumas localidades fornecer os operarios precisos para as explorações, e convindo que este serviço não soffra a minima demora, a fim de que o prazo marcado pelo Governo seja devidamente bem aproveitado, poderei requisitar os ditos operarios aos administradores dos concelhos, sendo elles previamente prevenidos neste sentido pelos governadores civis?

3.ª Quando no decurso dos trabalhos appareçam, ou já tenham antecedentemente apparecido em pro-

priedades particulares, monumentos archeologicos, que pela sua importancia mereçam ser adquiridos por conta do Estado, ou que por correrem o risco de serem destruidos não haja outro meio de os resgatar, como deve prevenir e tratar este assumpto?

4.<sup>a</sup> Havendo particulares, que offereçam ao Estado alguns monumentos que destino devo dar-lhes, em que repartições dos concelhos convirá melhor deposital-os, e a que auctoridade, poderei requisitar o seu transporte e arrecadação temporaria?

5.<sup>a</sup> Convindo dar-se o mais proveitoso destino aos monumentos, que o Estado poderá adquirir no Algarve e nos Campos de Mértola, e querendo o Governo determinar que com elles se comece a organização de um grande museu archeologico central, em que sejam systematicamente representadas as antiguidades do reino, a que repartição da capital devem ser endereçados os ditos monumentos, e a que auctoridade poderei dirigir-me solicitando o respectivo transporte?

6.<sup>a</sup> Preferindo porem o Governo, que com os ditos monumentos adquiridos se comece provisoriamente a util instituição de dois museus archeologicos districtaes, um em Beja e outro em Faro, sob a protecção dos governadores civis, poderei neste sentido entender-me com estas auctoridades, para que os façam transportar, e convoquem uma commissão provisoriamente encarregada da sua regular coordenação, de promover a aquisição dos que se forem descobrindo, e de registrar em livro especial a entrada de cada um, com a noticia do logar e condições archeologicas do seu apparecimento, e quem assim prosiga até haver lei geral e regulamentos correspondentes para regerem este importantissimo assumpto?

Instrucções, resoluções e objectos, que pede EdaV para bem regular os serviços concernentes á commissão archeologica de que se acha incumbido.

Que ao Ministerio das Obras Publicas sejam pedidos varios instrumentos e utensilios de trabalho, que em nota separada designar, sob a condição de serem restituídos os que não forem de consumo, logo que finde a minha commissão.

8.<sup>a</sup> Convindo que tenham o mais proveitoso destino os monumentos que o Estado poder obter no Algarve e nos campos de Mértola, deverão ser acondi-

cionados e transportados para Lisboa com direcção ao Secretario Geral da Academia Real das Sciencias, para com elles preparar a mesma Academia a organização de uma grande museu archeologico, em que sejam systematicamente representadas as antiguidades do reino, por isso que a sua lei fundamental lhe incumbe este estudo especial? Ou prefere e determina o Governo, que com os ditos monumentos se comece provisoriamente a instituição de dois museus archeologicos districtaes, um em Faro e outro em Beja, sob a protecção e presidencia dos respectivos governadores civis, ficando a cargo destas auctoridades a nomeação, precedida de convite, de tres ou cinco individuos de reconhecida illustração para se constituirem em commissão permanente, a fim de conservarem os que se tenham adquirido, promoverem a aquisição dos que se fôrem descobrindo na sua área districtal, ocuparem-se em reunir elementos para o seu estudo, e em registrarem, a respeito de cada um, o logar e as condições archeologicas do seu descobrimento, emquanto não houver lei geral e regulamentos especiaes, que vejam esta importantissima riqueza scientifica do paiz?

Pede as seguintes resoluções:

7.<sup>a</sup> Sendo de grande apreço as informações que podem prestar os engenheiros encarregados dos trabalhos geodesicos e hydrográphicos do Algarve desejo ter nota dos pontos em que actualmente trabalham estes engenheiros, e que o director geral dos trabalhos geologicos os convidem a instruirem-me com os seus auxilios, e que do mesmo modo sejam prevenidos os engenheiros empregados na viação ferrea.

8.<sup>a</sup> Que para a copia em duplicado das inscrições pelo processo calcographico, e tiragem dos relevos ornamentaes e symbolicos dos monumentos, tenha ordem a Imprensa Nacional para lhe fornecer umas 400 folhas de papel de impressão incorporado e de grande formato, e dez mãos de papel plastico (papel córado de algodão de folha grande), precedendo a escolha das quantidades mais appropriadas, por isso que a retalho não se acham estes papeis á venda publica."

Embora não endereçado, conclui-se, pela respectiva leitura, que este documento se destinava ao Ministro do Reino, que superintendia na administração civil do território. A minúcia com que se previram as necessida-

des decorrentes da realização dos trabalhos de campo é bem demonstrativa do cuidado com que Estácio os preparou.

Note-se que este documento foi escrito, tal como os anteriores, a 5 de Fevereiro de 1877, quando Estácio ainda se encontrava em Lisboa, residindo em Palhavã, o que reforça os cuidados dispensados à preparação da missão arqueológica a Mértola e ao Algarve de que estava encarregue.

Consequência imediata de uma do anterior conjunto de resoluções, por si requeridas, é o pedido endereçado a 14 de Fevereiro de 1877 ao Director da Imprensa Nacional, para que lhe fossem fornecidas diversas quantidades de diferentes tipos de papel de que precisava, invocando a autorização já dada pelo Ministério do Reino, datada já de 14 de Fevereiro; entretanto, havia-se mudado para um terceiro andar da Rua de S. José.

Mais tarde, viria a residir no não menos popular Largo de Arroios, onde viria a falecer. Esta movimentação faz crer que poucos bens possuiria. Com efeito, ao longo de toda a correspondência, perpassa a ideia de uma vida remediada, em que as subvenções do Governo, por insuficientes que fossem, faziam efectivamente falta à economia doméstica. É provável que esse facto tenha determinado a permanência, durante longas temporadas, no Algarve, de 1882 em diante, onde a vida era mais barata e, residindo em casa própria e aproveitando o que tinha de seu, poderia viver mais desafogadamente.

Estácio chegou a Mértola na diligência vinda de Beja a 2 de Março de 1877. Cuidadoso com tudo o que lhe dizia respeito, conservou o respectivo bilhete, que constitui hoje uma raridade curiosa (Fig. 6).

No decurso da sua estadia na vila, efectuou investigações em diversos locais, como o Barranco do Azeite, a Cerca de S. Sebastião, a Vargem da Vaqueira e a Vargem de S. Braz. A Vargem da Bombeira possuía vestígios de construções análogas às observadas naqueles dois últimos locais, e, tal como ali, não se efectuaram explorações por absoluta falta de tempo. Foi o espaço urbano da vila que proporcionou a Estácio os melhores resultados, designadamente a área entre o Rocio do Carmo e a ermida de Santo António, onde investigou notável necrópole visigótica. Ainda no decurso da sua presen-

ça na vila, apenas cinco dias depois de ali ter chegado, comunica a João Pedro da Costa Basto, a 7 de Março, as suas primeiras descobertas, solicitando ao Oficial maior da Torre do Tombo, a quem trata por Amigo e Mestre, comentários sobre a leitura de duas epígrafes funerárias paleocristãs por si identificadas

O latinista responde-lhe logo a 10 de Março, com base nos textos, cuidadosamente decalcados por Estácio, em ensaios sucessivos. Estava assim a dar os primeiros passos no estudo do espaço funerário que existiu na área urbana de Mértola, que se desenvolvia entre o Rocio do Carmo e a Ermida de Santo António, comunicado sob reserva a João Pedro da Costa Basto.

As inscrições referidas nestas duas cartas foram ulteriormente publicadas por Estácio da Veiga. Assim, sabe-se que a primeira inscrição lhe foi oferecida por Alonso Gomes, que a havia comprado ao trabalhador que a encontrou, quando se abriu “o corte da estrada de Mértola para Beja, junto à valleta e quasi em frente da ermida de Santo António” (Veiga, 1880 a, p. 101). A segunda, igualmente achada junto da berma da referida estrada, foi comprada por Domingos Martins Peres, que também a ofereceu a Estácio (Veiga, 1880 a, p. 108).

Uma terceira inscrição, escrita em grego, e da qual, à data, não se sabia o significado, foi achada, tal como as duas anteriores, “junto à valleta do lado opposto da estrada de Mértola para Beja na ocasião em que se faziam os desaterros para a execução do traçado d’aquella estrada.” A lápide epigrafada fora-lhe oferecida por Domingos Martins Peres, vindo a ser publicada, depois de consultado o seu amigo Hübner, em 1880. Este monumento é notável, como o próprio sublinha, “testemunhando o elemento bysantino, de que dão prova alguns portos de Hispanha e Portugal, até á epocha do imperador Justiniano, que morreu no anno de 565” (Veiga, 1880 a, p. 119). A esta inscrição grega, outras se lhe haveriam de juntar mais tarde (Dias, in Torres & Macias, 1993). Outra notável inscrição de que se guarda decalque, feito na época, é a do presbítero Satirio,

“(…) que Manuel de Oliveira achou junto ao seu quintal, no Rocio do Carmo, quasi a um metro de fundura, e que logo destinou para a lareira da chaminé!” (Veiga, 1880 a, p. 103).

As onze lápides funerárias visigóticas, inteiras ou



Fig. 6 – Bilhete da diligência que transportou Estácio da Veiga de Beja para Mértola a 2 de Março de 1877.

fragmentadas, recolhidas por Estácio no decurso dos dez dias que permaneceu em Mértola foram por si inventariadas, conjuntamente com outras inscrições, em duas folhas manuscritas. A estas, juntaram-se mais três, obtidas ulteriormente (Veiga, 1880 a: 21).

A conclusão de ter existido em Mértola uma igreja cristã, foi logicamente deduzida da presença deste presbítero:

“Veiu este monumento revelar, que no anno de 476 havia em Myrtilis uma igreja christã; pois foi n’aquelle anno que o presbytero Satirio começou a governal-a, sendo mui provável que já anteriormente existisse, tanto mais que o epitaphio não designa como primeiro este presbytero” (Veiga, 1880 a: 105).

Perto do local de recolha desta lápide, foi recolhido por Estácio da Veiga, numa breve escavação realizada no decurso da sua estada em Mértola em Março de 1877, uma base de coluna de mármore assente em cimento e

“um grande fragmento de gradaria ou de janella, também de mármore (...); o que me deixa presumir, que na própria igreja fosse sepultado o presbytero que a governou treze annos” (idem, ibidem).

Com efeito, a existência de um templo foi ulteriormente confirmada por J. Leite de Vasconcellos, em 1908, aquando das extensas escavações que realizou no local, como adiante se verá.

Entretanto, importa sublinhar que a identificação por Estácio da Veiga da notável necrópole do Rossio do Carmo, não resultou das cheias do Guadiana, ao contrário do que já se afirmou a tal respeito (Lopes, 2003: 145), mas sim da abertura das bermas da estrada de Mértola para Beja, que propiciou a recolha de algumas das epígrafes, ainda antes da chegada de Estácio da Veiga à localidade, a que se juntaram as encontradas por Manuel de Oliveira, no seu quintal, em parte reutilizadas, depois de partidas, no muro do mesmo, como é claramente relatado por Estácio da Veiga.

Sabe-se, pelo próprio, de nova passagem por Mértola, a 1 de Janeiro de 1879, no regresso do Algarve para Lisboa, tendo obtido nessa altura outra inscrição, a de *Mannaria*, gravada em grande placa marmórea, intacta, possuindo no topo, sobre o *crismon*, duas pombas afrontadas (Veiga, 1880 a, Est. 12). Este não terá sido, contudo, o único exemplar obtido. Outra lápide, deixada por esquecimento no trem que o conduziu da hospede-

daria onde ficara alojado em Beja à estação do caminho de ferro, não terá sido recuperada. A esse esquecimento se reporta a afluente carta de 4 de Janeiro de 1879, já enviada de Lisboa, ao Director das Obras Públicas de Beja, solicitando os seus bons officios para a recuperação do dito monumento, fracturado em dois pedaços (Fig. 7). Não parece que este tenha sido recuperado, sendo provável que Estácio tenha preferido omitir este episódio, o qual ficaria definitivamente ignorado, não fosse o seu hábito de guardar todos os papéis, incluindo as minutas dos officios enviados.

A manutenção das relações com os amigos que tinha conhecido em Mértola, permitiu-lhe tomar conhecimento de uma das mais notáveis epígrafes visigóticas ali encontradas, já depois de ter publicado o relato da sua missão de 1877: por carta de 4 de Novembro de 1880, foi-lhe comunicada, por Manuel Inácio de Mello Garrido, a descoberta, de novo no quintal de Manuel de Oliveira, de uma lápide fracturada em 15 pedaços: trata-se da inscrição funerária de *Andreas*, "princeps cantorum" da Sacrossanta Igreja Mertiliana (Pereira, in Torres & Macias, 1993). Estácio, ao que parece, detinha por esta peça particular apreço. Ao contrário das anteriores, que, na maioria dos casos, sofreram vicissitudes no transporte para Lisboa e, depois, na própria Academia de Belas Artes, esta conservou-a Estácio consigo, na sua colecção particular, em Cabanas da Conceição, perto de Tavira, tendo sido uma das peças adquiridas em 1893 pelo Estado à viúva do arqueólogo. A razão para a lápide se manter em poder de Estácio explica-se pelo facto de, na altura em que o arqueólogo algarvio dela tomou posse, possivelmente em 1881 ou em 1882, já o Museu do Algarve estaria remetido para os esconsos da Academia de Belas Artes, não existindo então nenhuma obrigação da sua parte – bem pelo contrário – para ali entregar quaisquer outros espólios arqueológicos. Esta formosa peça – a única, em todo o território peninsular que menciona um "primeiro cantor" – foi, dado o evidente interesse, logo estudada por J. Leite de Vasconcelos, em 1897 (Vasconcelos, 1897), confirmando o seu evidente interesse científico.

A época paleocristã foi também identificada por Estácio em outro local da área urbana da vila de Mértola: junto ao caminho para o cemitério, e a 10 m de distância

da porta Oeste, notou a existência de uma paredes,

"que poderiam ter sido construídas para contraforte da rampa que chega até á muralha, se não pertenciam a casa destruída, mandei a pouca distancia fazer um corte entre o dito caminho e a muralha, e levando-o até á profundidade de 2,63 m, por isso que a terra mostrava fragmentos de construção e de louças, cheguei a um plano horizontal resistente, que verifiquei ser o pavimento de uma casa, ricamente forrada de fino mosaico de cores (...)" (Veiga, 1880 a: 74, Est. 2).

Trata-se do conhecido fragmento representando um cágado ou tartaruga, que não resistiu aos maus tratos do transporte para Lisboa, nem aos ulteriormente sofridos na Academia de Belas Artes. Este pavimento, cuja localização hoje é difícil de precisar, pertenceria à basilica do fórum da antiga *Myrtilis* (Lopes, 2003: 121), atribuível aos século V/VI d.C.

A presença romana foi identificada por Estácio através de diversos testemunhos epigráficos, alguns já anteriormente estudados, bem como moedas. Entre estas, destacam-se as cunhadas na própria *Myrtilis*, atrás aludidas na correspondência de Manuel Inácio de Mello Garrido, descobertas aquando das cheias de finais de 1876. Estácio teve a oportunidade de decalcar duas delas e, depois, de as estudar:

"Tirei copias dos dois grandes bronzes, mas saíram imperfeitas, não só por estarem os originaes um tanto apagados, como porque na ocasião em que os vi não ia munido de bons preparos para obter melhores reproduções" (Veiga, 1880 a: 55).

Não lhe passaram despercebidas, entre outras peças escultóricas romanas marmóreas de valia, as que foram referidas por D. Frei Amador Arrais e André de Rezende, de togados do século I, pertencentes ao fórum de *Myrtilis*, descobertas no século XVI, das quais estão actualmente referenciadas três. Uma delas, agora exposta no Museu, em Mértola, estudada por Abel Viana na década de 1940, foi porfiadamente requerida por Leite de Vasconcelos ao comerciante Manuel Francisco Gomes, residente na vila, mas sem resultado, como se deduz da correspondência trocada, conservada no Epistolário do primeiro Director do Museu de Belém.

Enfim, a presença islâmica foi-lhe revelada pela descoberta de duas inscrições inéditas, que publicou

N.º 129

Estácio da Veiga

Tendo partido hontem de Beja para esta cidade, <sup>ficou</sup> por esquecimento deixou o cocheiro que ~~me~~ <sup>me</sup> ~~conduziu~~ <sup>conduziu</sup> ao trem, que me conduziu da hospedaria de Sebastião Rodrigues à estação do caminho de ferro, uma lapideira de mármore, partida em dois pedaços, contendo uma inscrição importante para a historia antiga de Mertola, onde foi por mim descoberta quasi à hora da minha <sup>partida</sup> ~~partida~~ para Beja, e este monumento <sup>deve</sup> ~~deve~~ não se pôde perder de modo algum. Na referida hospedaria é conhecido o cocheiro, cujo nome ignoro, e por isso vou rogar a V. Ex. se digne mandar proceder com urgencia à aquisição daquellas duas pedras, a fim de me serem remetidas com direcção à Estrada da Ponte de França N.º 11; e quando alguma duvida ache V. Ex. a este respeito, comiserá recorrer-se à intervenção do governador civil do districto.

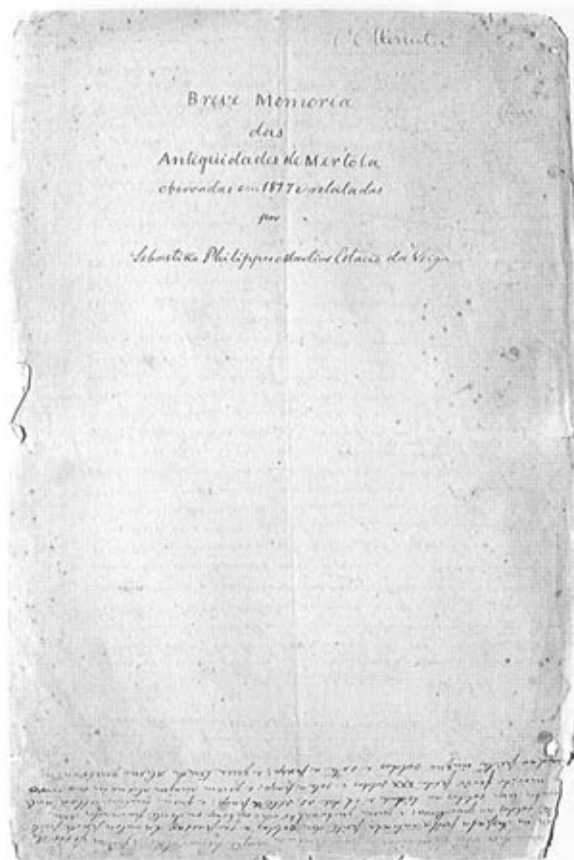
As arestas fracturadas das pedras reclamam a maior cuidado para que não soffram a perda de alguma letra.

D. J. Est. da Veiga - Lisboa - Estrada da Ponte de França N.º 11, em 4 de Janeiro de 1879.

Dir. das Obras P. de Beja

Est. da Veiga

Fig. 7 – Minuta da carta de Estácio da Veiga ao Director da Obras Públicas do Distrito de Beja, de 4 de Janeiro de 1879, relativa ao esquecimento de uma lápide paleocristã no trem que o transportou à estação do caminho de ferro de Beja.



**Fig. 8** – Primeira página do manuscrito da obra “Memoria das Antiquidades de Mértola” escrito por Estácio da Veiga no decorrer de 1879, em Mafra.

(Veiga, 1880 a: 154), as quais se vieram juntar às já conhecidas. Ambas estavam encravadas no revestimento da torre do castelo, uma sobre a porta, num fragmento de cornija de mármore branco, a outra no lado nordeste daquela, também em mármore. Ambos pertencem ao Museu Nacional de Arqueologia.

As indagações prosseguiram pelo período português, depois de conquistada a vila em 1238, com a transcrição da epígrafe, observada sobre a porta da torre do castelo, mandada fazer por D. João Fernandes, primeiro Mestre da Ordem de Santiago em Portugal, no ano 1292 e que ali permaneceu. Com efeito, a Estácio repugnava mutilar elementos que fizessem parte integrante da história dos monumentos, como era o caso da referida lápide, ao contrário das duas inscrições árabes, que apenas ali se encontravam devido a fortuito reaproveitamento.

A digressão pelas “Antiquidades de Mértola” ter-

mina com a publicação de três documentos, no final da obra, que foi concluída em 14 de Junho de 1879, já depois de efectuada Carta Arqueológica do Algarve, tendo sido publicada logo no ano seguinte, pela Imprensa Nacional (Veiga, 1880a).

Embora com título um pouco diferente do que vira a ter, identificou-se, na documentação estudada, uma versão manuscrita (Fig.8), em que a matéria de cada capítulo se encontra sumarizada; trata-se por certo de texto anterior ao definitivo, onde os assuntos a desenvolver são apresentados em sucessivos sumários, que não constam da versão publicada. A partir destes sumários, verifica-se que o plano da obra impressa foi rigorosamente seguido, evidenciando a preocupação de apresentar exposição equilibrada e coerente das antiguidades respeitantes ao passado da povoação, desde os vestígios mais recuados, até à época portuguesa. Este foi, aliás, o critério anteriormente seguido na obra “Antiquidades de Mafra”, já atrás referida e publicada no ano anterior. Pode, pois, dizer-se que o modelo já se encontrava suficientemente testado antes de o arqueólogo meter ombros à redacção da sua obra maior, as Antiquidades Monumentais do Algarve, decorrente directamente da execução do reconhecimento arqueológico do Algarve, concluído com a apresentação da respectiva carta em finais de 1878.

Deve-se também a Estácio a coordenação do levantamento topográfico da área de Mértola e vizinhanças imediatas, onde assinalou alguns dos locais que revelaram interesse arqueológico: o espaço entre o Rocio do Carmo e a Ermida de Santo António, bem como a Cerca de S. Sebastião. Este levantamento foi depois concluído por António Ludovino de Sousa Homem, à escala de 1/3000 e anexou-se à monografia publicada em 1880. Documento manuscrito inédito de Estácio da Veiga menciona diversas observações à referida planta, as quais, pelo seu interesse, agora se reproduzem na íntegra:

#### “Notas

N’uma excavação feita entre a rampa do castello e a rua do cemiterio da villa, a pouca distancia da igreja, descobriu-se em profundidade de 2m,63 um pavimento de mosaico, de variada ornamentação, tendo no centro um cágado em attitude de andar. Sabido é que dentro da villa têm sido achadas em diversos tempos mui-

tas estatuas de marmore, fustes de columnas, em que abundam as muralhas do castello, monumentos epigraphicos, e moedas romanas, incluindo algumas geographicas do antigo municipio myrtilense, deixando estes factos perceber que a antiga Myrtilis existiu no mesmo local em que se acha a villa de Mertola.

No angulo direito inferior da chamada Porta da Misericordia, que el rei D. João III mandou reedificar, achase um cippo de marmore com restos de uma inscripção romana, o qual foi verticalmente cortado para se adaptar ao umbral, soffrendo a inscripção neste corte a perda do seguimento de todas as suas linhas n'uma largura aproximadamente de 0m,18. O monumento mutilado méde de altura 1m,9, e de largura actual 0m,22; tendo perdido 0m,18, fóra de 0m,40 a sua largura total sobre a espessura de 0m,46. O attrito proveniente da passagem publica e sobretudo dos carros, tem quasi apagado as letras que o mutilador deixára intactas nesta parte do monumento.

O campo agora chamado do Curral, por estar alli o curral do concelho, abrangendo a cêrca de Maria Mendes, e alargando-se entre a ermida de Santo Antonio e a igreja da Senhora do Carmo, póde considerar-se como centro dos vestigios visigothicos de Mertola. Nos trabalhos da estrada real n.º 18, junto ao flanco direito e quasi em frente da ermida de Santo Antonio, acharam-se muitas sepulturas christãs, havendo tres com inscripções do VI e VII seculos, sendo uma dellas gravada em caracteres greco-latinos. Pela rampa acima, até á ermida do Carmo, estão á vista numerosos jazigos, abertos na rocha de schisto, e no Largo do Carmo, têm apparecido muitos outros com inscripções christãs, das quaes se obtiveram algumas gravadas em marmore e varios fragmentos de outras, já mettidos n'um muro, que foi mister desmanchar para serem aproveitadas. Uma destas inscripções veiu revelar a extincta existencia de uma igreja e o nome do presbytero que a governou treze annos, fallecido no 6.º dia das nonas de março do anno 524, correspondentes á era christã de 489. N'uma excavação feita em 1877 no Largo do Carmo descobriu-se uma base de columna de marmore branco, ainda assente em argamassa, medindo em cada lado do seu quadrado 0m,59, no assentamento circular da fuste o diametro de 0m,51 e de altura 0m,27. A pouca distancia encontrou-se um

fragmento de cornija e outro de janella de marmore, aberta em forma de crive, sendo arrecadadas pelo prior da matriz, o doutor Thomaz de Almeida, todas estas peças architectonicas, porventura pertencentes ao templo do já comprovado presbyterio.

Representa, finalmente, esta planta o campo mortuario da cêrca de S. Sebastião, pertencente a Lourenço Cesario Parreira, o qual não permittiu trabalho algum, sem prévio ajuste de indemnisação. Entretanto, n'uma rapida visita áquelle campo verificou-se estarem as sepulturas abertas na rocha e perpendiculares ao rio, sendo cobertas por preciosas lages delgadas de marmores finos, sem que alguma até então manifestasse inscripção. Observou-se mais haver no campo uns ligeiros abatimentos de configuração proximamente circular, de um dos quaes extraiu o doutor Antonio Xavier de Brito, medico residente na villa, uma olla ossoaria de argila, que por seu offerecimento se obteve, contendo restos de ossos calcinados e terra escura. O campo de S. Sebastião acha-se, rio acima, distante da villa proximamente um kilometro.

Subindo ainda um kilometro no paralelo do rio, chega-se á Vargem de S. Braz, onde se descobriram vestigios de antigos edificios, tomando a direcção norte-sul, n'uma área de 343 metros quadrados. Achou-se neste terreno um mui delgado fuste de columna de calcareo branco, medindo de altura 1m,40, e a sua base quadrada 0m,20 em cada lado.

Entre o Barranco da Vaqueira e o da Silveira, em distancia de uns dois kilometros proximamente ao sul do castello da villa, na denominada herdade dos Neves, pertencente ao lavrador José Neves Mendes, verificaram-se vestigios de antiga povoação, talvez de colonia agricola, n'uma extensão de 400 metros, sendo os muros dos edificios construidos de schistos, assentes em terra amassada.

No Barranco do Azeite, uns doze kilometros distante da villa, junto á margem do rio, appareceram vestigios de construcções antigas e de fornos talvez de coser louça, na herdade dos Colgadeiros, pertencente ao visconde dos Boizões. A área mais descoberta daquelles vestigios mede uns 150 metros quadrados, havendo em logar proximo muita terra queimada, pedaços de louça tambem queimados, e sobre a margem do rio, onde foram precipitadas pela cheia do inverno de 1876, muitos volumes de

barro amassado, como destinados á fabricaçaõ de louça.

No Tamujo, uns 300m distante para leste do castello, junto ao rio, ha muitos restos de construcções, e fornos destruidos.”

Este documento sumariza, de forma singela e concisa, o notável labor desenvolvido por Estácio da Veiga na sua curta passagem por Mértola, entre 2 e 13 de Março de 1877, a caminho do Algarve.

No dia da partida, rio abaixo, no vapor que o levaria a Alcoutim, não deixou de apresentar recomendações às autoridades, tanto para o resguardo das suas descobertas, já devidamente encaixotadas, como para salientar a boa colaboração que obteve dos seus auxiliares directos – um deles António Ludovino de Sousa Homem, o autor do levantamento topográfico acima referido – assim se manifestando também o seu rigor e probidade científica e profissional. Para tal, endereçou três officios, todos datados de 13 de Março de 1877 ao Administrador do Concelho de Mértola (Fig. 9); ao Governador Civil de Beja; e ao Director das Obras Públicas do Distrito de Beja.

Na sua curta estada em Mértola, em Março de 1877, limitado apenas a dez dias úteis de trabalho, entre 3 e 12 daquele mês, Estácio da Veiga não teve tempo para explorações prolongadas. Aliás, caso as tivesse feito, não deixaria de as referir adequadamente na sua monografia, bem como os elementos nelas obtidos, designadamente a conhecida planta da basilica paleocristã com a localização de cinquenta e uma ou cinquenta e duas sepulturas, já há muito publicada (Ferreira, 1965), bem como de um conjunto de fotografias (Fig. 10, 11 e 12), inéditas até há bem pouco tempo, antes de publicadas pelo autor (Cardoso, 2007).

Esta planta, bem como as aludidas fotografias que, sem dúvida, foram obtidas aquando da realização de uma única campanha de trabalhos arqueológicos, não se reportam aos executados em 1877 por Estácio da Veiga: caso contrário, este não teria deixado de mencionar tais elementos na sua monografia de 1880.

Importa, pois, averiguar se tais trabalhos foram ulteriormente efectuados pelo próprio, como já se admitiu (Pereira, in Torres & Macías, 1993, p. 12, 13), na sequência do aturado estudo de crítica e análise documental da dita planta, por F. Bandeira Ferreira.

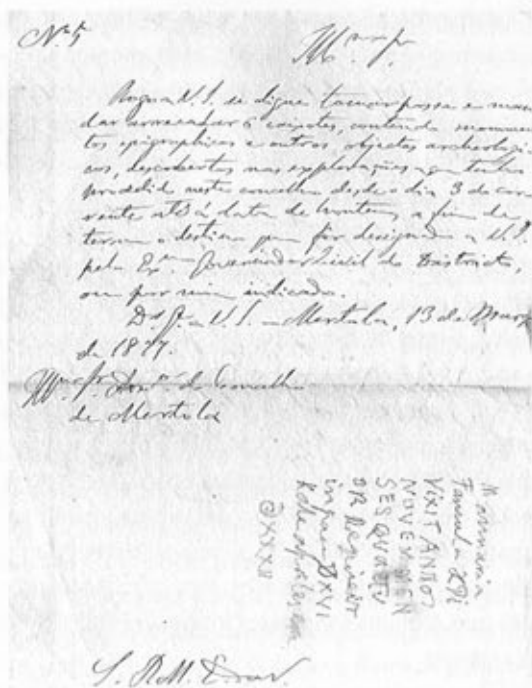


Fig. 9– Minuta da carta endereçada por Estácio da Veiga ao Administrador do Concelho de Mértola a 13 de Março de 1877, dia da sua partida para Alcoutim, relativa à guarda dos materiais arqueológicos por si ali reunidos.

Outros autores foram ainda mais longe, atribuindo a planta, sem reservas, a Estácio da Veiga; é o caso de Santiago Macias, referindo-se ao registo do templo cristão de Mértola como estando representado” (...) num mapa do local desenhado por Estácio da Veiga no século XIX” (Macias, in Torres & Macias, 1993: 37) ou, o que é o mesmo, atribuído a Estácio da Veiga a autoria das escavações das 52 sepulturas que nela se encontram desenhadas (Lopes, 2003: 149).

A discussão aprofundada da autoria das escavações que deram origem à planta e às fotos encontra-se já publicada (Cardoso, 2007), concluindo-se, do referido estudo, que é a Leite de Vasconcellos que se devem aqueles trabalhos, realizados em 1908. O primeiro director do actualmente designado Museu Nacional de Arqueologia, encontra-se, aliás, em duas das fotos, das quais agora se volta a publicar aquela em que aparece com maior destaque (Fig. 11).

Aliás, Estácio da Veiga, conquanto tivesse passado depois de 1877 várias vezes por Mértola, vindo, ou a ca-



**Fig. 10** – Vista parcial das escavações de 1908 da necrópole paleocristã do Rocio do Carmo, em Mértola, dirigidas por J. Leite de Vasconcellos. Observa-se a divisória, com remate aparentando forma de "T", que separava a nave principal da basílica, que se situa do lado direito da imagem, de uma das naves laterais (a australis), que se situava à esquerda. Em último plano, desenvolve-se o muro hemicircular correspondente a uma das ábsides da basílica, sobre o qual estão sentados os populares.



**Fig. 11** – Vista parcial das escavações da necrópole paleocristã do Rocio do Carmo, em Mértola, dirigidas por J. Leite de Vasconcellos, que se encontra de pé, do lado direito da imagem.



**Fig. 12** – Vista geral do Rocio do Carmo, onde J. Leite de Vasconcellos realizou escavações, em 1908, com a ermida de Santo António, em segundo plano. Na área desta ermida, hoje desaparecida, teria existido um segundo templo paleocristão, distinto da vizinha basílica do Rossio do Carmo, onde se encontraram também diversas lápides funerárias da mesma época (são as lápides que Estácio da Veiga indica terem sido recolhidas aquando da abertura da valleta da estrada de Mértola para Beja “e quasi em frente da ermida de Santo António”).

minho, de Lisboa, jamais voltou a fazer escavações na vila como as correspondentes à planta e fotografias em causa, como aliás se deduz de uma missiva dirigida por João Manuel da Costa a J. Leite de Vasconcellos a 14 de Maio de 1894, em que declara o seguinte:

“depois de Estácio da Veiga escrever o seu livro sobre antiguidades de Mértola, muita coisa tem aparecido nestes sítios; e vou dizer as que agora me recordo. Uma pedra sepulcral, de um prebitero de que agora me não recordo do nome, e que não encontro a copia da inscrição, a pesar de a ter buscado bastante; recordo-me porem, dizer ella que o tal prebitero era princepe dos cantores da sacrossanta igreja Mirtylense. Esta pedra deve estar em Lisboa, porque, tendo-a eu comprado ao achador a offereci a E. da Veiga com quem tinha muitas relações d’amizade (...).

Foi também encontrada uma outra lapide sepulcral, no sitio aonde foi encontrada a que descrevi no principio desta, que é o sitio do quintal do Manuel de Oliveira, que Estacio da Veiga descreve no seu livro – esta pedra, depois de a ter comprado, M.el de Oliveira fez-me pirraça (???), faltando à palavra vendendo-a depois a um outro que mais lhe deu; creio que a mandaram para Inglaterra.

Desta (???), havia eu tirado uma copia fiel, que lhe envio; vae tal qual se achava na pedra (...).

No sitio que Estacio da Veiga descreve no seu livro,

como quintal de Manuel de Oliveira, tem-se encontrado muitas lapides, e tenho a convicção que se se fizessem escavações neste sitio ainda se encontrariam mais; mostra ter ali existido uma das primeiras igrejas christãs, isto pelas datas das pedras.”

Esta carta é muito interessante e esclarecedora: a sua leitura, correspondendo a um testemunho de um habitante da vila particularmente atento às descobertas arqueológicas que por ali se continuaram a fazer, bastaria para se concluir que Estácio não voltou a fazer escavações em Mértola, depois da sua passagem pela povoação em 1877.

#### 4 – O reconhecimento arqueológico do Algarve e a obra “Antiguidades Monumentais do Algarve”

Estácio percorreu, entre 13 Março de 1877 e os finais de Outubro de 1878, todo o Algarve, corrido de Leste para Oeste e de Norte para Sul. Logo ao desembarcar no cais fluvial de Alcoutim, vindo de Mértola, a 13 de Março de 1877 (e não a 10 de Março, como por lapso se afirmou anteriormente, cf. Cardoso & Gradim, 2004: 73), deparou-se com notável torso de estátua de mármore branco, recolhido no sitio ribeirinho do Álamo, onde havia sido descoberta meses antes, após as cheias do Guadiana: trata-se da célebre estátua de Apolo, de que ainda conseguiu recolher mais dois fragmentos no local (Fig. 13) outrora ocupado por *villa* romana.

Os trabalhos realizados naquela primeira vila algarvia foram já pormenorizadamente descritos (Cardoso & Gradim, 2004); dali, passou aos concelhos limítrofes: no de Tavira, a demora foi superior ao desejado, devido aos vestígios romanos com que se deparou, em parte já seus conhecidos, nas Quintas de Torre d’Ares, das Antas e do Arroio (Fig. 14 a 17).

Em carta datada de 25 de Junho de 1877, destinada ao Conselheiro António Maria de Amorim, Director Geral da Instrução Pública, o mesmo que tinha promulgado a Portaria que viabilizou o trabalho de que estava incumbido, Estácio informa-o que não lhe seria possível concluir o levantamento da carta arqueológica do Algarve no prazo estipulado, que seria o fim de Julho de 1877,

“mas sim adiantar-se muitissimo, porque logo que

me veja livre da extensa região balsense, passarei ao concelho de Olhão para estudar o grande cemitério romano de Marim (Fig. 18), e verificar as antiguidades que me consta haver nos Serros de S. Miguel e da Cabeça, o sítio de Bias, a Torre Velha, de que Resende cita uma inscrição romana, e dahi seguir logo para a sede do districto, onde há estudos de muita importância fazer, tanto em Faro como em Estói e Milreu, onde há pouco tempo foram descobertas algumas estatuas, certamente pertencentes a Ossonoba, e as quaes presumo podem ser adquiridas pelo Estado”.

Adiante, acrescenta que, se o Ministro entender “não mandar acabar tudo na presente conjuntura (que seria a melhor, por estar a terra inteiramente liberta), convem todavia que haja agora mais alguma prorrogação de prazo, ao menos para se deixar n’um estado tal de adiantamento, que com um pequeno sacrificio depois se consiga acabar o mais bello e grandioso trabalho que deste género se tem feito oficialmente emprehendido em Portugal”.

Apesar de ser entusiasmante o tom e a convicção de Estácio, os trabalhos do levantamento da carta arqueológica ir-se-iam prolongar por muito mais tempo. Logo a seguir, declara:

“Eu não ousou calcular o tempo que seria absolutamente preciso para eu ter a satisfação de poder levar á presença do Governo a minha Carta Archeologica conscienciosamente organizada, revista, e documentada, com os monumentos que devem ser os primordiales fundamentos de um museu archeologico nacional constituído em devida regra e por sua rigorosa ordem geographica; mas quero persuadir-me que com pouco mais de dois mezes seria possivel chegar-se a conseguir o fim desejado.”

O limite admitido por Estácio correspondia, pois, ao final do mês de Agosto de 1877. Porém, eles ainda continuavam a 19 de Novembro de 1877, data em que Estácio declara passar ao concelho de Albufeira, onde julgava “haver mui pouca demora”, seguindo-se logo depois o concelho de Silves, “e com este andamento, agora muito mais rápido, chegarei ao fim da provincia passado pouco tempo.”

Propunha-se, pois, prosseguir o trabalho, entendendo, com razão, “não interromper agora uma obra



**Fig. 13** – Estátua de Apolo, proveniente da villa romana do Álamo (Alcouthim), cujo torso jazia no cais fluvial de Alcouthim, aquando da chegada de Estácio da Veiga àquela vila. Os dois fragmentos da base, foram por ele ulteriormente recolhidos naquela estação romana.

que tanto trabalho e sacrificios tem custado (...).” A terminar informa que

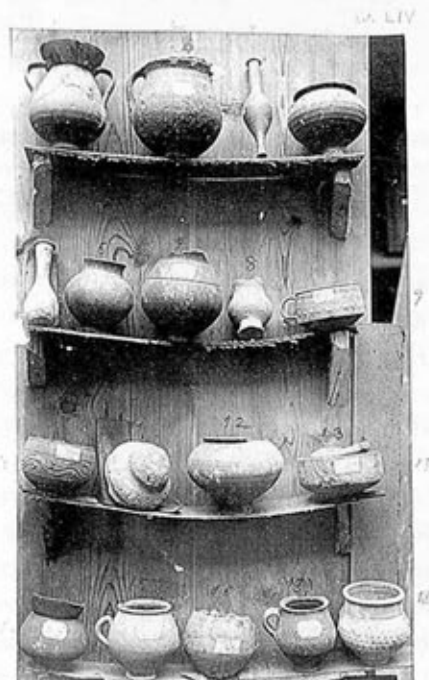
“O que já temos e o que espero ainda adquirir, sobretudo na região comprehendida entre Lagos e Silves, deve constituir o mais rico museu archeologico do paiz”.

Uma vez mais, conseguiu o adiamento do prazo estipulado, até ao final de Fevereiro de 1878; mas também este não iria ser cumprido. Em carta de 19 de Fevereiro de 1878 dirigida ao referido Director Geral, o desabafo é claro, de quem nada tinha a justificar por incúria ou desleixo, pedindo nova dilacção até ao final de Abril ou 15 de Maio; são interessantes os seguintes comentários:

“A recommendação, que V. Ex<sup>a</sup>. me endereçou no seu ultimo officio, para que até o fim do corrente mez



**Fig. 14** – Espólios funerários de vidro da Torre d'Ares, da coleção de Teixeira de Aragão, conforme legenda escrita a lápis por Estácio da Veiga, no verso da foto.



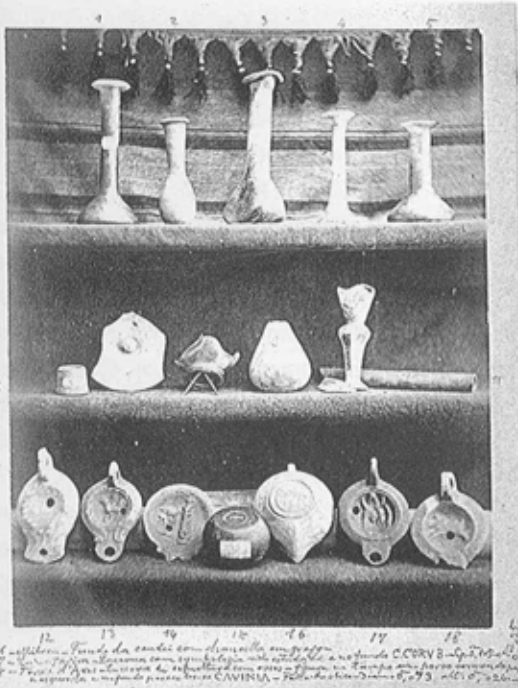
**Fig. 16** – Espólios funerários de diversas necrópoles romanas algarvias. 1 a 10, 12 a 15, 17 e 18 – de Torre d'Ares; 11 – de Milreu; 16 – de Fonte Velha (Bensafrim). Segundo legenda escrita a lápis por Estácio da Veiga, no verso da foto.



**Fig. 15** – Espólios funerários de diversas necrópoles romanas algarvias. 1 a 14 e 16 – de Torre d'Ares; 15 – de Paul (Tavira). Segundo legenda escrita a lápis por Estácio da Veiga, no verso da foto.

estivesse concluída a Carta Archeologica do Algarve, teria activado o meu serviço, se fora humanamente possível fazer-se com maior diligencia e promptidão. Em todo o seguimento deste trabalho diz-me a consciência que não tem havido um dia perdido, ou mal aproveitado; e por isso é que nesta data restam apenas por examinar os concelhos de Aljezur, de Vila do Bispo e o de Lagos, para onde vou partir no dia 23 a fim de começar o reconhecimento dessa riquíssima região (...). Sinto intima satisfação de poder afaiançar a V. Ex<sup>a</sup>, que por muito que o Governo tenha em vista a breve conclusão desta obra, não póde de modo algum exceder os meus desejos; porque para mim não há somente obrigações officiaes a cumprir; a responsabilidade, que commigo mesmo contrai, vai muito mais longe."

Com efeito, a planta dos notáveis edifícios romanos que encontrou na Boca do Rio (Fig. 19), está datada de Abril de 1878, tal como a planta das ruínas da Senhora da Luz (Fig. 20). Importa ainda não esquecer que só o desenho *in loco* dos mosaicos encontrados naqueles dois sítios (Fig. 21



**Fig. 17** –Espólios funerários de diversas necrópoles romanas algarvias, segundo legenda escrita a lápis, por Estácio da Veiga, em parte no verso da foto, modificadas. De Torre d’Ares: 1 a 4; 6 (caixinha de marfim); 7 (fragmento de tampa de barro); 8 (base e parte do bojo de uma urna de vidro); 9 (frasco de vidro periforme, com gargalo); 11 (tubo de latão torneado. Apareceu com louças romanas); 13 (lucerna das incinerações com a marca CAVINIA); 14 (tampo de candeia, de sepultura com ossos); 18 (lucerna de sepultura com ossos com marca onde parece ler-se CAVINIA). De Quinta do Arroio: 5. De Faro: 10 (fragmento de belo cálix de vidro, extrahido do cavouco do edificio municipal, com fragmentos de louças árabes e romanas). De Mexilhoeira Grande, detraz das vinhas: 15 (peso de pedra preta). De Milreu: 16 (fundo de candeia com chancela em grego). De Luz, Tavira: 17 (lucerna com marca C. CORVB. Corresponde ao modo como os objectos se encontravam expostos no Museu Arqueológico do Algarve.

e 22), realizados por sua Mulher, Amélia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga, obrigaria a muitos dias de trabalho, somados aos anteriormente gastos nas extensas escavações efectuadas em ambos os sítios. Com efeito, bastaria atender à notável extensão das áreas exploradas e levantadas por Estácio em ambos aqueles lugares para se compreender imediatamente as razões dos atrasos verificados. Também as escavações da notável *villa* romana de Milreu, de que agora se publica apenas uma fotografia, da notável série existente (Fig. 23), realizadas também nesse ano de 1878, justificam largamente os atrasos verificados na con-



**Fig. 18** – Edícula e frontão, de calcário, de Marim (Olhão). Estácio da Veiga informa, segundo legenda escrita a lápis no verso da foto, que a edícula (que designa de nicho) foi “achado nas termas”.

clusão dos trabalhos de campo.

Contudo, o pedido de Estácio de prorrogação até 15 de Maio de 1878 foi autorizado, tal como os anteriores, tendo-lhe sido comunicado por ofício de 22 de Maio de 1878. Mas, esgotado este prazo, o trabalho também ainda não se encontrava concluído! Ou seja, os dois prazos anteriormente apresentados pelo próprio Estácio não tinham sido por este cumpridos. Posta de parte a hipótese de o ilustre arqueólogo ser inconsciente, a ponto de não saber calcular bem as exigências do seu trabalho, deve ser admitida a possibilidade de se tratar de estra-

tégia adoptada por este para, ganhando pouco tempo de cada vez, atingir, com os pequenos adiamentos sucessivamente autorizados, a conclusão dos trabalhos no prazo que realmente necessitaria para o efeito. Por outro lado, seria muito fácil a Estácio "aligeirar" a profundidade da análise, evitando aturadas explorações, em suma, simplificando o trabalho de que estava incumbido. Só que este não era o seu modo de trabalhar, objectivamente preocupado, mais do que com o cumprimento de prazos circunstanciais, com a qualidade do trabalho que sabia ir ser apreciado pelos vindouros: trabalhava para o futuro. Nova prorrogação do prazo lhe foi deferida, até fins de Agosto de 1878 e, ainda, assim o trabalho não se iria ainda dar por concluído...

À luz deste simples relato dos acontecimentos, torna-se óbvio que o prazo inicialmente previsto de quatro meses (de Março a Junho ou Julho de 1877) para a conclusão da Carta Arqueológica do Algarve, se afigurava, à partida, irrealista, mesmo considerando o escasso tempo previsto para o estudo de cada concelho. Passados mais de 14 meses sobre o limite de entrega estipulado entre ambas as partes, a situação era, naturalmente, cada vez mais difícil de aceitar, por parte do Governo, apesar da sempre boa receptividade de Estácio junto deste, especialmente devido às cordiais relações mantidas com o Director Geral da Instrução Pública, então integrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o Conselheiro António Maria de Amorim.

A documentação adiante transcrita dá bem conta desta situação, cada vez mais comprometedor para o arqueólogo algarvio.

No Ofício de 17 de Setembro, dirigido ao Director Geral da Instrução Pública, a prorrogação do prazo de entrega da Carta Arqueológica do Algarve por mais dois meses, até 31 de Outubro de 1878, é justificado com a necessidade de se ultimar a passagem a limpo de algumas das plantas que, com tanto cuidado e competência, havia executado no terreno, por vezes ajudado por sua Mulher, Amelia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga, e outros colaboradores, tendo aquela desenhado e aguarrelado alguns dos belos mosaicos da Boca do Rio e da Praia da Senhora da Luz, a que anteriormente já se fez referência, recentemente publicados (Veiga, 2006).

Pode questionar-se a urgência do Governo, pres-

tionando incessantemente Estácio da Veiga: o motivo é simples, tendo presente que o custo de execução dos reconhecimentos não paravam de crescer! Para ter uma ideia destes custos, de facto elevados, pode recorrer-se ao documento enviado por Estácio de Silves (Fig. 24), ao Delegado do Tesouro, em Faro, a 28 de Janeiro de 1878, pedindo-lhe que transmitisse as suas ordens ao recebedor da comarca de Portimão para que lhe fosse paga, a 1 de Fevereiro, a importância de 270.000 réis, relativa aos subsídios pertencentes àqueles dois meses de trabalho (cerca de 8000 euros, em moeda actual). Este montante corresponde ao valor médio mensal de cerca de 4000 euros, que seria aproximadamente o recebido por Estácio da Veiga no decurso do levantamento da Carta Arqueológica do Algarve, entre Março de 1877 e Outubro de 1878; tal montante é condizente com o indicado por outra Ordem de Pagamento, de 17 de Julho de 1878, dada ao recebedor de Tavira, para lhe pagar a importância de 207.000 réis, relativos ao período de 16 a 21 de Maio e mês de Junho, como "encarregado indagação e reconhecimento dos monumentos archeologicos nas proximidades de Tavira e margens do Guadiana" (Fig. 25).

Pode, pois, concluir-se que, de Outubro de 1878 em diante, o trabalho se centrou na preparação do original da Carta Arqueológica, utilizando como base a carta corográfica à escala de 1/200 000 que lhe havia sido fornecida pela Direcção das Obras Públicas de Faro, e na conclusão dos desenhos que a deveriam acompanhar, o que é confirmado pelo facto de a larga maioria dessas peças terem sido preparadas em 1878, em resultado de explorações nesse ano realizadas. Trabalhando dia e noite, ajudado por dois desenhadores e certamente também por sua Mulher, o prazo da entrega é cumprido: conjuntamente com um exemplar da carta arqueológica, e dos desenhos e plantas, reunidos numa bela pasta com ferros a ouro, é também entregue o inventário de todos os materiais recolhidos, os quais se dispersavam pela Academia Real de Belas Artes e por diversas administrações concelhias do Algarve, com as quais, para além de outros organismos oficiais, como a Direcção de Obras Públicas do Distrito de Faro, manteve intensa correspondência (Fig. 26). Tais espólios repartiam-se, ainda, por casas cedidas e alugadas para o efeito (cf., no concernente a Alcoutim, Cardoso & Gradim, 2004).

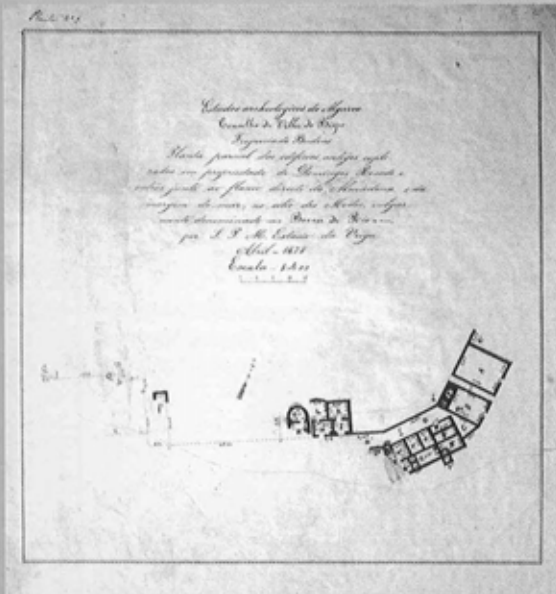


Fig. 19 – Planta datada de Abril de 1878 das ruínas romanas postas a descoberto sob direcção de Estácio da Veiga na Boca do Rio (Vila do Bispo).

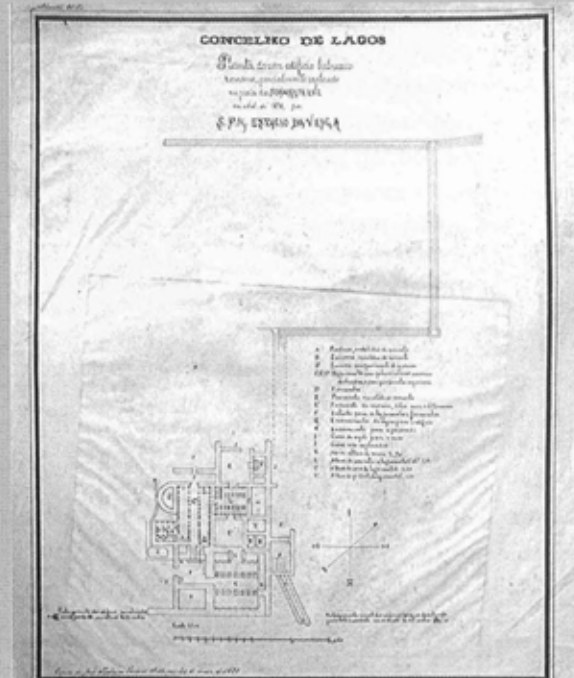


Fig. 20 – Planta datada de Abril de 1878 das ruínas romanas postas a descoberto sob direcção de Estácio da Veiga na praia da Senhora da Luz (Lagos).



Fig. 21 – Desenho aguarelado, a cores, de um dos mosaicos postos a descoberto nas escavações efectuadas na Boca do Rio, executado pela Mulher do Autor, Amélia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga. Forrava o piso do compartimento J da Planta da Fig. 19.



Fig. 22 – Desenho aguarelado, a cores, de um dos mosaicos postos a descoberto nas escavações efectuadas na Boca do Rio, executado pela Mulher do Autor, Amélia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga. Forrava o piso do compartimento K da planta da Fig. 19.



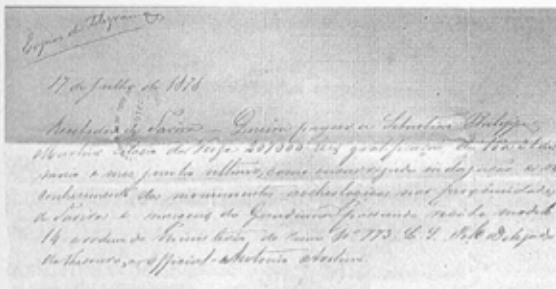


Fig. 25 – Cópia do texto do telegrama endereçado a Estácio da Veiga, em nome do Delegado do Tesouro em Faro, datado de 17 de Julho de 1878, relativo a uma ordem de pagamento ao interessado.

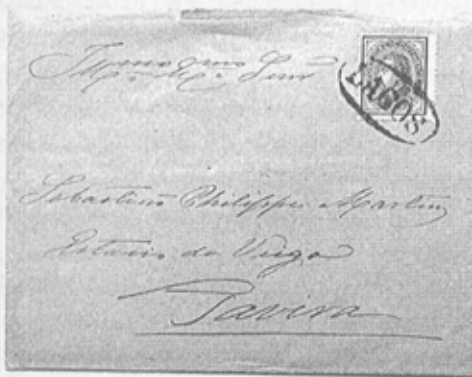
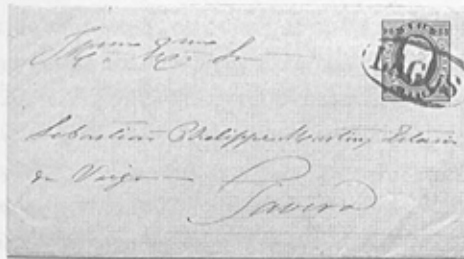
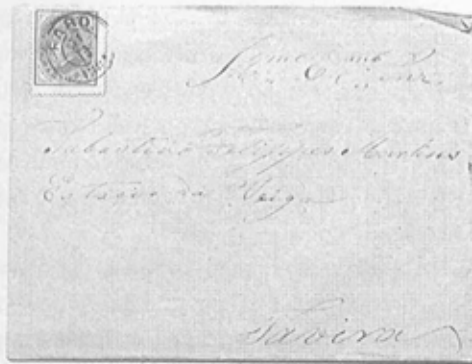


Fig. 26 – Sobrescritos de correspondência oficial enviada a Estácio da Veiga no âmbito da execução da Carta Arqueológica do Algarve, remetida para a sua residência de Tavira (Cabanas da Conceição).

soberano, a 29 de Dezembro de 1879:

“Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga, Moço Fidalgo com exercício na Real Casa de Vossa Magestade e sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, a quem Vossa Magestade, por portaria de 15 de Janeiro de 1877, mui honrosamente houve por bem encarregar do estudo das antiguidades de Mértola e da elaboração da Carta Archeologica do Algarve, tendo desempenhado, quanto ao seu alcance esteve, esta difficilima commissão do serviço publico, como conseguiu mostrar, apresentando ao Governo, no principio do corrente anno, a mencionada Carta, acompanhada das plantas dos edificios que parcialmente explorou, pertencentes a varias civilizações prehistoricas e historicas, anteriores á gloriosa fundação da monarchia portugueza, e os desenhos dos accessorios mais typicos e artisticos daquelles edificios, bem como os de alguns monumentos, que corriam o risco de não deixarem memoria da sua existência, se não fossem então figurados pelo desenho: ao passo que ia marcando na Carta os pontos que manifestavam seguros caracteristicos dos povos que estacionavam desde tempos remotos naquelle território, colligira mui cuidadosamente as possiveis provas archeologicas, respectivas a cada época e consequentemente a cada um dos referidos pontos, e deste modo chegou a reunir uma série de valiosos monumentos, de diversísimos géneros, afim de que, systematicamente coordenados e collocados por épocas n’uma rigorosa ordem geographica, podessem com a sua classificação e descripção scientifica constituir o primeiro museu archeologico do reino, e ao mesmo tempo comprovarem perante os escriptores competentes, nacionaes e estrangeiros, o principal trabalho archeologico que se tem empreendido e realizado neste paiz, trabalho que em toda a parte seria recebido com benevolo acolhimento, se tivéra tido a fortuna de ser escudado com um nome a todos os respeitos mais auctorizado.

Em vista da Carta Archeologica, das plantas e dos desenhos, que o auctor lhe annexou, e da noticia de estar colligido em 94 caixas, com muitos monumentos avulso, o museu archeologico do Algarve, entendeu-se que tudo isto carecia de um grande trabalho complementar, ou de uma obra especial, em que se estudassem e descrevessem tantos e tão vários padrões de diversas

épocas nos seus competentes grupos ethnologicos, e que deste estudo, com relação a cada uma das épocas representadas na Carta por signaes de convenção, se chegasse ás possíveis conclusões, de modo que cada monumento ficasse servindo de prova documental para o conhecimento da historia, da geographia e da ethnographia antiga daquella importante zona sul-occidental da Europa, de todas talvez a mais disputada na sua posse por muitas das grandes invasões que vincularam duradouro dominio no território peninsular; e com este justificado fundamento foi celebrado um contracto em 29 de Maio entre o Governo e o auctor, para que este escrevesse uma obra em 5 ou 6 volumes, intitulada "Antiguidades Monumentaes do Algarve", devendo a apresentação do texto de cada volume não exceder o prazo de um anno, a contar do 1º de Julho proximo futuro."

Assim, verifica-se que Estácio, após a entrega do original da Carta Arqueológica do Algarve e das peças desenhadas que a acompanhavam, conseguiu, dentro da estratégia por si definida, convencer o Governo da importância da elaboração de uma obra ambiciosa, constituída por cinco ou seis volumes, onde se descreveriam todas as ocorrências, organizadas por épocas, desde a pré-história até à da "gloriosa fundação da monarquia portuguesa" e por ordem geográfica. Com cinquenta anos de idade, Estácio conseguia, finalmente, concretizar o sonho de escrever uma vasta obra sobre a arqueologia do Algarve, que mantinha há mais de vinte anos, mas só agora tornado possível devido ao notável volume de informação recolhido, sendo por ela remunerado e, mais do que isso, tendo à partida a certeza da respectiva publicação.

O contrato correspondente (reproduzido em *fac-símile* em Santos, 1972), assinado pelo Ministro do Reino, o Conselheiro António Rodrigues Sampaio, e por Estácio da Veiga, a par de diversas testemunhas, entre as quais o Director Geral da Instrução Pública, o Conselheiro António Maria de Amorim – que previa uma tiragem de 1200 exemplares de cada volume, com uma oferta de 50 exemplares ao autor – só viria a entrar em vigor em finais de Dezembro, depois de ter sido verificado pelo Procurador Geral da Coroa e Fazenda; o atraso na apreciação jurídica do documento justificou a exposição de Estácio ao Rei D. Luís, de 29 de Dezembro, atrás parcialmente transcrita, até porque se

encontrava impedido de receber a gratificação mensal de 50.000 réis estipulada para o efeito, que lhe era devida desde o dia 1 de Julho desse anno. Este montante equivaleria actualmente a cerca de 1500 euros.

Previo-se que o primeiro volume pudesse ser entregue até três meses depois de Julho de 1880, o que estaria de acordo com os planos de o apresentar oficialmente em Setembro desse anno, na celebração em Lisboa da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas. Ver-se-á que, também neste aspecto, foram dramáticas as dificuldades que Estácio teve de vencer, as quais levariam a que a conclusão do primeiro volume só se verificasse em 1886. Parte desse atraso assumiu-o pessoalmente, como a incorporação dos resultados das explorações arqueológicas efectuadas em 1882 nos notáveis monumentos pré-históricos de Aljezur e de Alcalar, recorrentemente mencionados nos quatro volumes da obra que saíram em vida do autor.

Com a efectiva entrada em vigor, em finais de 1879, do contrato para a preparação das Antiguidades Monumentais do Algarve, aproxima-se do fim a segunda fase da actividade científica de Estácio, a qual tem o seu término a 26 de Setembro de 1880, com a abertura do Museu Arqueológico do Algarve, de cuja organização havia sido incumbido oficialmente a 1 de Abril de 1880, no âmbito da reunião, em Lisboa, da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas; doravante, duas preocupações essenciais viriam a ocupar integralmente a existência de Estácio, nos seus últimos onze anos de vida: a publicação daquela obra, e a concretização do Museu Arqueológico do Algarve.

A primeira constituía o estudo científico dos vestígios arqueológicos descobertos no decurso das inúmeras explorações que conduziu em toda a província, até finais de 1878, enquanto o Museu era a sua demonstração prática.

Concluído o primeiro levantamento arqueológico do Algarve, verifica-se que o período paleolítico não se encontrava representado, o que era compreensível; também o Neolítico e o Calcolítico se encontravam pouco representados, embora tivessem sido realizadas escavações em monumentos megalíticos e efectuada

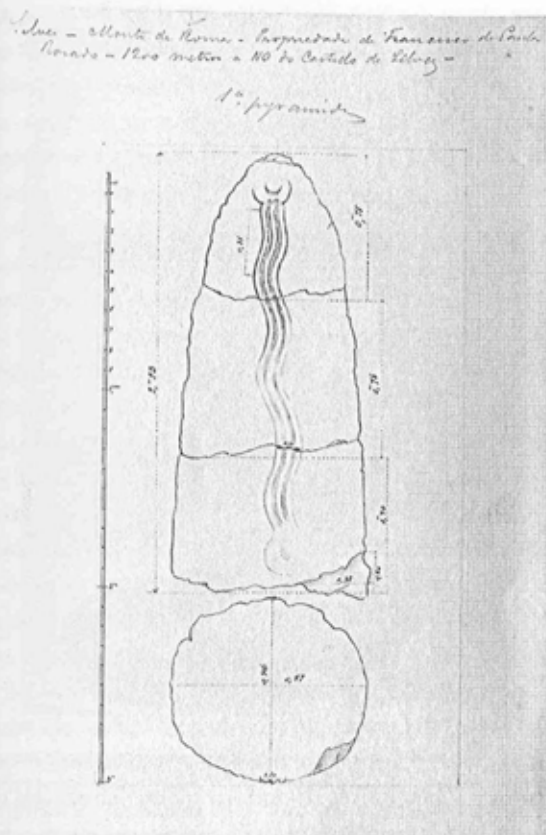


Fig. 27 – Um dos três menires do Monte de Roma (Silves), hoje desaparecido, segundo desenho a lápis, inédito.

a identificação dos primeiros menires do barlavento algarvio, de que são exemplo os três recolhidos no Monte de Roma, perto de Silves, os quais não puderam ser embarcados para Lisboa, por excesso de peso (Fig. 27). Sem dúvida, eram os “característicos” do Período Romano aqueles que se revelavam mais abundantes e importantes, no conjunto da colecção arqueológica reunida por Estácio da Veiga. Porém, importa não esquecer que muitos espólios permaneceram inéditos até ao presente: é o caso das ricas colecções de cerâmicas islâmicas, das quais se apresentam pela primeira vez alguns exemplares, reproduzidos em fotografias da época (Fig. 28, 29 e 30). Tais materiais destinavam-se a publicação no quinto ou sexto volume das “Antiguidades”, encontrando-se as respectivas estampas já devidamente numeradas para o efeito.

A estes elementos, vir-se-iam juntar os que obtive em resultado das escavações efectuadas em 1882,



Fig. 28 – Espólios atribuídos ao período islâmico. 1 e 4 – Carrapateira, sítio do Castelo (Aljezur); 2, 3, 5 a 8, 12 a 14 – Silves (castelo); 9 – Torre d’Ares; 10 – Alcoutim, Laranjeiras; 11 – Milreu. Segundo legenda escrita a lápis por Estácio da Veiga, no verso da foto.

em Aljezur, Alcalar e Torre dos Frades, que enriqueceram de forma notável a representação da Pré-História e foram objecto de expressivas descrições, contidas na correspondência adiante transcrita.

## 5 – O Museu Arqueológico do Algarve

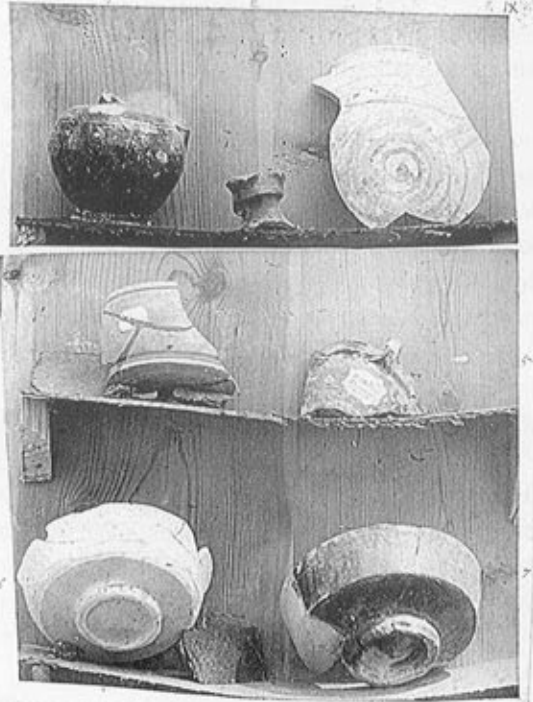
O ano de 1880 viria a ser marcado pela criação e organização do Museu Arqueológico do Algarve. Este Museu tinha antecedentes antigos no programa que Estácio da Veiga delineou, logo em 1877, aquando do início do levantamento da Carta Arqueológica do Algarve. Com efeito, logo no seu relatório de 25 de Junho de 1877, dando conta ao Conselheiro Amorim dos progressos dos referidos reconhecimentos, menciona que tais monumentos “devem ser os primordiais fundamentos de um museu archeologico nacional constituído em devida regra e por sua rigorosa ordem geographica”, objectivo que voltou a referir a 19 de Novembro do mesmo



**Fig. 29** – Espólios atribuídos por Estácio da Veiga ao período islâmico. 1 e 2 – silos da Maritenda, conc<sup>o</sup>. Loulé (pint. branca); 3 a 7, 12, 14 a 16 – Silves, castello (pintura branca); 8 – Amendoal (Faro); 9 e 11 – sitio do Castello, Carrapateira, Aljezur. Segundo legenda escrita a lápis por Estácio da Veiga, no verso da foto.

ano ao referido governante, declarando que “O que já temos e o que espero ainda adquirir (...), deve constituir o mais rico museu archeologico do paiz”. Ansiava demonstrar a possibilidade de fazer uma exposição cientificamente digna, afastando-se das ideias retrógradas que, no seu entender, enfermava o Museu do Carmo, dirigido por Possidónio da Silva. Mas onde se instalaria tal Museu?

A primeira ideia foi a de ele se organizar no edificio da Academia das Ciências de Lisboa, verificada a impossibilidade de o instalar, como museu provincial, no extinto convento de S. Francisco, em Faro. Com efeito, em Officio dirigido ao presidente da Segunda Classe da referida Academia, a 7 de Julho de 1877, a propósito do envio para o Ministério do Reino dos monumentos e materiais resultantes da primeira etapa do reconhecimento arqueológico do Algarve, bem como das explorações conduzidas em Mértola, ao cuidado do Ministério do Reino, conside-



**Fig. 30** – Espólios atribuídos por Estácio da Veiga ao período islâmico. 1 – Bias (Olhão), vidrado cor de mel; 2 – Bensafrim, silos, vidrado cor de mel, boca de galheta; 3 e 4 – Bensafrim, silos; 5 – S. Francisco, Portimão, a 1,40 m de prof. Segundo legenda escrita a lápis por Estácio da Veiga, no verso da foto.

rou ter chegado a altura “para se tratar da instituição do nosso tão reclamado museu archeologico, por isso que não se póde suppôr que o governo, sendo-lhe solicitados os referidos objectos, deixe de querel-os confiar á primeira corporação scientifica do paiz” (Fig. 31).

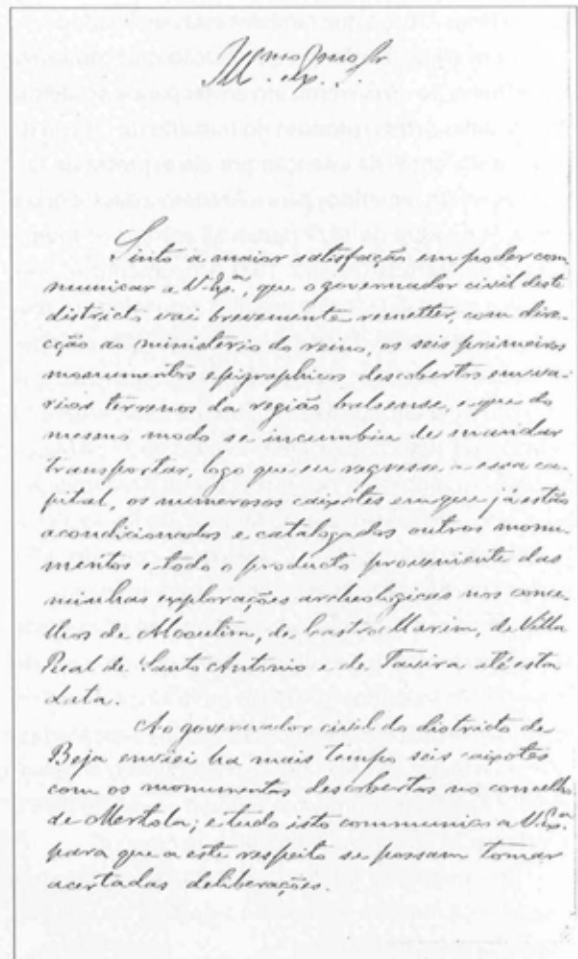
A Academia Real das Ciências de Lisboa seria, de acordo com a vontade de Estácio da Veiga expressa na missiva acima parcialmente transcrita, o embrião do futuro Museu Arqueológico Nacional “em que fossem representadas, mediante o systema que havia adoptado e seguido, todas as antiguidades de Portugal” (extracto de carta remetida ao Director Geral da Instrução Pública, nos primeiros meses de 1881). Segundo este mesmo documento, tal propósito não vingou por manobras de bastidores, mencionadas por Estácio:

“Não me respondeu o presidente da segunda classe, mas é certo que o meu pensamento foi acolhi-

do, chegando-se a converter n'um único e amplo salão todo o espaço que anteriormente era tomado pela bibliotheca académica, e pelos gabinetes da secretaria, custando essa obra preparatória não minguado dispêndio; e segundo se diz estava até já indigitado o académico a quem havia de ser conferida a direcção e conservação desse museu, não se contando, mui incautamente, com a minha formal recusa e com os protestos que desse modo seria forçado a levar á presença do Governo, logo que não fosse eu o encarregado da organização de um museu, que tudo me devia, que em grande parte era propriamente meu, e que só eu tinha os precisos elementos para o organizar em conformidade do pensamento com que o havia colligido e com que o devera manter; mas todos esses reservados intuitos foram como repentinamente destruídos, determinando o Governo, por proposta do Marquez de Sousa-Holstein, então vice-presidente da Academia Real de Bellas Artes, que as antiguidades por mim colligidas em Mértola e no Algarve dessem entrada naquella academia, sem contudo ter havido para commigo a mínima attenção, por se ignorar que todos os monumentos epigraphicos de Mértola tinham sido comprados á minha custa, e que uma grande copia dos mais importantes do Algarve também me pertencia. Entretanto não me oppuz nem alleguei então os direitos que me assistiam, porque bem sabia eu que o Marquez de Sousa Holstein era altamente intelligente e illustrado para reconhecer que não podia em caso algum prescindir da minha directa intervenção logo que tivesse espaço preparado para a instituição de um grande museu que projectava organizar (...)."

As informações contidas nesta missiva são importantes; com efeito, a aludida sabotagem à organização de um museu arqueológico na Academia das Ciências de Lisboa, de que Estácio esta ciente, não deve ser encarada como simples suspeita; logo em Novembro do ano seguinte (1878), um dos académicos mais activos da agremiação, Teixeira de Aragão elaborou proposta intitulada "Necessidade da criação d'um museu de história de artes de ornamentação, e de antiguidades em Lisboa", adiantando:

"Enquanto se não constróe esse edificio apropriado, onde deverão guardar-se os quadros e todas as collecções artísticas, um alvitre rasoavel se apresenta,



**Fig. 31** – Primeira página de carta de Estácio da Veiga, datada de Tavira, a 7 de Julho de 1877 e dirigida ao Presidente da Segunda Classe da Academia Real das Ciências de Lisboa, comunicando a remessa de monumentos epigráficos romanos do Algarve, considerados importantes para a desejada criação de um Museu Arqueológico no âmbito daquela Academia.

fundando na Academia real das Sciencias um museu de historia e de artes ornamentaes" (Pereira, 1981, Documento nº. 1).

É esta a primeira vez que se fala na criação de um museu de "antiguidades" em Lisboa, cujas características foram sendo sucessivamente definidas, dando origem, em 1884, ao Museu de Arte Antiga e Archeologia, óbvio concorrente do projecto de Estácio da Veiga. Entretanto, gorada a instalação desse núcleo fundacional na Academia das Ciências de Lisboa, as atenções dos seus principais dinamizadores voltaram-se para a própria Academia

Real de Belas Artes, a que também estavam ligados.

Com efeito, existe documentação que comprova a determinação do Governo em enviar para a Academia Real de Belas Artes o produto do trabalho de Estácio da Veiga, ainda antes da intenção por ele expressa de tais espólios serem remetidos para a Academia das Ciências: logo a 24 de Abril de 1877 deram ali entrada os monumentos de Mértola (Pereira, 1981, Documento nº. 14), seguidos da totalidade dos espólios arqueológicos reunidos no Ministério do Reino, resultantes das recolhas de Estácio em todo o Algarve. É a esse manancial, que começou a dar entrada na Academia de Belas Artes a 13 de Março de 1880, que se refere o Ofício de 23 de Março de 1880, dirigido pelo Vice-Inspector da Academia das Belas Artes, Delfim Guedes, ao Ministro do Reino (Pereira, 1981, Documento nº. 15). Deixava-se, contudo, a Estácio, a oportunidade de o organizar e coordenar:

“Permita-me pois V. Ex<sup>a</sup>. que eu tome a liberdade de propor que por esse ministério seja encarregado de proceder aos trabalhos que deixo mencionados o sócio da Academia Real das Ciências Sebastião Felipe Martins Estácio da Veiga, por ter sido esse Academico o descobridor daqueles monumentos, e quem os coligiu para a comprovação da carta archeologica do Algarve”.

Este propósito foi acolhido pelo Governo e, por despacho do Ministro do Reino, a 1 de Abril de 1880, foi Estácio da Veiga incumbido

“de classificar e catalogar por modo que possam ser expostos ao público os Monumentos Archeologicos vindos ultimamente do Algarve, e por V. Ex<sup>a</sup>. descobertos e colleccionados para a comprovação da Carta Archeologica d’ aquella Provincia”;

como lhe foi comunicado por Ofício assinado pelo Director Geral da Instrução Pública (Pereira, 1981, Documento nº. 16).

Note-se que não se menciona em algum lugar a palavra Museu: o Museu Arqueológico do Algarve, ainda que possuindo papel timbrado, envelopes e etiquetas (Fig.32), não teria passado de uma dedução lógica de Estácio da Veiga face às orientações recebidas do Governo, que não se encontravam suportadas em qualquer documento oficial. Tal dúvida teve-a também Leite de Vasconcelos, muito anos depois, ao perguntar-se se tal determinação viria na Legislação de 1880, interroga-

ção sem resposta aposta em pequena folha manuscrita conservada no Arquivo de Estácio da Veiga, apesar de este mencionar em diversos volumes das “Antiguidades Monumentais do Algarve” a existência do Museu. Assim, a existência seria apenas oficiosa, mas não oficial, como aliás é reconhecido por Estácio, ao declarar, a 30 de Maio de 1881, em carta dirigida ao Director Geral da Instrução Pública, que o museu correspondia a uma “instituição, que já está criada de facto, como em breve tempo o deve ser por lei especial, obrigada a um contracto celebrado com o (...) governo”.

Seja como for, o entusiasmo de Estácio não esmoreceu por esta deficiência legislativa, que se viria a revelar fatal: aos monumentos chegados em Março à Academia das Belas Artes, viriam a juntar-se os que continuaram a chegar no decurso do mês de Abril e meses seguintes:

“Desde Maio até 11 de Setembro, nove dias antes da abertura do congresso, continuou a chegada dos monumentos, multiplicando-se de tal modo o trabalho do museu que, para poder ser apresentado áquelle sapientíssimo jury, foi mister sacrificar as próprias horas do descanso, começando o meu serviço de madrugada e continuando-o até alta noite.” (cf. minuta de resposta não datada nem endereçada sobre os atrasos da publicação das “Antiguidades Monumentais do Algarve”).

Verificam-se, pois, as seguintes deficiências na concepção inicial do Museu (que nunca chegou a sê-lo, do ponto de vista oficial):

- 1 – A aparente dependência funcional de Estácio da Veiga à Academia Real de Belas Artes, desde logo porque foi esta Instituição a propor o seu nome para, em instalações suas, organizar as colecções que recebera legitimamente, por determinação governamental;
- 2 – A ausência de espaços próprios;
- 3 – A folha de pagamentos, cujas verbas destinadas ao Museu eram processadas pela Academia de Belas Artes, por não ter o Museu qualquer existência legal.

Estes três factores levariam, em situação de normalidade a uma sempre instável relação institucional; mas, em situação de conflito, fácil seria prever o desfecho desfavorável para a nascente unidade museológica, como de facto se verificou.

Seja como for, a abertura do Museu ocorreu a 26

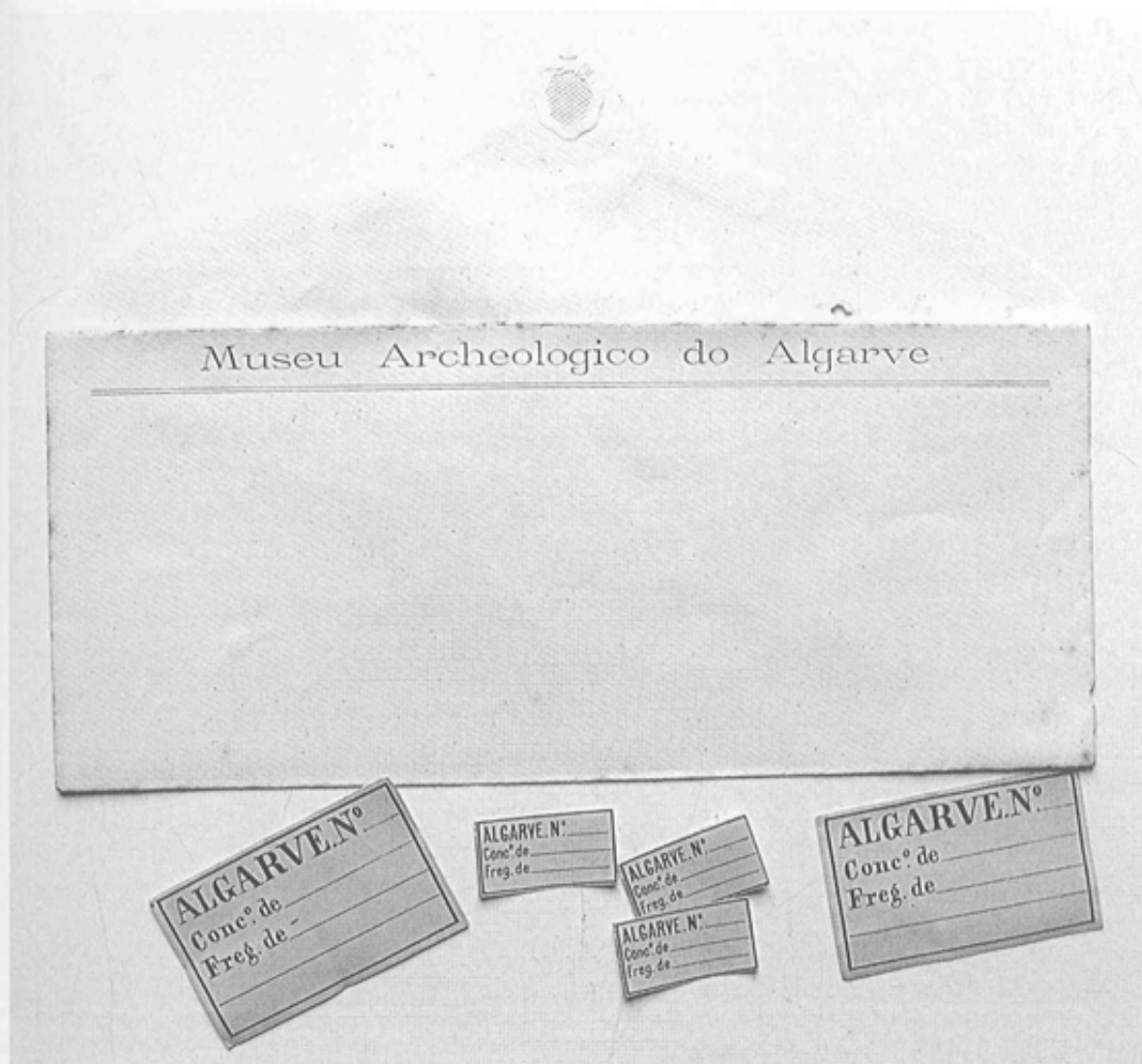


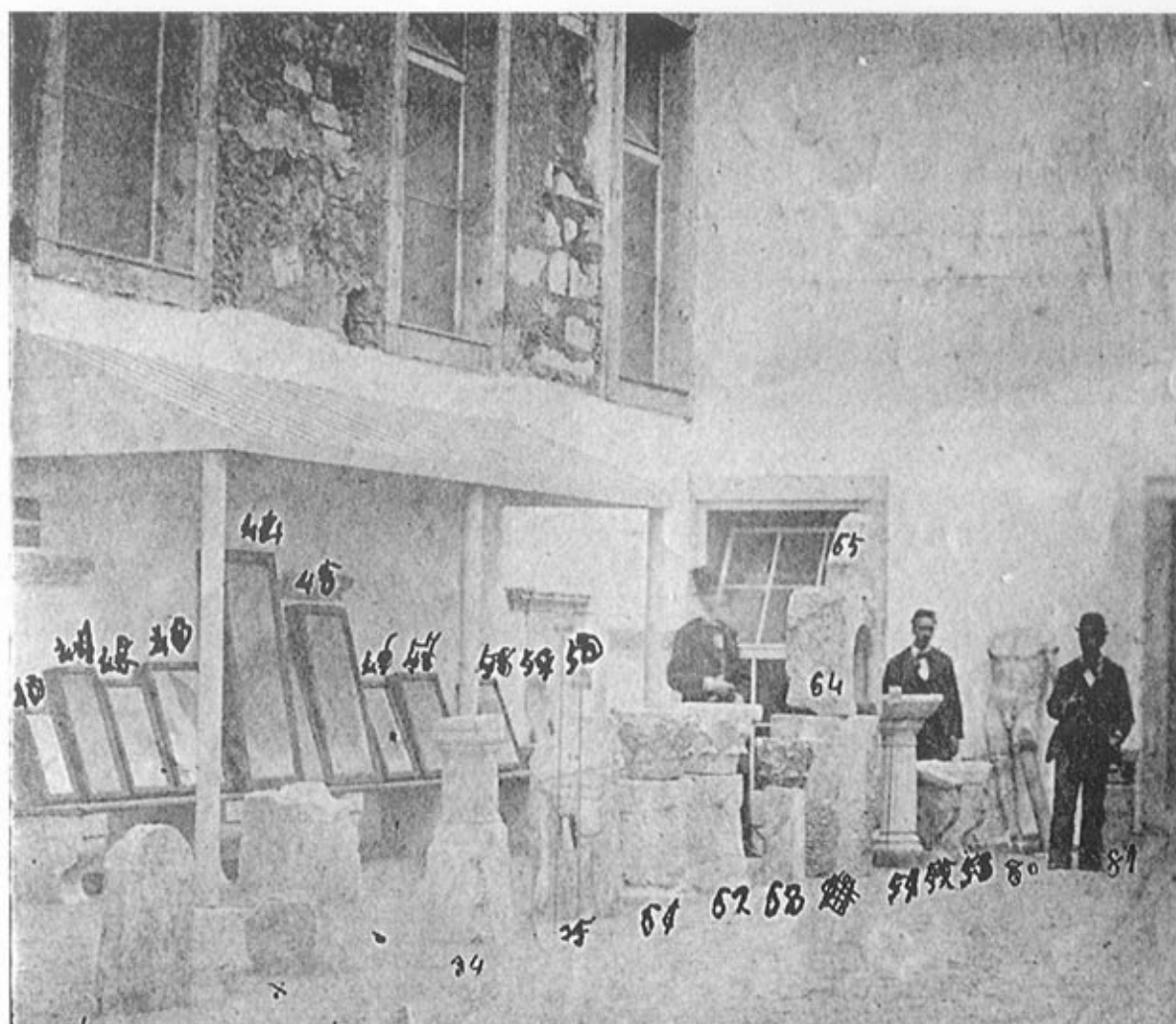
Fig. 32 – Sobrescrito timbrado e etiquetas do Museu Arqueológico do Algarve.

de Setembro de 1880 (Fig. 33), a tempo de ainda ser visitado pelos ilustres congressistas então reunidos em Lisboa, entre os quais o arqueólogo francês Émile Cartailhac, e o antropólogo alemão Rudolph Virchow, entre muitos outros, citados pelo próprio Estácio (Veiga, 1887 a: 489, nota 3), apesar de, incompreensivelmente, a sua visita, e muito menos a respectiva abertura, não terem sido incluídas no programa oficial do Congresso.

Os contactos científicos então estabelecidos por Estácio com eminentes arqueólogos e antropólogos,

conferiram-lhe maior segurança na discussão de certas questões científicas, relacionadas com a Pré-História; neste capítulo, se Hübner foi o seu mentor no campo da arqueologia da época clássica, Cartailhac afirmou-se como o pré-historiador mais relevante na formação de Estácio, na respectiva área, fortalecida por uma calorosa relação pessoal, que transparece da correspondência já transcrita em outro trabalho (Cardoso, 2007).

Sabe-se, pelo próprio Estácio, que foi também apresentada ao Congresso a Carta Arqueológica do Al-



**Fig. 33** – Pátio da Academia Real de Belas Artes, ocupada com o Museu Arqueológico do Algarve: inscrições, elementos arquitectónicos e porções de mosaicos excailhados. De pé, três homens, provavelmente Estácio da Veiga (à esquerda) e os seus dois colaboradores, João Dionel da Franca Mattos e Joaquim dos Reis Netto, respectivamente escriturário e servente do Museu. Observe-se, em último plano, ao fundo, a estátua de Apolo, recolhida no Álamo, Alcoutim, já com a reconstituição da perna esquerda (ver Fig. 13) e, entre as duas figuras da esquerda, a edícula e o frontão de Marim (ver Fig. 18).

garve, a qual também não consta das actas da referida reunião. Contudo, sabe-se, pelo próprio Estácio, que Cartailhac apresentou a sugestão de a simbologia ser a adoptada internacionalmente desde o Congresso de Estocolmo, pelo que o Autor procedeu à imediata substituição da anterior simbologia por si utilizada (Veiga, 1886: 19). Já para os tempos históricos, foi preciso organizar uma sinalética própria, conforme se refere em artigo dedicado ao assunto (Veiga, 1887 b). Conhece-se

esboço de título para a Carta Arqueológica do Algarve relativa aos tempos pré-históricos, elaborada em 1883, cujo subtítulo é esclarecedor, a respeito da sua apresentação ao referido Congresso:

“Representando o periodo neolítico, a transição deste periodo para a idade do bronze, esta idade e a idade do ferro. Elaborada em 1878, comprovada em 1880 com a fundação do Museu Archeologico do Algarve, apresentada no mesmo anno ao Congresso

d'anthropologia e de archeologia prehistorica reunido em Lisboa e recentemente muito ampliada pelos descobrimentos feitos em 1882".

Com muita pena de Estácio, o Paleolítico não se encontra representado, facto que atribui ao Governo não lhe ter permitido o estudo das cavernas, nas quais o autor depositava muitas esperanças – sabemos hoje que infundadas – a tal respeito.

O silenciamento dos trabalhos de Estácio da Veiga e da própria existência do Museu Arqueológico do Algarve no Congresso de Lisboa, apesar de ser oficialmente um dos Secretários-adjuntos do mesmo, não pode reportar-se ao acaso, ou à falta de informação por parte da organização da reunião, cujo Secretário Geral era Carlos Ribeiro (Fig. 37).

Com efeito, mal se compreende que, face à importância das descobertas de Estácio, no campo da Pré-História algarvia (apesar de as escavações de Aljezur e de Alcalar só se terem efectuado em 1882), as mesmas não tenham merecido estar representadas no Congresso. O autor ressentiu-se desta iniquidade, declarando expressamente:

"mas como houve o reservado proposito de não se escrever no *Compte rendu* uma unica palavra, que de algum modo podesse registrar os serviços com que eu havia modestamente contribuido para que o congresso podesse formar approximada idéa das antiguidades prehistoricas do Algarve, symbolisadas na primeira carta archeologia que tinha sido elaborada em Portugal e comprovadas com o proprio museu (...)" (Veiga, 1887 a: 489, 490).

Importa destacar o facto de Estácio jamais ter sido funcionário da Academia de Belas Artes, como fez questão de deixar bem claro, nem ter recebido quaisquer verbas através desta; reportava-se directamente ao Director Geral da Instrução Pública, e a única gratificação fixa e permanente que recebia por parte do Governo resultava de lhe ter sido encomendada a redacção das "Antiguidades Monumentais do Algarve", pagas tardiamente e sempre com dificuldades e suspeições, que Estácio, penosamente, era obrigado a esclarecer.

No concernente à segunda questão, relativa à instalação do Museu no edificio da Academia de Belas Artes, Estácio tinha manifestado, desde pelo menos 27 de

Dezembro de 1879, a sua concordância e empenho em tal solução, considerando existir espaço suficiente, pelo menos para a instalação da parte monumental relativa aos tempos pré-históricos, aqueles a que dizia particular respeito o primeiro volume das "Antiguidades", que se pretendia apresentar na inauguração do Museu.

Abandonada a ideia, por manifesta falta de tempo, a disposição dos espólios abarcou todas as épocas. Isto não significava a ausência de critérios científicos, que constituíam uma das preocupações fundamentais de Estácio: prova disso foi a sua dissensão com Possidónio, já antes referida, bem como a sua crítica à aquisição de objectos de interesse museológico duvidoso, que a própria Academia das Belas Artes vinha efectuando, certamente para o futuro Museu de Arte Antiga e Arqueologia. Assim, as críticas expressas em minuta não datada, mas redigida nos primeiros meses de 1881 destinada ao Conselheiro Amorim, reportam-se indistintamente a quaisquer instituições congéneres:

"(...) é tão crassa a ignorância de certos individuos, que imaginam grandiosas criações de museus com a indistincta aquisição de todas as cousas de feição mais ou menos antiga e obtidas seja onde fôr e como fôr, que ainda não mostraram saber distinguir as baias que scientificamente separam o museu archeologico propriamente dito, de um museu misto de antiguidades, e de um museu essencialmente artistico. Tudo tem até hoje andado confundido, misturado, mal collocado, sem subordinação a um pensamento fundamental, sem a minima ordenação systematica, ou methodica (...)"

A organização criteriosa do Museu do Algarve, foi justamente sublinhada por Estácio, invocando para tal a boa impressão que tinha causado aos membros do Congresso que o honraram:

" (...) com a sua visita e com o mais notável acolhimento o primeiro museu que começava a instituir-se neste paiz por um novo systema scientifico e o unico que era fundamentado na primeira carta archeologica que entre nós se elaborou (...)"

Esta ideia encontra-se reforçada na missiva enviada ao Director Geral da Instrução Pública a 6 de Junho de 1881 (cuja minuta se encontra datada de 30 de Maio):

"A carta e o Museu archeologico estabeleceram portanto a base fundamental e o systema deve seguir--

se para que a seu tempo nos seja possível apresentar a carta archeologica de Portugal e porventura o mais perfeito, o mais systematico e o mais rico museu archeologico, representando as antiguidades prehistoricas e historicas do continente portuguez”.

Desta forma, para a instituição de um Museu Arqueológico Nacional, acompanhado da realização da respectiva carta arqueológica do País, dispunha-se, como elemento de referência, o trabalho realizado no Algarve.

Aquele documento foi escrito com o fim de apresentar protesto da ordem recebida por parte da Academia para proceder à entrega do inventário das coleções e à sua transladação para outra dependência da mesma. Já anteriormente, Estácio se tinha queixado da pretensão de se incluírem obras de arte antiga, pertença do Museu, nas galerias de exposição da Academia, conforme minuta dirigida ao Ministro do Reino.

Existiria velada intenção dos responsáveis da Academia de Belas Artes para o fracasso do projecto de Estácio, independentemente de aqueles precisarem do espaço ocupado no edifício pelo Museu, que organizara de raiz, para as aulas que se iniciariam em Outubro de 1881. Com efeito, sabe-se que, desde há vários anos, a Academia mantinha alugado o palácio das Janelas Verdes, com a finalidade de aí instalar o primeiro Museu de Arte Antiga e Arqueologia, o que de facto veio a verificar-se em 1884, após reforma da Academia de Belas Artes de 1881 e a exposição de artes decorativas (1883), que constituiu um primeiro ensaio para se atingir aquele objectivo.

Começava assim a esboroar-se o sonho de Estácio na instituição que fundara, a qual, apesar das minguidas verbas (200.000 réis abonados pelos fundos da Direcção Geral da Instrução Pública para as despesas de instalação), possuía uma “oficina photographica”, garantindo-se o restauro e a reprodução de objectos arqueológicos através da aquisição de serviços a Guido Batista Lipi. Como pessoal permanente, possuía apenas um escriptorário, João Dionel da Franca Mattos e um servente, que também tinha as funções de guarda, Joaquim dos Reis Netto.

A estratégia adoptada por Estácio foi a de procurar rapidamente de limitar o espaço ocupado pelo Museu, tornando-o independente do restante edifício, decla-

rando, no documento de 6 de Junho, já acima parcialmente transcrito, o seguinte:

“Quando se haja reconhecido que os mencionados tropeços partem de uma obstinação inqualificável, talvez inspirada por émulos mal intencionados e insofridos por verem que o único museu archeologico scientificamente organizado no paiz é obra exclusiva de um só individuo, então convirá lembrar á academia de bellas artes, que o edificio por ella occupado, não é propriamente propriedade sua mas do estado (...)”.

Com esta e outras alegações de débil suporte legal, propôs a partilha de espaços, objecto de análise laboriosa, naquele mesmo documento apresentada (Fig. 34 e 35). Contudo, é fácil de ver que o Director Geral da Instrução Pública, por muita consideração que tivesse por Estácio, poucos poderes detinha no caso em apreço, dado que o que aquele na verdade lhe propunha era, simplesmente, legalisar a ocupação de uma parte do edificio, contra a vontade do seu legítimo usufrutuário. Na realidade, os espaços alocados ao Museu, em 1880, foram os que a Academia destinou para tal, e só com o seu acordo se poderia alterar o que fora estabelecido.

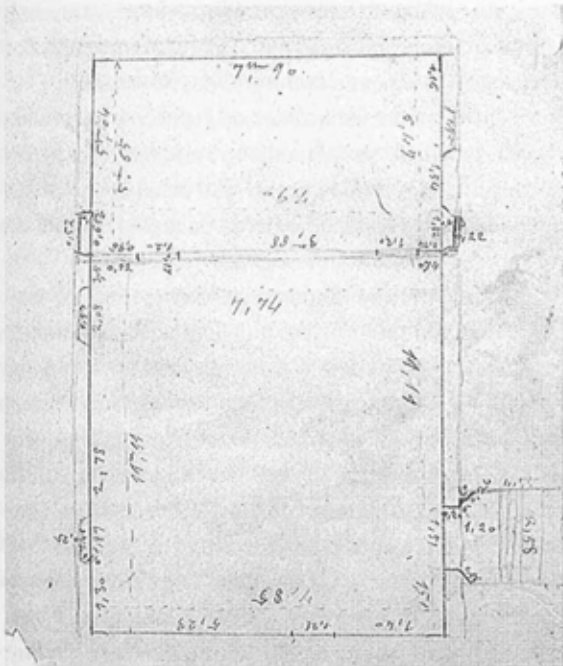
A situação continuou a degradar-se: na mesma missiva de 6 de Junho de 1881, também informava o Conselheiro Amorim da conflituosa coexistência com os dirigentes da Academia, visto estar:

“(...) verbalmente intimado pelo inspector e pelo director interino das escolas da academia de bellas artes para lhes apresentar uma relação dos objectos existentes no museu e para transferir o museu com a maxima brevidade para uma outra secção do edificio, que já me foi indicada, mas com inaceitaveis restricções”,

com o argumento, apresentado ulteriormente, de o espaço em causa, além de albergar coleções particulares (entre elas, as do próprio Estácio e de Júdice dos Santos), ser preciso para as aulas, que iriam ali ter início no mês de Outubro.

Nesse mesmo dia, em carta dirigida ao Director Geral da Instrução Pública, Estácio queixou-se que o director interino da Academia,

“á hora em que eu e o escriptorario devêramos ser esperados”, dera “ordem ao (...) servente para que fechasse o museu e fosse fazer serviço para a porta de entrada da academia!”



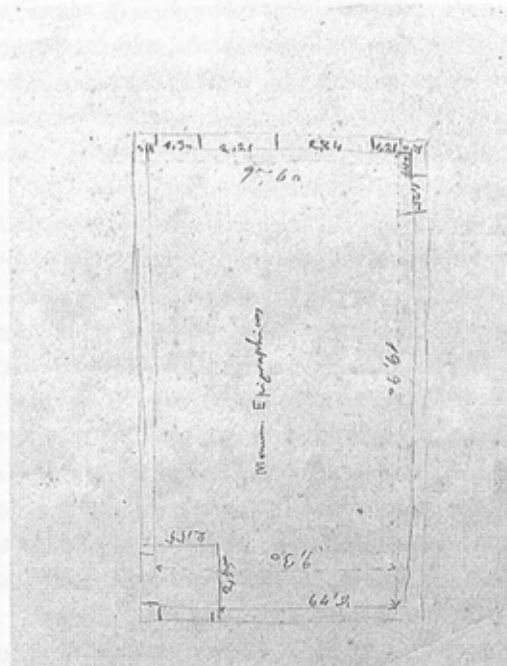
**Fig. 34** – Planta uma de duas salas da Academia Real de Belas Artes, onde Estácio da Veiga pretendia instalar parte do Museu Arqueológico do Algarve. Esboço a lápis de Estácio da Veiga.

A autoridade sobre o referido funcionário, por mais que Estácio afirmasse, e com razão, que ele não pertencia à Academia, nem tinha de receber ordens desta, decorria do facto de os pagamentos dos seus ordenados serem processados por aquela Instituição. Esta foi a segunda questão essencial que falhou na estratégia delineada de independentizar financeiramente o Museu.

A situação só era possível resolver a contento de Estácio mediante a directa intervenção do Governo, o que é reconhecido pelo próprio, em minuta não expedida, em que declara:

"(...) cheguei silenciosamente até à data de 6 deste mez, em que já não era possível deixar de invocar o auxílio de V. Ex<sup>a</sup>. e do Governo para poder salvar um museu ricamente significativo e valioso, que a academia de bellas artes pretendia desfigurar e destruir com a sua audaciosa ignorância e fatal intervenção."

Assim, na sequência da detalhada proposta sobre a partilha dos espaços, apresentada no já mencionado



**Fig. 35** – Planta uma de duas salas da Academia Real de Belas Artes, onde Estácio da Veiga pretendia instalar a colecção epigráfica do Museu Arqueológico do Algarve. Esboço a lápis de Estácio da Veiga.

documento enviado a 6 de Junho de 1881 ao Director Geral da Instrução Pública, são apresentadas diversas propostas, entre as quais se destaca a do despejo de um espaço ocupado pela Academia, a fim de o Museu poder entregar a esta as áreas reclamadas como necessárias para as aulas; e de serem feitas no Museu a partir do novo ano económico as suas contas, "sem dependência alguma da thesouraria da academia", sob as instruções e fiscalização da Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino; assim, o Museu ficaria na subordinação directa do Ministério do Reino, como é proposto em outro documento produzido na mesma época.

Em minuta mais desenvolvida feita também no referido mês de Junho, Estácio propôs ainda a clarificação da sua condição contratual nos seguintes termos:

"Que o auctor da primeira carta archeologica elaborada neste paiz, descobridor e collector dos monumentos comprovativos da mesma carta e único fundador do museu, mostrando por este modo a precisa competência, tanto no desempenho destes serviços

como com a publicação de varias obras de archeologia monumental, seja durante sua vida, com a designação de director, encarregado da organização e conservação do actual museu e dos monumentos que se lhe possam ir aggrupando, ao passo que for progredidndo o reconhecimento das antiguidades do reino”.

A estas funções corresponderia a mesma gratificação estabelecida no contrato de 29 de Maio de 1879 para a autoria das “Antiguidades Monumentais do Algarve”, “ficando por isso esse contracto supprido por esta forma”. O montante anual da referida gratificação era de 600.000 réis, à razão de 50.000 por mês (noutro documento fala-se de 540.000 réis anuais); mais se solicitava fosse feita com a maxima brevidade as nomeações dos empregados do Museu, correspondendo aos dois elementos já atrás mencionados. Prevendo que, em governo de austeridade económica, a opinião pública fosse crítica a tais nomeações, declara que, a esta,

“não cabe o direito de censurar, mas a obrigação de agradecer ao Governo, se com effeito decretar que estes trabalhos sejam desde já regulados por lei, e aggregados ao quadro geral da instrução publica do reino, para que este paiz se mostre digno de acompanhar as maiores e mais civilizadas nações nas sendas do progresso intelectual e scientifico.”

já que, como declara noutro lugar, o primeiro museu arqueológico devidamente organizado (tendo o cuidado de ressalvar a excepção que era o da Comissão dos Trabalhos Geológicos), se destinava a “instigar o gosto publico ao estudo das antiguidades monumentaes do nosso paiz”, abrindo todos os dias, das dez horas da manhã às quatro da tarde.

A atenção concedida ao público ia ao ponto de se determinar, no projecto das “Instrucções regulamentares”, que,

“dos esclarecimentos que os empregados não tenham notícia, se tomará nota para ser enviada ao encarregado dos estudos archeologicos do Algarve, sempre que a pessoa que os exigir queira declarar o seu nome e residência.”

Além disso, ao director competia, entre outras funções,

“a direcção das explorações que sejam superiormente auctorisadas com justificada necessidade e pre-

sumptiva utilidade, bem como escrever as obras descriptivas das antiguidades monumentaes indicadas nas Cartas Archeologicas e representadas no Museu”.

Deste modo, verifica-se que Estácio não abdicaria da sua qualidade de “arqueólogo”, mantendo-se activo nas explorações arqueológicas que justificassem a sua intervenção, independentemente da região do país em que elas se tornassem necessárias.

Estácio estava firmemente convencido da exequibilidade do seu projecto e da importância científica e social do mesmo para o país e os cidadãos em geral; conforme a ideia exposta em 1880, Portugal ficaria dotado, a médio prazo, de um conjunto de museus arqueológicos provinciais, sedeados em Faro, Évora, Lisboa, Coimbra, Porto e Braga, cada um deles apoiado em Institutos arqueológicos, que integrariam os cidadãos mais empenhados neste tipo de estudos, correspondendo-se entre si, os quais teriam a função de elaboração da carta arqueológica, a aquisição e o estudo dos testemunhos arqueológicos pertencentes a cada uma das regiões, como postulara logo em 1880 (Veiga, 1880 a: 9, 10) e voltaria a sublinhar dez anos volvidos.

Em documento não datado, correspondendo a esboço de Portaria ou Decreto, que jamais foi publicado, afirma-se que a Carta Arqueológica do Algarve, em articulação como Museu Arqueológico do Algarve, estabeleciam a base fundamental, tanto da Carta, como do Museu Arqueológico Nacional, assumindo-se implicitamente Estácio da Veiga como responsável da actividade arqueológica nacional, nos exactos moldes em que ele próprio a definiu.

Em suma: apesar da valia e da coerência científica e metodológica das propostas museológicas apresentadas, firmadas em uma sólida preparação científica, Estácio da Veiga era um homem isolado: as más vontades que congregou, no mesquinho meio citadino a que, decididamente, não pertencia; e a sua independência dos círculos políticos da capital, que o mesmo é dizer, a falta de apoios de que carecia, pese embora a benevolência e compreensão com que era ouvido pelo Director Geral da Instrução Pública, determinaram o desfecho desta luta desigual.

Os espólios arqueológicos, depois de encerrado o Museu ao público em Junho de 1881, foram removidos,

em Agosto de 1881 para os fundos do edifício conventual, conforme a intenção expressa pela Academia, sem quaisquer preocupações de carácter museológico; mas manteve-se a Instituição, tendo até continuado a receber especialistas, que propositadamente ali se deslocavam, como E. Cartailhac, em Setembro de 1881. Fiel aos seus princípios, Estácio da Veiga não desertou ante as dificuldades intoleráveis levantadas pelos que se lhe opuseram; firme no seu posto, resistia como podia à prepotência de uma instituição de literatos e artistas, que não queriam compreender o alcance da sua obra, procurando por todos os meios silenciá-la.

A respeito da manutenção do Museu, nas condições precárias em que passou a existir, são significativas algumas passagens da carta dirigida ao Director da Contabilidade do Ministério do Reino, cuja minuta se encontra datada de 16 de Agosto de 1882 (Fig. 36).

Esta missiva é muito importante por demonstrar que Estácio não abandonaria à sorte os seus colaboradores mais próximos e, sobretudo, por comprovar que o Museu Arqueológico do Algarve se mantinha ainda em actividade em Agosto de 1882; com efeito, os dois empregados do Museu foram remunerados até Setembro de 1882, por verbas alocadas à Academia das Belas Artes pelo Ministério da Fazenda (Pereira, 1981, Documento nº. 24) e, dali em diante, por verbas próprias desta Instituição, ao que parece sem suporte legal, situação que só foi regularizada a 3 de Outubro de 1885 (Pereira, 1981, Documento nº. 32).

Contudo, é de assinalar que, conforme se estipula neste documento, a entrega oficial do recheio do Museu do Algarve à Academia de Belas Artes só foi formalmente efectuada naquela data, pelo que se depreende que, desde o encerramento ao público, em Setembro de 1882 e até Outubro de 1885, embora de facto fosse a Academia a detentora de todas as responsabilidades sobre a gestão das colecções, Estácio da Veiga mantinha ascendência – ao menos teórica – sobre as mesmas.

Com efeito, existe manuscrito, datado de 15 de Março de 1883, respeitante ao “Inventário do Museu Archeologico do Algarve e suas pertenças incluindo as colleções depositadas pelo seu fundador, Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga em 15 de Março do anno de 1883”, já parcialmente reproduzido em *fac-sí-*

*mile* (Santos, 1972), com letra distinta da de Estácio da Veiga, o qual deve ter sido preparado após o encerramento definitivo do Museu. Este é o segundo inventário conhecido do Museu do Algarve, sucedendo ao executado em Outubro de 1878 (cf. Cardoso & Gradim, 2004, Fig. 22), aquando da entrega do trabalho encomendado ao Governo, já atrás mencionado.

Conhece-se ainda um terceiro inventário do Museu Arqueológico do Algarve, também parcialmente reproduzido em *fac-símile* pela mesma autora, datado de 1885 (Pereira, 1981).

Tinha, pois, chegado oficialmente ao fim, a 3 de Outubro de 1885, a vida do efémero Museu Arqueológico do Algarve, ainda assim mantido pelo empenho, dedicação e vontade – e a que custo! – de uma só pessoa, a mesma que possibilitou a sua própria existência e organização, nisso residindo, porém, a sua maior fraqueza.

Nesta terceira fase da sua actividade, os trabalhos arqueológicos de campo realizados por Estácio da Veiga, ao contrário do que se poderia admitir, continuaram intensamente: foi, talvez, pela importância dos achados, a fase mais produtiva e interessante da sua notável actividade.

É com entusiasmo que informou o Director Geral da Instrução Pública, a 23 de Novembro de 1881 (data da minuta), do descobrimento de diversos vestígios arqueológicos pré-históricos, tanto no concelho de Aljezur (Fig. 38), como nos de Portimão, onde explorou a notável necrópole calcolítica de Alcalar (Fig. 39 e 40) e no de Vila Real de Santo António, a que pertence a necrópole de cistas do Bronze do Sudoeste de Alcaria, Torre dos Frades (Fig. 41).

Na referida missiva, dá ainda conta da descoberta de mais monumentos epigráficos da Idade do Ferro, recolhidos na região de Lagos, os quais de modo algum se poderiam perder. Infelizmente, ainda não fora dessa vez que teve a oportunidade de explorar as cavernas dos maciços jurássicos do Algarve central, como as que refere no concelho de Loulé, nas quais depositava muitas esperanças de poderem conter, sob os mantos estalagmíticos, testemunhos das fases mais antigas da pré-história.

Acrescenta, significativamente, que, caso lhe fossem disponibilizados pelo Director das Obras Públicas

Ao Sr. Director da Contabilidade do  
 Ministério do Reino

N.º 29

Muito acertadamente se dignou Sua Excellencia o Ministerio  
 mandar-me <sup>comunicar</sup> ~~fundar~~ em resposta ao meu anterior  
 officio, que não havendo carta expressamente votada  
 e inscripta no orçamento geral do Estado para a  
 manutenção de ellusen Archeologico do Algarve, não  
 pôde a Repartição de Contabilidade desse Ministerio,  
 em presença do regulamento da contabilidade publica,  
 submeter á approvação do Tribunal de Contas uma  
 ordem, que estabeleça <sup>pagamentos</sup> ~~seus~~ pagamentos permanentes  
 aos dois empregados no referido Museu; mas occur-  
 rendo ao mesmo tempo ao <sup>meu</sup> ~~que~~ <sup>procurante</sup> ~~que~~ <sup>officio</sup> ~~o~~ <sup>que</sup>  
~~o~~ <sup>de todas</sup> ~~as~~ <sup>prescrições</sup> ~~separadas~~ <sup>em</sup> ~~seu~~ <sup>regulamento</sup>  
 regulamento, está as do <sup>de 1810</sup> ~~respeito~~ <sup>1829</sup> ~~da~~ <sup>em</sup> ~~dignidade~~  
~~publica~~, não escriptas, certamente por em concubidos  
 e seguidas por todos os <sup>governos</sup> ~~governos~~, illustradas; <sup>na</sup> ~~na <sup>Portugal</sup>  
 em Portugal, e considerando porventura Sua Excellen-  
 cia, porventura, que quando em 1 de abril de 1880,  
 por ordem desse Ministerio, foi fundado scientificamente  
 fundar n'um edificio do Estado o Museu das Antiqui-  
 dades monumentaes que havia colligida nesta parte  
 a comprehensão da carta archeologica do Algarve, que  
 nesta occasião já está sendo gravada para <sup>seu</sup> ~~seu~~ <sup>apre-</sup>  
 sentada ao mundo scientifico como primeira e unica <sup>trun-</sup>  
 balha deste genero até hoje empreendida em Portugal,  
 e que na mesma data foram approvadas os dois  
 empregados que <sup>propuz</sup> ~~propuz~~ para o serviço da mencionada  
 museu; não obstante desde então até <sup>agora</sup> ~~hoje~~ não <sup>se</sup> ~~tem~~ <sup>podido</sup>  
~~da~~ <sup>despejar</sup> ~~no~~ <sup>no</sup> ~~orçamento~~; considerando Sua Excellencia,  
 meu provavelmente, que a reconhecida e já muito competen-  
 temente <sup>prolongada</sup> ~~prolongada~~ <sup>utilidade</sup> ~~utilidade~~ scientifica desta institui-  
 ção <sup>na</sup> ~~na <sup>actual</sup> ~~actual <sup>impõe</sup> ~~impõe~~ moralmente a todos os governos  
 dignos e sabios a satisfatoria obrigação, não só de  
 empenharem os seus esforços para a manterem, como  
 para lhe abrirem em maior escala os horizontes da  
 seu progresso, porisso que este país, associando-se com  
 o mais apparatus esperante nos continentes europeas, já  
~~mandando~~ <sup>propuz</sup> ~~propuz~~ fundar o Museu do Algarve, a fim  
 não pôde dignamente ostinar á sciencia os elementos  
 comprovativos desta das antiguidades prehistoricas e~~~~~~

Fig. 36 – Primeira página da minuta da carta endereçada ao Director da Contabilidade do Ministério do Reino, datada de 16 de Agosto de 1882.

IX.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PREHISTÓRICA  
LISBOA, 1880



1 - Zawisza, J.  
2 - Delgado, J. Ph. N.  
3 - Vilanova, J.  
4 - Antonivitch, V.  
5 - Magitot, F.  
6 - Cartailhac, E.  
7 - Martin, H.  
8 - Feijão, O.  
9 - Burnay, E.  
10 - Rodrigues, J.  
11 - Vanlair  
12 - Morin, A.  
13 - Olin, X.  
14 - Cotteau, F.  
15 - Mortillet, G. de  
16 - Chantre, E.  
17 - Corvo, J. de A.  
18 - Barata  
19 - Kodet, H.  
20 - Ciard, A.  
21 - Blomme, A.  
22 - Pigorini, L.  
23 - Cotteau, G.  
24 - Choffat, P.  
25 - Wittnich, R. H.  
26 - Girard, A.  
27 - Quatrefages, L. de  
28 - Floix, Ch.

29 - Capellini, G.  
30 - Bellucci, G.  
31 - Baye, J. de  
32 - Cazalis, de F.  
33 - Ribeiro, C.  
34 - Pedroso  
35 - Daveau, J.  
36 - Langerhans, P.  
37 - Espons, d'  
38 - Coelho, A.  
39 - Laurière, J. de  
40 - Quatrefages, A. de  
41 - Aragão, T. de  
42 - Hildebrand, H.  
43 - Vianna, G.  
44 - Vasconcellos  
45 - Veiga, E. da  
46 - Pouchet, G.  
47 - Adersen, F.  
48 - Pawinski, A.  
49 - Virchow, R.  
50 - Sipièrre, H.  
51 - Sipièrre, C.  
52 - Romer, F.  
53 - Vasconcellos  
54 - Oppert, J.  
55 - Almeida  
56 - Bordé, Abbé



- |                         |                         |
|-------------------------|-------------------------|
| 1 - Zawisza, J.         | 29 - Capellini, G.      |
| 2 - Delgado, J. Ph. N.  | 30 - Bellucci, G.       |
| 3 - Vilanova, J.        | 31 - Baye, J. de        |
| 4 - Antonivitch, V.     | 32 - Cazalis, de F.     |
| 5 - Magitot, F.         | 33 - Ribeiro, C.        |
| 6 - Cartailhac, E.      | 34 - Pedroso            |
| 7 - Martin, H.          | 35 - Daveau, J.         |
| 8 - Feijão, O.          | 36 - Langerhans, P.     |
| 9 - Burnay, E.          | 37 - Espons, d'         |
| 10 - Rodrigues, J.      | 38 - Coelho, A.         |
| 11 - Vanlair            | 39 - Laurière, J. de    |
| 12 - Morin, A.          | 40 - Quatrefages, A. de |
| 13 - Olin, X.           | 41 - Aragão, T. de      |
| 14 - Cotteau, F.        | 42 - Hildebrand, H.     |
| 15 - Mortillet, G. de   | 43 - Vianna, G.         |
| 16 - Chantre, E.        | 44 - Vasconcellos       |
| 17 - Corvo, J. de A.    | 45 - Veiga, E. da       |
| 18 - Barata             | 46 - Pouchet, G.        |
| 19 - Kodet, H.          | 47 - Adersen, F.        |
| 20 - Ciard, A.          | 48 - Pawinski, A.       |
| 21 - Blomme, A.         | 49 - Virchow, R.        |
| 22 - Pigorini, L.       | 50 - Sipièrre, H.       |
| 23 - Cotteau, G.        | 51 - Sipièrre, C.       |
| 24 - Choffat, P.        | 52 - Romer, F.          |
| 25 - Wittnich, R. H.    | 53 - Vasconcellos       |
| 26 - Girard, A.         | 54 - Oppert, J.         |
| 27 - Quatrefages, L. de | 55 - Almeida            |
| 28 - Floix, Ch.         | 56 - Bordé, Abbé        |

Fig. 37 - Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. Foto de conjunto dos congressistas participantes na IX Sessão (Lisboa, Setembro de 1880), obtida no terraço do primeiro andar do edifício da Academia das Ciências de Lisboa, possivelmente no dia de abertura do Congresso (segunda-feira, 20 de Setembro de 1880). Original fotografado no Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Alfragide. Estácio da Veiga é o oitavo, da segunda fila, a contar da dierita.

do Distrito de Faro os operários necessários para realizar as pretendidas explorações,

"todos os objectos encontrados no exercício do trabalho ficam sendo propriedade do Estado, riqueza archeologica do paiz e engrandecimento do Museu do Algarve, onde unicamente terão lugar certo e competente".

Conclui-se, deste modo, que à data, o Museu ainda reunia condições, no entender de Estácio, para receber os espólios exumados, o que sugere a sua manutenção. Com efeito, tais meios foram autorizados, não só em homens, cedidos pela Direcção de Obras Públicas de Faro, mas também em recursos financeiros, sendo-lhe alocados pelo menos 200.000 réis para o efeito (Fig. 42).

O relato, a seguir transcrito, de uma extensa missiva dirigida ao Chefe de Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino, dando-lhe conta da razão dos atrasos da execução das "Antiguidades", cuja minuta se encontra datada de Tavira, a 10 de Agosto de 1883 (Fig. 43), é eloquente da notável retoma da actividade desenvolvida no Algarve, a qual obrigou Estácio a reformular o plano da obra, com inevitáveis atrasos, evidentemente muito difíceis de compreender por um funcionário de secretaria:

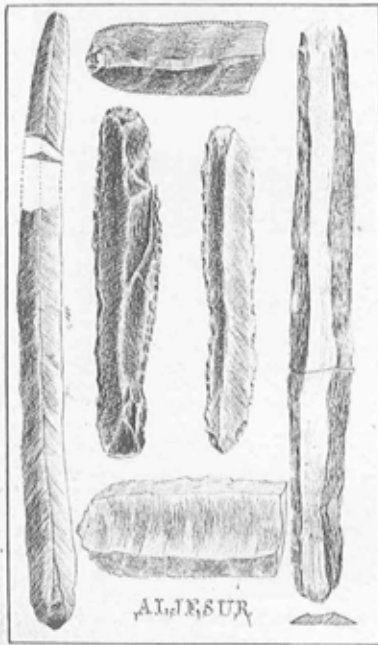
"(...) Em 15 de Maio de 1882 teve principio como disse, o trabalho da exploração complementar de que fui encarregado, tendo 40 dias concedidos e subsidiados para principalmente acabar de reconhecer em Alcalá, distante 6 k. da aldeia da Mexilhoeira Grande, um único tumulus que fora começado a descobrir pelo sábio prior daquella freguezia, para explorar a estação neolithica de Aljezur, e para por meio de porfiadas tentativas descobrir no vasto sitio da Torre dos Frades, distante poucos kilometros do rio Guadiana, os monumentos cuja existência ousei afirmar, embora nenhum se manifestasse com vestígios apparentes nas propriedades rústicas do seu terreno, fundando-me em critérios meus conhecidos, que em geral escapam sempre desapercibidamente á perspicácia e altos talentos dos sábios nossos concidadãos.

Quando no dia 13 de Maio de 82 fui inspecionar o pedregoso escampado de Alcalá, onde me cumpria acabar de explorar o monumento já mencionado, notei immediatamente que todo o relevo orographico daquelle

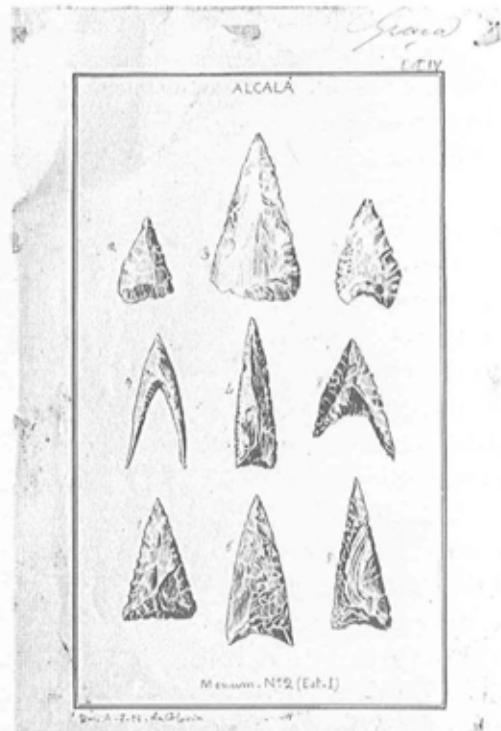
grande campo era artificial, ou devido a um immenso esforço humano em eras remotíssimas. Vi n'uma linha de 300 metros de extensão sete outeiros principaes, semelhantes na configuração e estructura áquelle que continha o tumulus que ia acabar de descobrir, e não me foi mister ver mais nada para concluir, que cada outeiro encerrava um monumento! Reflecti então, que, se o Governo se interessava em que fosse estudado naquelle campo um monumento isolado, muito maior interesse teria, em beneficio da sciencia e da riqueza archeologica do paiz, em que ficassem conhecidas as antiguidades alli existentes. Mande logo fazer maior alistamento de trabalhadores, e ordenei que cada outeiro fosse pela sua maior elevação central atravessado por um largo corte; e não me enganei, porque em vez de um monumento descobri sete, constituído a mais apparatusa e significativa necrópole tumular do nosso paiz. Foram todos postos á vista, minuciosamente explorados, de quasi todos obtive excellentes critérios para uma classificação rigorosa; de todo o campo foi levantada a planta geral, de cada monumento uma planta e um corte vertical, e dos artefactos mais typicos, que nelles havia, se fizeram estampas primorosamente desenhadas á penna pelo prior da Mexilhoeira Grande, o mais insigne desenhador desta provincia. Consegui que os proprietários do terreno me permitissem não só conservar abertos aquelles sete famosos monumentos, como se prestassem a velar pela sua conservação; e lá estão patentes ao visitante instruído e sábio e ao povo que alli vai de grandes distancias, como em agradável romaria; mas como os nossos sábios curam mais de abater o mérito alheio do que em louval-o, os tumuli ou galerias cobertas de Alcalá, jazem no mais profundo silencio! Este trabalho que fora calculado para cinco dias, quando se julgava limitado a um só monumento, levou 31 no campo e mais alguns para o levantamento das plantas e composição das estampas cujos desenhos, vou remetter ao Governo, bem como para o concerto e acondicionamento dos objectos descobertos.

Ficando Alcalá a uns 6 k. de distancia da Mexilhoeira Grande, onde fixei a minha residência durante a exploração obriguei-me a percorrer 370 k. para assistir diariamente aos trabalhos que me cumpria dirigir.

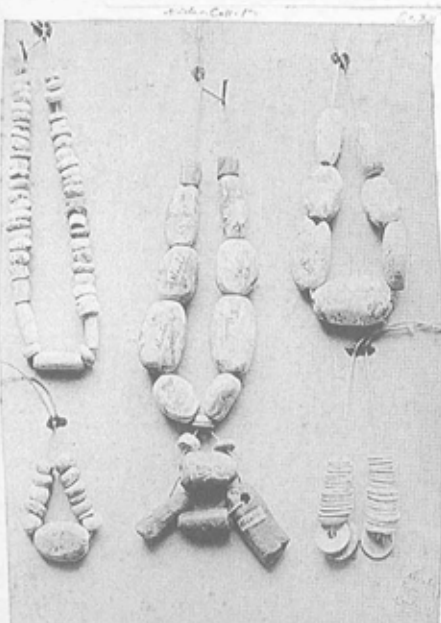
Vendo porém quasi acabado o prazo de 40 dias,



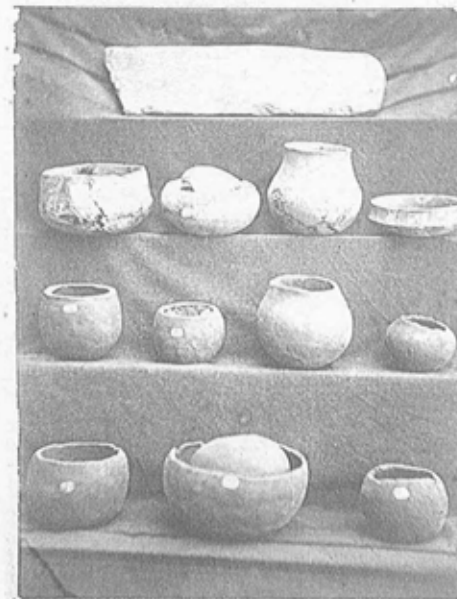
**Fig. 38** – Reprodução de original inédito, a tinta da china, atribuído ao Padre A. J. Nunes da Glória, de lâminas da necrópole pré-histórica de Aljezur.



**Fig. 39** – Reprodução do original, a tinta da china, do Padre A. J. Nunes da Glória, de pontas de seta da necrópole de Alcalar, publicadas nas "Antiguidades Monumentais do Algarve", 3 (1889), Est. IV.



**Fig. 40** – Conjunto de contas de colar discóides e tubulares, sobretudo de concha e em forma de tonel, de lados bombeados, em minerais verdes do grupo das variscites, da necrópole pré-histórica de Alcalar, reproduzidas em fotografia inédita.



**Fig. 41** – Materiais de necrópoles pré-históricas algarvias, tal como se encontravam expostos no Museu Arqueológico do Algarve. Primeira linha: elemento de pedra polida de formato alongado, do monumento 5 de Alcalar; segunda linha: conjunto de recipientes da necrópole do Bronze do Sudoeste de Alcaria (Torre dos Frades); terceira e quarta linhas: recipientes da necrópole de Alcalar. Notas a lápis de Estácio da Veiga no verso da foto.



M. J. L.

Senhores, ao officio de V. Ex.<sup>as</sup>, com o N.º 30  
de 16 do corrente, cumpre-me informar a  
V. Ex.<sup>as</sup> que no Cofre Central d'este Districto  
existem 200.000 r.<sup>os</sup> com applicação a re-  
tudos Archologicos, importancia que foi  
legitimada para despesas com esse ser-  
vicio no mez de Julho ultimo.

Além d'essa quantia, serão porim re-  
quisitadas para o mez corrente e seguintes,  
as que V. Ex.<sup>as</sup> julgar indispensaveis para  
suavizar as necessidades do servico a seu  
cargo em cada um d'esses meses, e que  
Se dignar indicar-me

Com a Guarda a V. Ex.<sup>as</sup>

Direção das Obras Publicas do Districto  
de Faro 19 de Agosto de 1882.

M. J. L. Director do Museu  
Archologico do Algarve.

Director  
Alameda da Bahia, Aljezur, Alentejo

Fig. 42 - Officio do Director das Obras Públicas do Distrito de Faro, comunicando a disponibilidade de uma verba de 200.000 réis destinada às escavações arqueológicas de Aljezur, Alcalar e Torre dos Frades, de 19 de Agosto de 1882.

N.º 1

M. J. P.

A obra das Antiquidades de Algareve, que estou  
correndo, ao passo que vou também preparando  
as estampas do 1.º e 2.º volumes, lucrari nunitissimam  
como preventivamente supponer, com a minha tem-  
poraria retirada para esta provincia, onde com  
mais apuro e directa observação só poderia  
conscienciosamente dar conta dos meus trabalhos,  
mas só a este pair, que mal sabe <sup>apreciar</sup> a  
alta significação deste genero de  
estudos, como áquelles que estão exigindo no  
nosso territorio os preciosos elementos para a  
solução dos grandes problemas gerados da sciencia.

Alguns dos meus correspondentes arabesem  
de me communicar recentes descobrimentos de  
maior importancia, que é mister serem indica-  
dos na Carta prehistorica que está sendo gra-  
vada e no primeiro volume, de que nestas  
ocasiões me occupo.

No concelho de Aljiger appareceram ha  
poucos dias umas sepulturas escavadas na  
rocha, contendo instrumentos neolithicos de  
pedra lascada e pedras e uma dellas em  
craneo inteiro, <sup>(que se pode ver)</sup> havendo muitas outras ainda  
intactas, que promettem iguaes caracteristicas. A  
importancia scientifica do apparecimento de  
craneos humanos em taes sepulturas não é pe-  
ciso ponderar-se nem recomendar-se a V. Ex.ª, que  
muito bem sabe que nos tumulos do nosso pair  
nemhum osso até hoje se tem achado em estado  
de poderem denunciar a raça e consequente-  
mente o ponto geographico das migrações cons-  
tructoras desses monumentos, que julgo pertin-  
cerem á ultima idade da pedra.

Fig. 43 - Primeira página da minuta da carta endereçada ao Chefe da Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino, datada de 10 de Agosto de 1883.

que me fora concedido, em meu officio n.º 20 de 13 de Junho, communiquei os meus descobrimentos á Dirão. Gal. da I. P.ª, rogando fossem levados ao conhecimento do Exmo. Ministro; e propondo mais 50 dias para o desempenho da restante exploração complementar, tão auspiciosamente começada, annunciei que ainda teria alli demora superior a oito dias para receber qualquer ordem em contrario, porque neste caso, apesar de já ter em Aljezur um deposito de ferramentas, aquella estação, a da Torre dos Frades e outras intermédias ficariam por explorar e não se chegaria a realizar o estudo complementar de que fora incumbido. Não recebendo por em ordem alguma, passados aquelles dias, segui para Aljezur, acompanhado do prior da Mexilhoeira Grande, António José Nunes da Gloria, actual prior de Bensafrim, que se incumbiu mui generosamente das plantas e desenhos, que fosse mister fazerem-se.

Em Aljezur desobstrui a mais singular mansão mortuária, da ultima idade da pedra, de quantas tenho noticia. Já está marcada na carta como ponto de partida, em sentidos diversos, e cabe-lhe o primeiro lugar, no primeiro tomo da obra, agora indispensavelmente reformado no seu plano geral e muito ampliado, devendo mui brevemente chegar á Dirão. Gal. da I. P.ª a planta, os cortes e estampas da estação e dos objectos que continua para serem incluídas no dito livro.

O descobrimento da estação de Aljezur é da maior importância e significação, porque liga todas as outras estações synchronicas do Algarve ás das outras províncias do reino. Ora só esta circunstância vale todo o custo da exploração! E direi a V. Ex.ª, que n'outro qualquer paiz aquelles em que há muita gente apta para avaliar taes serviços feitos á sciencia, seria altamente apreciado e considerado todo o tempo preciso para se realizar como bem empregado, porque quando se apresentam cousas destas festejam-se com (???) e considerações respeitosas muito honrosas. Levou, é verdade, aquella exploração mais tempo do que vagamente se tinha calculado, porque em trabalhos desta ordem ninguém sabe calcular o tempo que devem levar. Quando em breve tempo, o Governo tiver á vista as estampas respectivas á estação de Aljezur, melhor se comprehenderá nesse Ministério que tanto a carta prehistorica, como a obra das Antiguidades Monumentaes do Algarve, não deveria abandonar a uma precipitada

publicidade, sem o immediato aproveitamento destes interessantes descobrimentos.

Faltava, emfim, para complemento definitivo, uma aventureira exploração no complicado e vasto sitio da Torre dos Frades, distante poucos kilometros do rio Guadiana, onde nenhum vestígio apparente denunciava a existência de monumentos prehistoricos. Muitas foram as tentativas, e mui diversos os resultados. Achavam-se alli antiguidades romanas e arabigas e só vagamente se apontava um ou outro ponto onde se tinham, havia annos, achado artefactos de pedra polida, cerâmica da mais rudimentar, e outros isolados objectos, que só eu possuía, até que em três propriedades diversas começaram a manifestar-se os monumentos procurados.

A Torre dos Frades correspondeu pois cabalmente ás presumpções que havia suscitado, e ao synchronismo da sua remota habitação com as novas estações de Alcalá e Aljezur, e com aquellas já descobertas na primeira exploração, ordenadas e descriptas no texto do livro que foi preciso inteiramente reformar. Durante, pois, os difficeis estudos feitos na grande área denominada Torre dos Frades, de vários pontos me chegavam noticias de antiguidades, a que era preciso acudir para se poderem immediatamente aproveitar as prehistoricas e serem reservadas as de épocas posteriores para o seguimento da obra, pertencentes a nacionalidades históricas anteriores á conquista deste território; e tantos logares reclamaram pesquisas, que a exploração complementar chegou até 15 de Novembro de 1882, dando em resultado uma tal copia de assumptos, que, estando as antiguidades prehistoricas descriptas e representadas por estampas n'um só livro, foi mister refundil-o inteiramente para ser a prehistoria algarviense repartida por dois!"

Trata-se de notável epístola, rigorosa mas ao mesmo tempo servida por escrita forte e vibrante, que tão expressiva é do empenho e paixão de Estácio pela Arqueologia!

Esta prolongada presença no Algarve, no decurso de 1882, permitiu a Estácio reactivar contactos diversos, que redundaram na sua primitiva ideia de instalar o Museu Arqueológico na capital da Província. Para tal effeito, procurou mobilizar as vontades das personalidades mais influentes do Algarve, elaborando e distribuindo uma circular, que correu impressa, onde se annunciava a criação do Instituto Arqueológico do Algarve, de fac-



to criado a 25 de Outubro de 1882 (Pereira, 1981: 115, nota 121), associado à fundação do referido Museu. Tal ideia mais não era que a concretização prática das concepções apresentadas em 1880 sobre a organização da actividade arqueológica em Portugal. O Museu seria reorganizado no Seminário Episcopal, em Faro, incorporando as peças reunidas no Algarve depois de 1880, e não só; com efeito, pretendia-se aproveitar as colecções do Museu que Estácio fundara em Lisboa, pelo que chegou a transmitir ordens precisas nesse sentido, ao seu antigo escriturário João Dionel da Franca Mattos, extensivas ao servente Joaquim dos Reis Netto, a confirmarem-se os rumores que o Rei tinha ordenado a referida transferência (minuta datada de Tavira, de 5 de Julho de 1883).

Naquele mesmo sentido, instou com o coleccionador algarvio Júdice dos Santos para que solicitasse ao Director do Museu Mineralógico da Escola Politécnica, o Dr. Pereira da Costa, a devolução da sua colecção arqueológica, depois de a ter depositado naquele estabelecimento, aquando do fecho do Museu Arqueológico do Algarve, onde anteriormente se encontrava (Fig. 44). É interessante verificar que a minuta, datada de Março de 1884, foi redigida por Estácio e dada como feita em Mexilhoeira da Carregação, que era a localidade onde Júdice dos Santos residia habitualmente.

Apesar de este renovado alento proporcionado pela possibilidade de recuperar toda a colecção arqueológica laboriosamente por si reunida desde Março de 1877, nem o Instituto, nem o Museu, vingaram, embora se saiba que o Instituto teve existência real: fundado em 1882, nele desempenhou as funções de Secretário o Cónego Joaquim Pereira Botto, que, anos depois, viria a ser o organizador, em Faro, do Museu Arqueológico Infante D. Henrique, cujo catálogo se imprimiu naquela cidade, em 1899. Note-se que este Museu, contou, aquando da sua instalação, em 1894, no edifício dos Paços do Concelho de Faro, com algumas peças oriundas do já então extinto Instituto Arqueológico do Algarve, e ali depositadas por Estácio da Veiga e por outros sócios.

Outro seria o destino das colecções resultantes das explorações de 1882 das estações pré-históricas de Aljezur, de Alcalar e de Torre dos Frades, financiadas pelo Governo e apoiadas logisticamente pela Direcção de Obras Públicas de Faro, as quais, ao contrário do que

prometera Estácio da Veiga aquando da solicitação do pedido de apoio, já não foram remetidas para Lisboa: é o que indica a guia de remessa de Estácio da Veiga, de 18 de Junho de 1882, dirigida ao Administrador do Concelho de Portimão, para providenciar o depósito de seis grades de madeira "contendo pedras extraídas dos monumentos de Alcalar", sem quaisquer outras indicações (Fig. 45). Na verdade, este espólio conservou-se no Algarve, vindo a ser adquirido à Família de Estácio, em finais de 1893 para o então recém-fundado "Museu Ethnographico Portuguez", por iniciativa do seu Director, J. Leite de Vasconcellos, apoiado pelo Dr. Bernardino Machado, então Ministro das Obras Públicas, por um conto de réis (L. C. C., 2004).

Findo o ciclo das grandes escavações arqueológicas, das prolongadas jornadas campestres, com a saúde muito abalada, prejudicada a criação do Museu de forma aparentemente irreversível, restava a Estácio reunir na sua casa de campo, em Cabanas da Conceição, perto de Tavira, os espólios obtidos depois de 1880 e dedicar-se à escrita da acidentada obra, que o viria a imortalizar: as "Antiguidades Monumentais do Algarve", cujo primeiro volume só saiu em 1886, sem jamais abdicar do rigor e exigência e qualidade que a deveriam enformar.

A carta do Padre Nunes da Glória (Fig. 46), fiel amigo e companheiro na exploração da necrópole de Alcalar e colaborador, como desenhador, da obra maior de Estácio, datada de 30 de Julho de 1885, ilustra uma etapa da redacção da referida obra: trata-se da resposta ao pedido de esclarecimento sobre os eventuais vestígios de um monumento dolménico em Monte Canelas:

" (...) Infelizmente não posso ser minucioso nas informações que pede sobre o Monte Canellas. Ha bastantes annos que alli fui e a minha vida, tão estranha a estes estudos e tão cheia de atribulações sempre, tem feito com que a minha memória se tenha embotado a ponto de resistir aos muitos esforços que tenho feito para me recordar do sitio primeiro em que se encontraram uns vestigios do dolmen a que o meu bom amigo se refere. Escrevendo-lhe sempre ao correr da penna, não deixei apontamentos alguns a que podesse recorrer, porque me eram inuteis. As suas cartas, que eu conservo todas como preciosa lembrança da sua estima, não me fallam em tal. Tenho certeza de ter mandado alguns machados,

percutores e outros instrumentos de pedra, bem como, se me não engano, louças mal cosidas, semelhantes ás de Alcalá, colligidas no Monte Canellas.

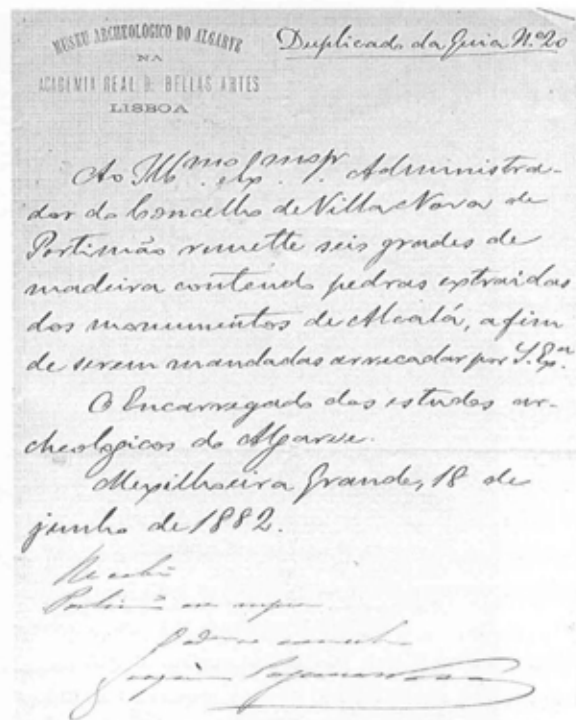
Tenho certeza de ter dito que vira no Moinho da Rocha um montículo, que, ate na opinião dos moradores, se conhecia ser artificial, e que o moleiro Manuel Marques nos indicou a existencia de outros um pouco abaixo do seu moinho, que não podemos ir visitar. É possível que ou nós fossemos ate ao Monte Canellas, que fica proximo, ou nos informassem de forma que se supposesse a existencia do tal dolmen, ou (???) que eu o tivesse visto (...).

Que possa conseguir d'uma gente, não menos teimosa e avara que os amadores de Bensafrim, o que tanto deseja e porque tanto tem trabalhado; que a sua obra se publique depressa e venha mostrar aos seus inimigos o que vale o seu persistente e corajoso trabalho e bem pouco usual abnegação; e que não negue o prazer de umas noticias ao seu velho e muito dedicado amigo é o que lhe deseja e pede o sempre muito afeiçoado e obrgdo."

Esta carta, além de ilustrar uma etapa da redacção das "Antiguidades", evidencia o facto de, mesmo no Algarve, Estácio possuir detractores, sem dúvida nascidos da inveja produzida pelos notáveis resultados por si obtidos.

Desiludido, com a saúde precária, sobrevinham dificuldades financeiras. Estas entrevêm-se na carta de 22 de Setembro de 1883, escrita na sua casa de Cabanas da Conceição (Tavira), sem indicação do destinatário, talvez o Reitor do Seminário de Faro, a qual, pelo seu interesse se transcreve quase na íntegra:

"(...) Em qualquer paiz civilizado e honesto o facto de ter eu sido o iniciador e fundador do instituto archeologico de uma provincia mereceria o louvor e a consideração dos poderes públicos. Em Portugal foi este caso capitulado como affronta feita ao governo, cujos amigos já contavam com o museu archeologico do Algarve, usurpando-o aos meus descobrimentos, aos meus assíduos trabalhos de muitos annos, á organização systematica com que o apresentei ao congresso em 1880, aos próprios sacrificios pecuniários, ás fadigas incalculáveis e ás perdas de saúde, que não poucas vezes causou, para chegar a ser o que foi e ganhar o conceito em que ficou tido pelos sábios que o examinaram. Queria o governo



**Fig. 45** - Guia de remessa, redigida por Estácio da Veiga, ao Administrador do Concelho de Portimão, de espólios recolhidos nas escavações da necrópole de Alcalar, datada de 18 de Junho de 1882. O facto de o documento possuir timbre do Museu Arqueológico do Algarve, mostra que, nessa data, a Instituição ainda não tinha sido oficialmente encerrada, embora Estácio da Veiga já dela não se intitulasse Director, mas apenas "encarregado dos estudos archeologicos do Algarve".

o meu museu para favorecer amigos e os amigos do governo, tratavam de m'ó usurpar para com elle figurarem perante o mundo scientifico! O governo viu-se porém apertado pelo simulado voto de uma provincia inteira que lh'ó requereu, por ser seu e não dever estar n'outra parte. O antigo antagonismo dos meus sycophantas recrudescu e transmitthiu-se ao animo do governo. A vingança era de esperar, e não tardou.

O governo, devendo por obrigação de um contracto fornecer-me as estampas que deviam acompanhar os livros da minha obra e não tendo promptas até esta data nem as do primeiro volume, perguntou-me quantos livros tinha já publicado? Respondi que estavam tantos, quantas tinham sido as colleções de estampas que me havia fornecido; toda a falta era sua,

7/36

Querido Sr. Am.?

Apresento-me em responder á sua m.  
preziosa carta, cuja fôrta, crêta, em  
deveras sustida.

Sabendo a importância que o  
meu bom Am.? ligava ao caracte-  
rístico placar de schisto encontrado  
na zona tumular de M<sup>te</sup>, têm  
particular cuidado em estudar os  
nos achados do brutoisimo barrado  
do M<sup>te</sup> Amarello, haveria alguma  
fragm<sup>to</sup>, como os que me tinham  
tão encontrado na Workman de G.  
Parr. Umas nem seguit do tal, como  
parecem nos os outros tumulares, ou  
porque o bruto as não colligia, confundin-  
do-as com os caes dos seus paneltas  
da coitaca; ou porque aquelles  
monumentos, como a m.<sup>te</sup> de Cruz,

Fig. 46 - Primeira página da carta do Padre Nunes da Glória para Estácio da Veiga, datada de 30 de Julho de 1885.

por não cumprir as condições do contracto, deixando de contribuir com as indispensáveis estampas; e mostrei, ou antes demonstrei não estar em dívida, e não haver mesmo tempo perdido a lamentar, mas um prodigioso augmento de riqueza archeologica, devido á exploração do anno antecedente, que obrigara mui vantajosamente a ampliar o plano de cada livro. A isto não respondeu o governo; limitou-se a suspender os meus subsídios! Com o mais covarde despotismo cortou-me 50\$000 réis por mez na occasião em que tratava de preparar as minhas fazendas para no futuro os meus filhos ficarem remediados, e cortou-me a possibilidade, por em quanto, de aproveitar a entrada, que o meu amigo tão obsequiosamente havia facilitado no seminário ao meu filho Carlos! A mim causou-me pois estes graves embaraços a vingança, por ter tirado ao grande conde de Almedina, amigo intimo de Thomaz Ribeiro e do segundo António que neste paiz quis ser rei absoluto, um museu que elle mui caprichosamente queria para as Janellas Verdes, e a V. Ex.<sup>a</sup> também os causou retardando esta decisão, a ponto de não me permittir que lh'a podesse communicar com a devida antecedência!

Peço-lhe me absolva desta involuntária falta, a que me levou o despotismo de dois ministros que privam na intimidade dos meus inimigos, e fogem indecorosamente ao cumprimento das condições de um contracto, como não o faria o mais miserável vivente.

V. Ex.<sup>a</sup> tratará de preencher o logar, que a sua generosa amisade havia reservado para o meu filho. Creia que não era possível communicar-lhe isto mais cedo, porque só hontem, já tarde, me trouxe o correio a noticia da famosa decisão tomada pelos amigos dos meus antagonistas.

Cumprirei porém a todo o transe a obrigação, que me arrojuei, de ir organizar em devida regra o museu do Instituto Archeologico do Algarve, logo que seja remettido para o seminário. Quando o museu estiver organizado, mostrarei ao paiz como são tratados os homens que trabalham em sua honra e pelo progresso da sciencia. (...)”.

As decepções, tão cruamente expostas nesta carta, provocadas por ordens iníquas e revanchistas, não vergaram o archeólogo algarvio: a determinação e o ânimo mantiveram-se, como se atesta por um dos mais

notáveis documentos que alguma vez se apresentaram sobre a organização dos estudos archeológicos em Portugal, já atrás referido, intitulado “Programma para a instituição dos estudos archeologicos em Portugal” publicado em 1891, no início do volume IV das “Antiguidades Monumentais do Algarve”. Nele se recuperam muitas das ideias anteriormente expostas em inúmeras missivas enviadas às entidades responsáveis, designadamente ao Director Geral da Instrução Pública. Com efeito, este documento foi apresentado em 1890 ao Ministério da Educação Pública, que teve existência de apenas alguns meses: como seria de esperar, as ideias nele expostas, entre as quais se previa o ensino liceal e universitário da Arqueologia e a repartição do País em seis circunscrições, cada uma das quais com pessoal habilitado a levantar a respectiva carta archeológica, na origem da qual se iria organizando o correspondente Museu, não teve qualquer impacto.

Atento ao que se passava, mas já imune e indifferente às manobras que se urdiam à sua volta, Estácio continuava fiel ao princípio de toda uma vida: ser o que sempre foi, exigente consigo mesmo e com a obra que, apesar de tudo, continuava a escrever, dia após dia, primeiro no Algarve, depois já em Lisboa, até o dia fatídico de 7 de Dezembro de 1891: tal obra, não a escrevia para si, muito menos para os da sua geração, sabemos-lo agora; destinava a aos vindouros, àqueles que, um dia, lhe haveriam de dar o justo valor e merecimento, através do aproveitamento do manancial das informações nela contidas. É que Estácio da Veiga, como está agora plenamente comprovado, teve razão antes do tempo: como disse Vergílio Ferreira, é este, porém, o único tempo em que vale a pena ter razão.

## 6 – Epílogo: as Obras de uma Vida

Em síntese, o percurso pessoal e científico de Estácio da Veiga permite subdividir a sua vida e obras em três fases essenciais e sucessivas:

**1ª. Fase** – desde as suas primeiras produções escritas, em que o autor deu largas à sua criatividade literária, até ao início reconhecimento archeológico de Mértola, a 2 de Março de 1877.

**2ª. Fase** – desde 2 de Março de 1877, data do início do reconhecimento arqueológico de Mértola e dos campos do Guadiana, até à abertura do Museu Arqueológico do Algarve, a 26 de Setembro de 1880. Este é o período mais movimentado e acidentado da vida científica de Estácio da Veiga, que a 1 de Abril de 1880 foi incumbido oficialmente da organização do referido Museu. Note-se que esta incumbência se sucedeu à assinatura do contrato de redacção das “Antiguidades Monumentais do Algarve”, a 29 de Maio de 1879, por sua vez na sequência imediata da conclusão da primeira versão da Carta Arqueológica do Algarve, em finais de 1878. As três empresas encontravam-se, deste modo, estreitamente interligadas: na concepção de Estácio, o Museu servia de demonstração, para o grande público, dos resultados das suas descobertas, enquanto que as “Antiguidades”, obra escrita em cinco ou seis volumes serviria de notícia explicativa das mesmas, destinando-se ao público mais especializado e culto.

**3ª. Fase** – desde a abertura do Museu Arqueológico do Algarve, até à data da morte, a 7 de Dezembro de 1891, passando pelo encerramento ao público do referido Museu, em Junho de 1881, e a definitiva transferência da posse das colecções para a Academia de Belas Artes, a 3 de Outubro de 1885; é neste último período da actividade científica do Autor que vêm a lume os quatro volumes das “Antiguidades Monumentais do Algarve”, sucessivamente em 1886, 1887, 1889 e 1891.

Poderíamos designar a primeira fase, como a do despertar de uma vocação; a segunda, como a da plena afirmação da valia e originalidade da sua obra científica; e a terceira, como a da luta visionária e utópica da plena divulgação dos resultados obtidos, através da publicação da obra “Antiguidades Monumentais do Algarve” e da defesa do Museu Arqueológico do Algarve, realidades indissociavelmente interligadas.

Toda a sua vida foi a de um idealista prático e combativo: embora imbuído pelos ideais do Romantismo do seu tempo, que o levaram a procurar incessantemente as raízes para as populações actuais, preocupação tão em voga no século XIX, não se satisfazia simplesmente com a contemplação do passado e da sua carga simbólica, mas antes, no quadro do pensamento positivista

da época, procurou literalmente desenterrar, e depois interpretar, com método científico, uma realidade que acreditava firmemente ser importante para a instrução da população e valorização do seu passado mais remoto, que devia ser conhecido pelo povo português. Acreditava firmemente nas vantagens que adviriam para o país da instrução e do conhecimento da sua população, advogando o ensino de qualidade da Arqueologia pátria, desde os bancos do liceu. Daí o empenho que dispensou a uma das acções que se evidencia como prioritária na 3ª. Fase da sua actuação: a defesa, até ao limite das suas forças, do seu amado Museu Arqueológico do Algarve, o qual sabia só ser útil desde que fosse usufruído pelo maior número de cidadãos, convicto que, deste modo, também se contribuiria para a formação cívica de um país ainda predominantemente analfabeto.

Estácio foi um pioneiro genial, e a obra-prima que são os quatro volumes das “Antiguidades Monumentais do Algarve”, publicados em vida do autor, comparam-se sem custo, a qualquer grande obra arqueológica do seu tempo, hoje internacionalmente das reconhecidas (e não são muitas).

Os processos inovadores que adoptou na recolha de conhecimentos e no tratamento da informação de uma área então predominantemente entregue a curiosos e diletantes, embora pessoas respeitáveis e influentes na Lisboa do seu tempo, ditaram as dificuldades que, usualmente, sentem, todos os que se abalançam à introdução de metodologias e concepções completamente distintas das então em voga. O imerecido desconhecimento a que é ainda votado o seu nome, associado ao evidente valor documental do seu espólio arquivístico, que se mantinha no essencial estranhamente inédito até muito recentemente (Cardoso, 2007), justificou a preparação deste extenso estudo, que, nele baseado, constitui um preito de Homenagem à Memória do seu Autor e um contributo para o conhecimento da ciência do século XIX português.

## Agradecimentos

Ao Dr. Luís Raposo, Director do Museu Nacional de Arqueologia, que autorizou, em Março de 2005, o acesso do signatário ao estudo integral do Arquivo de Está-

cio da Veiga, depois de lhe ter facultado o estudo, anos antes, da documentação do mesmo Arquivo relativa ao concelho de Alcoutim, publicada em 2003 nas páginas de "O Arqueólogo Português", em co-autoria com Alexandra Gradim.

À Dr<sup>a</sup>. Livia Cristina Coito, responsável pelo Arquivo Histórico do referido Museu, pela amabilidade do seu acolhimento e pelos apoios prestados no decurso dos trabalhos.

À Câmara Municipal de Silves, nas pessoas da sua Presidente, Dr<sup>a</sup>. Isabel Soares e Vice-Presidente, Dr. Rogério Santos Pinto, bem como à responsável pelo Gabinete de Arqueologia da autarquia, a Dr<sup>a</sup>. Maria José Gonçalves, pelo convite que estiveram na origem da apresentação deste contributo, ouvida a Comissão Científica deste Encontro de Homenagem a Estácio da Veiga, presidida pelo colega e amigo Prof. Doutor José d'Encarnação.

## Bibliografia

- ALMEIDA, J. Mendes de** (1994) – *Páginas de cultura portuguesa*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- CARDOSO, J. L.** (2006) – Apresentação. In S. P. M. Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve. Tempos Históricos*. 5. Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia.
- CARDOSO, J. L.** (2007) – Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 293-520.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A.** (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 67-112.
- DIAS, M. M. Alves** (1993) – Epigrafia, in C. TORRES & S. MACIAS, *Museu de Mértola. Basilica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 103-138.
- FERREIRA, F. Bandeira** (1965) – Uma planta arqueológica do Rossio do Carmo em Mértola. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75 (1/4), p. 59-72.
- GONÇALVES, V. S.** (1979) – A carta arqueológica do Algarve. Estratégias e perspectivas. *Clio- Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 1, p. 99-115.
- GONÇALVES, V. S.** (1980) – *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa (Clássicos da Historiografia Portuguesa/Opúsculos/3).
- L. C. C.** (Livia Cristina Coito) (2004) – Documentos para a história do MNA. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 491-513.
- LOPES, V. A. M.** (1999) – A necrópole da Achada de S. Sebastião. In J. BOIÇA & V. LOPES, coord., *A necrópole e a ermida da Achada de S. Sebastião*. Mértola: Escola Profissional Bento de Jesus Caraça/Campo Arqueológico de Mértola, p. 81-99.
- LOPES, V.** (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do Cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, S.** (1993) – Um espaço funerário, in C. TORRES & S. MACIAS, *Museu de Mértola. Basilica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 31-57.
- PEREIRA, M. L. E. V. A. dos S. Silva** (1981) – O Museu Arqueológico do Algarve (1880-1881). Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no Séc. XIX. Faro: *Anais do Município de Faro*, 219 p. (separata).
- PEREIRA, M. L. E. da V. Silva** (1984) – *Estácio da Veiga cientista algarvio pioneiro da Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Casa do Algarve (Estudos Algarvios, 17).
- PEREIRA, M. L. E. V. Silva** (1993) – Prefácio, in C. TORRES & S. MACIAS, *Museu de Mértola. Basilica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 7-22.
- SANTOS, M. L. E. V. A. dos** (1971, 1972) – *Arqueologia Romana do Algarve (subsídios)*. Vols. 1 e 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SOUZA-HOLSTEIN, Marquês de** (1875) – *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da Arqueologia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, J. Leite de** (1897) – Fasciculus inscriptionum Myrtiliensium nuper repertarum (Epistola ad Aemilium Hübner). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, p. 289-293.
- VASCONCELLOS, J. Leite de** (1901) – Les monnaies de la Lusitanie portugaise. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 6, p. 81-89.
- VEIGA, S. P. M.** Estácio da (1866) – *Povos balsenses*. Lisboa:

Imprensa Nacional.

**VEIGA**, S. P. M. Estácio da (1875) – Duas palavras sobre o príncipe dos archeologos A. de Caumont (elogio lido em sessão publica e solemne de 6 de Maio de 1875, pelo antigo sócio S. P. M. Estacio da Veiga). *Boletim Architectonico e de Archeologia*. Lisboa. 7, p. 96-100.

**VEIGA**, S.P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.

**VEIGA**, S. P. M. Estacio da (1880 a) – *Memoria das antiguidades de Mértola*. Lisboa: Imprensa Nacional.

**VEIGA**, S. P. M. Estácio da (1880 b) – *A tabula de bronze de Aljustrel lida, deduzida e commentada em 1876*. Memorias da 2ª. Classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa. 5 (2), 61 p. (separata).

**VEIGA**, S. P. M. Estacio da (1886, 1887 a, 1889, 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Tempos prehistoricos. Lisboa: Imprensa Nacional, 4 vol..

**VEIGA**, S. P. M. Estacio da (1887 b) – Projecto de legenda symbolica para a elaboração e interpretação da Carta de Archeologia Historica do Algarve. *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*. Lisboa. 11, p. 3-7.

**VEIGA**, S. P. M. Estácio da (2005) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Tempos Prehistoricos. Vol. 1 a 4. Faro: Universidade do Algarve/Faro Capital Nacional da Cultura.

**VEIGA**, S. P. M. Estácio da (2006) – *Antiguidades Monumentais do Algarve. Tempos Históricos*. 5. Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia.